

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA

Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento

GABRIELA FERREIRA PIRES

PROTAGONISTAS RURAIS: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DA MULHER NA

PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM TUPÃ - SP

TUPÃ – SP

2020

GABRIELA FERREIRA PIRES

**PROTAGONISTAS RURAIS: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DA MULHER NA
PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM TUPÃ - SP**

Exemplar de defesa final apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Tupã, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento.

Área de concentração: Agronegócio e Desenvolvimento
Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani

Coorientadora: Prof. Dra. Cristiane Hengler Corrêa Bernardo

TUPÃ – SP

2020

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Biblioteca e Documentação da FCE – Unesp, Câmpus Tupã:

P665p Pires, Gabriela Ferreira.
Protagonistas rurais: um estudo sobre a pluriatividade da agricultora familiar em Tupã / Gabriela Ferreira Pires. – Tupã: [s.n.], 2020.
109 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Universidade Estadual Paulista UNESP – Faculdade de Ciências e Engenharia, 2020.

Orientador: Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani
Coorientadora: Cristiane Hengler Corrêa Bernardo
Inclui bibliografia.

1. Mulher rural. 2. Gênero. 3. Agricultura familiar. 4. Pluriatividade. 5. Turismo rural. I. Título. II. Autor.

Fonte: Eliana Kátia Pupim, bibliotecária CRB 8 – 6202.



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Protagonistas rurais: o papel da mulher na pluriatividade da agricultura familiar do município de Tupã-SP

AUTORA: GABRIELA FERREIRA PIRES

ORIENTADORA: ANA ELISA BRESSAN SMITH LOURENZANI

COORDINADORA: CRISTIANE HENGLER CORRÊA BERNARDO

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO, pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANA ELISA BRESSAN SMITH LOURENZANI

Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP

Profa. Dra. ANGELICA GOIS MORALES

Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP

Profa. Dra. IZABEL CASTANHA GIL

Curso de Ciências Econômicas / Centro Universitário de Adamantina - UNIFAI - Adamantina/SP

Tupã, 28 de fevereiro de 2020

PIRES, Gabriela Ferreira. **Protagonistas rurais**: um estudo sobre o papel da mulher na pluriatividade da agricultura familiar em Tupã - SP. 2020. 106p. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2020.

RESUMO

Sendo a agricultura familiar uma categoria caracterizada pelas relações entre a terra, o trabalho e a família, cada integrante é responsável por atuar em um conjunto de atividades dentro da propriedade, a mulher desempenha um papel substancial para a subsistência biológica e socioeconômica das famílias. Contudo, apesar de sua expressiva atuação na agricultura familiar, sofrem com a falta de valorização e subestimação. As mudanças estruturais na agricultura, ocorridas na década de 1960, fizeram com que pequenos produtores buscassem novas alternativas de acesso a renda por meio da pluriatividade. A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, deu espaço ao turismo rural, sendo visto como uma atividade capaz de contribuir para a ampliação de trabalho, especialmente para as mulheres, fazendo com que elas obtivessem rendimentos econômicos e possibilitasse a sua valorização social. Nessa perspectiva, o objetivo dessa pesquisa foi compreender o papel da agricultora familiar na pluriatividade. Para isso, se apropriou da abordagem qualitativa, de caráter exploratório, na qual o método de investigação elegido foi o estudo de caso. A análise de dados foi feita por meio da análise de conteúdo, sustentada pela relação entre os dados obtidos na entrevista semiestruturada, na observação sistemática e na fundamentação teórica. Os resultados permitiram concluir que as agricultoras têm um papel fundamental na pluriatividade, atuando nas esferas produtiva, em atividades agrícolas e não-agrícolas e reprodutiva. A extensa carga horária desempenhada, influencia na falta de tempo para desenvolverem outras atividades, seja para projetos pessoais, entretenimento e capacitação. As atividades produtivas agrícolas são feitas em conjunto com os maridos e/ou pais, já as não-agrícolas e reprodutivas são feitas quase que exclusivamente pelas mulheres. A tomada de decisão não veio acompanhada da coletividade no trabalho agrícola, sendo responsabilidade somente dos homens decidirem sobre produção, comercialização e administração dos recursos financeiros. Mesmo que as agricultoras estejam satisfeitas com a atual divisão de trabalho e se sintam valorizadas nas propriedades, foi possível confirmar a ainda presente desigualdade de gênero que assola a vida das mulheres rurais. Por fim, o estudo corroborou para demonstrar que mesmo vivendo em situações de vulnerabilidade social, decorrentes da assimetria de gênero, as mulheres são protagonistas rurais e são imprescindíveis para manutenção das propriedades e de suas famílias.

Palavras-chave: Mulher Rural. Gênero. Agricultura Familiar. Pluriatividade. Turismo rural. Tupã/SP.

PIRES, Gabriela Ferreira. **Rural actors**: a study on the role of women in the pluriactivity of family farming in Tupã - SP. 2020. 106p. Dissertation (Master of Agribusiness and Development) – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences and Engineering, Tupã, 2020.

ABSTRACT

Family farming being a category characterized by the relations between land, work and family, each member is responsible for acting in a set of activities within the property, the woman plays a substantial role for the biological and socioeconomic subsistence of families. However, despite their significant role in family farming, they suffer from a lack of appreciation and underestimation. The structural changes in agriculture, which occurred in the 1960s, led small producers to seek new alternatives to access income through pluriactivity. The combination of agricultural and non-agricultural activities gave space to rural tourism, being seen as an activity capable of contributing to the expansion of work, especially for women, making them obtain economic income and enabling their social valorization. In this perspective, the objective of this research was to understand the role of family farmers in pluriactivity. For that, it appropriated the qualitative approach, of exploratory character, in which the chosen method of investigation was the case study. Data analysis was carried out through content analysis, supported by the relationship between the data obtained in the semi-structured interview, in the systematic observation and in the theoretical foundation. The results allowed us to conclude that female farmers have a fundamental role in pluriactivity, acting in the productive spheres, in agricultural and non-agricultural and reproductive activities. The extensive workload performed, influences the lack of time to develop other activities, whether for personal projects, entertainment and training. Agricultural productive activities are carried out together with husbands and / or fathers, while non-agricultural and reproductive activities are carried out almost exclusively by women. Decision-making was not accompanied by the collectivity in agricultural work, being the responsibility of men alone to decide on the production, marketing and administration of financial resources. Even though the women farmers are satisfied with the current division of labor and feel valued on the properties, it was possible to confirm the still present gender inequality that plagues the lives of rural women. Finally, the study corroborated to demonstrate that even living in situations of social vulnerability, resulting from gender asymmetry, women are rural protagonists and are essential for the maintenance of properties and their families.

Keywords: Rural Woman. Genre. Family Farming. Pluriactivity. Rural Tourism. Tupã/SP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da dissertação.....	14
Figura 2 – Município de Tupã no Estado de São Paulo	51
Figura 3 – Distritos no município de Tupã no Estado de São Paulo.....	54
Figura 4 – Nuvem de palavras quanto à Composição do trabalho agrícola e não- agrícola	78
Figura 5 – Nuvem de palavras referente ao Poder no processo decisório	79
Figura 6 – Nuvem de palavras relativo a Reconhecimento e visibilidade do trabalho	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição de pessoal no setor agropecuário	30
Quadro 2 – Jornada de trabalho semanal	32
Quadro 3 – Índices e suas respectivas categorias de análise	48
Quadro 4 – Disposição das categorias definidas para o estudo.....	49
Quadro 5 – Normas para transcrição	53
Quadro 6 – Esquema metodológico	53
Quadro 7 – Perfil das entrevistadas	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 Agricultura familiar e o espaço rural	15
2.2 Trabalho e gênero	21
2.3 Pluriatividade.....	40
2.3.1 Turismo rural	41
3 METODOLOGIA	46
3.1 Procedimentos para coleta de dados	46
3.2 Categorias de análise.....	47
3.3 Lócus da pesquisa	51
3.4 Forma de análise de dados	52
3.5 Estrutura metodológica	53
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	54
4.1 Caracterização do lócus da pesquisa.....	54
4.2 Análise dos resultados	57
4.2.1 Categoria de análise 1 - Composição do trabalho agrícola e não-agrícola	59
Agricultora 1	60
Agricultora 2	61
Agricultora 3	62
Agricultora 4	63
Agricultora 5	64
4.2.2 Categoria de análise 2 - Poder no processo decisório	65
Agricultora 1	65
Agricultora 2	66
Agricultora 3	67
Agricultora 4	67
Agricultora 5	68
4.2.3 Categoria de Análise 3 - Reconhecimento e visibilidade no trabalho	69
Agricultora 1	69

Agricultora 2	71
Agricultora 3	72
Agricultora 4	73
Agricultora 5	75
4.3 Análise dos resultados	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
APÊNDICES	106
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	107
APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO	109

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a agricultura familiar vem sendo alvo de discussões e tem ocupado cada vez mais espaço, demonstrando sua importância para a geração de emprego, renda, produção de alimentos diversificados, preocupação com a preservação do meio ambiente, sendo vista como meio de alcançar o desenvolvimento sustentável (INCRA/FAO, 1999; MATTIE, 2014). Sendo a agricultura familiar uma categoria social que, por definição, utiliza prioritariamente a mão de obra familiar, todos os envolvidos desempenham atividades com o intuito de contribuir e manter a propriedade ativa, seja no âmbito produtivo ou reprodutivo.

O espaço rural deu lugar para a diversificação, deixando de ser configurado somente pela atividade agrícola, mas também pelas atividades não-agrícolas, configurando a ampliação da pluriatividade. Assim, os agricultores familiares passaram a desenvolver um conjunto variado de atividades, sejam elas dentro ou fora da propriedade (SCHNEIDER, 2003; BRICALLI, 2005). De acordo com Niederle, Fialho e Conterato (2014), tais atividades contribuem para o sustento e resiliência da agricultura familiar e dentre essas atividades não-agrícolas destaca-se a agregação de valor aos produtos da agropecuária por meio da agroindústria, a venda dos serviços, a gastronomia e o turismo rural.

Nesse contexto de diversificação, o turismo rural pode ser visto como uma alternativa que pode propiciar diversos benefícios para os agricultores familiares, seja na geração de emprego e renda, agregação de valor aos produtos, conservação e preservação dos recursos naturais e patrimônio cultural, além da incorporação da mulher ao trabalho remunerado, propiciando uma valorização social (BRASIL, 2010).

Sabe-se que em todas as sociedades, de acordo com as crenças e culturas de cada região, homens e mulheres têm papéis, oportunidades, educação, trabalho, tecnologia, desenvolvimento profissional e acesso a recursos de formas assimétricas. Em se tratando de um mundo estruturado sob o modo capitalista de produção, o trabalho desenvolvido por mulheres no espaço rural, muitas vezes não remunerado, não é considerado produtivo, logo, sua atividade é excluída ou minimizada pela família e em cálculos nacionais, subvalorizando sua participação na agropecuária (FAO, 1998; BRASIL, 2006).

No Brasil, as mulheres rurais, ao longo dos anos, conquistaram maior espaço e visibilidade a partir de 1988, com a nova Constituição Federal, em que o estado brasileiro passou a reconhecer os direitos das mulheres e a desenvolver políticas públicas com o intuito de promover a igualdade de gênero. Assim, não são suficientemente reconhecidas. Tal afirmação pode ser verificada pela forte presença da reprodução de preconceitos e desigualdades, como nas relações desiguais de poder, sejam elas no campo econômico, social ou político no espaço rural (BRASIL, 2005; KRETER, 2013). Além disso, outros fatores que limitam as chances de as mulheres exercerem seus direitos, a falta de acesso e oportunidades para apropriação de recursos e serviços e no poder na tomada de decisão (FAO, 2018).

A mulher desempenha um papel substancial para a subsistência biológica, por meio da reprodução/procriação e socioeconômica das famílias, seja para a segurança alimentar, no complemento da renda familiar ou na preservação do meio ambiente, corroborando para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar (LUNARDI; ALMEIDA, 2008; HERRERA, 2015). É responsável pelo trabalho doméstico, em que cuida da casa e da família, mas também realiza outras atividades como a manutenção e/ou resgate de sistemas tradicionais de produção, o processamento dos alimentos e a manufatura (MESQUITA, 2012).

Contudo, a desigualdade de gênero permanece e evidencia a posição subordinada, que é atribuída às mulheres no espaço rural. Se comparadas aos homens, as mulheres têm perspectivas menores, em decorrência da distribuição das atividades nas esferas de produção e de reprodução, no poder de tomada de decisão e no acesso à propriedade da terra (BRUMER, 2004). Ademais, não recebem reconhecimento pela importância de seus saberes e pela força de trabalho que aplicam no sistema de produção, além disso, sofrem com a falta de visibilidade de seu trabalho doméstico (FAO, 2018).

Nesse sentido, reconhecer o papel da mulher se torna uma necessidade e para que isso ocorra é preciso que seja empreendida uma série de mudanças na esfera política e social que tenham em vista a equidade, assim como modificações nas relações de gênero para que as mulheres tenham maior visibilidade e valorização (MESQUITA, 2012).

Nesse contexto, observa-se que o papel da mulher na agricultura familiar merece discussão, sobretudo, no que se tange à falta de reconhecimento e visibilidade na propriedade rural. Assim, o problema desta pesquisa foca na seguinte

questão: Como a agricultora familiar desenvolve a pluriatividade, dentro do contexto do turismo rural?

Nessa perspectiva, essa pesquisa teve como objetivo analisar o papel da agricultora familiar na pluriatividade, de forma específica: a) identificar as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pela mulher; b) verificar a autonomia das mulheres no processo decisório nas atividades desenvolvidas; c) verificar a visão das mulheres em relação à sua participação nas atividades.

Esta pesquisa teve como recorte espacial o distrito de Varpa, localizado no município de Tupã, oeste do estado de São Paulo. Varpa possui um forte apelo cultural e turístico, proveniente das tradições, hábitos e costumes dos colonizadores letos, além de ser um local privilegiado por seus atrativos naturais.

Esta pesquisa se justifica, principalmente, pelo fato de que, apesar do crescente interesse na temática da mulher rural, ainda são poucos os estudos que exploram o trabalho desenvolvido por elas na propriedade rural (ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2015; ABAG, 2017). Além disso, mesmo com a constante luta das mulheres rurais em busca de seus direitos e reconhecimento, ainda persiste o tratamento diferenciado entre os gêneros, seja em questão de acesso à terra, emprego, assistência, tecnologia, saúde e educação (FAO, 2018). Assim, se torna crucial entender e reconhecer o protagonismo delas no espaço rural, para que sejam reforçados os benefícios não apenas econômicos, mas também de caráter social, como a autonomia, a visibilidade e a valorização.

A perspectiva de gênero em estudos da sociedade, de forma específica no mundo rural, possibilita um novo olhar para as relações sociais. Sua análise foca nos papéis sociais de mulheres e homens a fim de apreender as desigualdades e possibilita uma visão sistêmica das assimetrias de poder e das distintas oportunidades no meio rural, além de contribuir para ampliação das discussões a respeito das relações já estabelecidas entre eles (FAO, 1998; MELO; SABBATO, 2009; GALVANE; SALVARO; MORAES, 2015).

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹ (ODS), dentre os quais está o quinto

¹ Os ODS são decorrentes da Convenção da Mulher, Agenda 21 e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A Convenção da Mulher de 1981, foi o primeiro tratado internacional que fala sobre os direitos da mulher, em seu artigo 14, comenta sobre levar em consideração os problemas específicos enfrentados pela mulher rural e o importante papel que desempenham na subsistência de sua família, incluindo seu trabalho em setores não monetários da economia. A Agenda 21 de 1992, já

objetivo, sendo a Igualdade de Gênero. Este ODS busca o alcance da igualdade e o empoderamento de mulheres adultas e crianças. Em concordância com o ODS, esta pesquisa busca contribuir para a promoção do empoderamento feminino no espaço rural e para isso, se faz preciso entender o papel da mulher nas atividades realizadas nas propriedades rurais para que se possa demonstrar a sua importância e, posteriormente, o seu reconhecimento.

O ODS de Igualdade de Gênero está diretamente relacionado ao alcance do primeiro objetivo, que se refere a erradicação da pobreza e ao segundo, que se trata da fome zero e agricultura sustentável, isso em decorrência do fato de que, se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens têm em relação à terra, crédito, saúde e educação, poderiam contribuir para minimizar a pobreza, a fome, má nutrição e produção de alimentos mais saudáveis. Nesse sentido, a igualdade de gênero traz benefícios não apenas para as mulheres, mas para a sociedade, pelo desenvolvimento agrícola e social (HORA; BRITO; PARADA, 2017).

No ano de 2017, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) apontou a importância das mulheres rurais para o desenvolvimento sustentável, pelo fato de serem grandes responsáveis pela produção de alimento do mundo, além de terem papel fundamental na preservação da biodiversidade e garantirem a soberania e segurança alimentar ao se dedicarem à produção de alimentos mais saudáveis.

Para além dos benefícios mencionados, a igualdade de gênero serve como mecanismo de desenvolvimento, que pode contribuir para o aumento da eficiência econômica, além de auxiliar na remoção de obstáculos que reprimem a chance das mulheres de terem paridade no acesso a recursos, que podem suscitar ganhos significativos de produtividade (BANCO MUNDIAL, 2012).

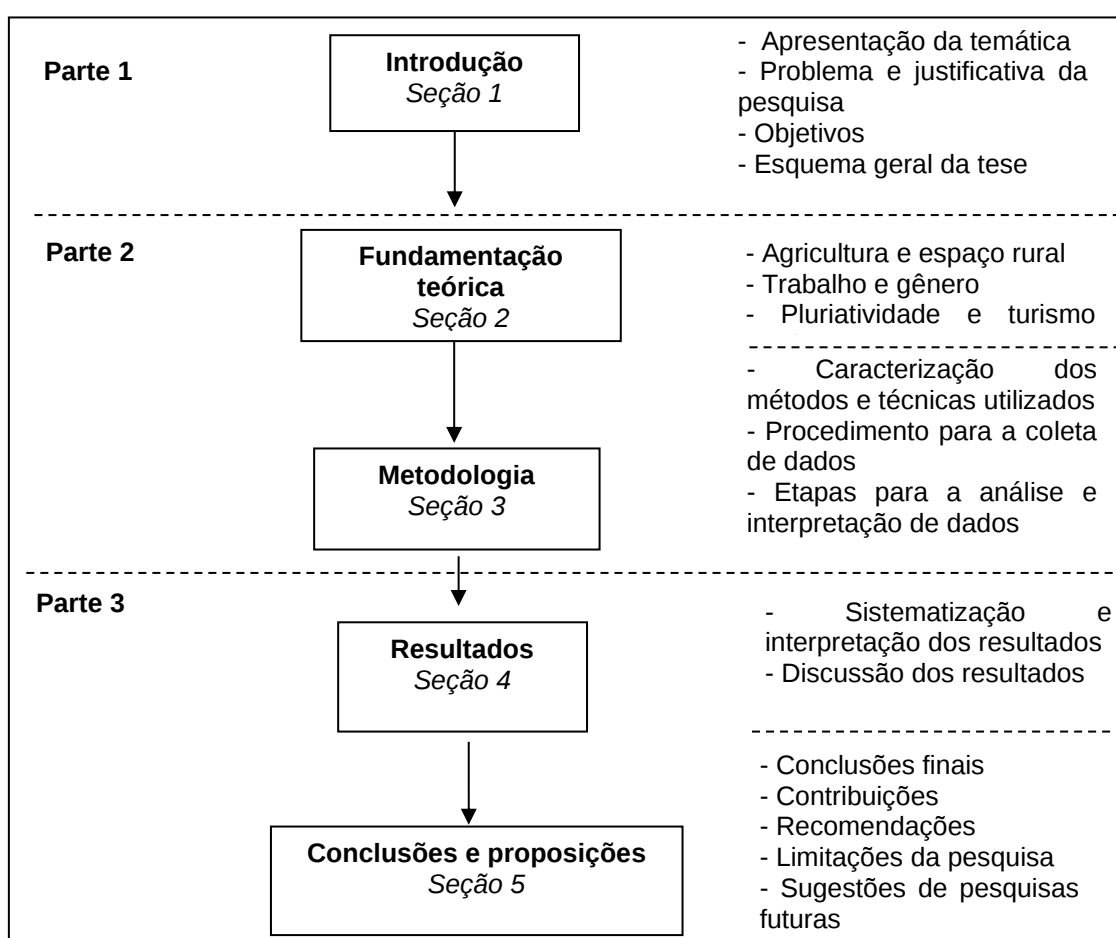
Portanto, defende-se a relevância desta pesquisa pelo esforço no reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas mulheres no espaço rural, seja na agricultura ou no turismo rural, bem como entender seus desafios, benefícios e motivações para o desenvolvimento dessas atividades. Acredita-se que a participação feminina no espaço rural seja imprescindível para reprodução das atividades. Além disso, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para reforçar,

previa em capítulo 24 da Seção III, a ação mundial pela mulher, com vistas a um desenvolvimento sustentável e equitativo. Na sequência os ODM criados em 2000, em seu terceiro objetivo, menciona a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres (SENADO FEDERAL, 2001; PIMENTEL, 2013; JANNUZZI, CARLO, 2019).

atentar e incentivar o protagonismo das mulheres e trazer novas abordagens para a academia.

Esta dissertação foi dividida em cinco seções dispostas da seguinte forma: 1. Introdução. 2. Fundamentação teórica. 3. Metodologia. 4. Resultados e discussão. 5. Considerações finais. A Figura 1 apresenta a estrutura da dissertação, como ela está dividida e o que compõe cada capítulo.

Figura 1 – Estrutura da dissertação



Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir inicia-se a fundamentação teórica, começando pelo contexto da agricultura familiar e o espaço rural.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Agricultura familiar e o espaço rural

Desde meados de 1960, muitos países aliciaram-se à Revolução Verde, criada com o intuito de aumentar a produtividade agrícola (ALMEIDA, 1997). No Brasil, a Revolução Verde manifestou-se como uma nova era para a agricultura, em que prometia a modernização do espaço rural, a erradicação da fome e o aumento da produção (LAZZARI; SOUZA, 2017).

Com a inserção desse modelo pautado pela modernização, a década de 1960 foi uma época sinalizada por modificações estruturais na agricultura, e também na vida social no espaço rural (BUAINAIN et al., 2013). Esse modelo produtivo introduziu os meios de produção criados ao longo da Segunda Revolução Industrial, como a mecanização e a aplicação de insumos e defensivos agroquímicos, aliados “a um processo complexo e sofisticado de seleção biológica de plantas e raças de animais de alto rendimento” (SCHNEIDER, 2003, p.109).

Os objetivos estabelecidos pela Revolução Verde condiziam com o cenário mundial da época, que passava por uma crise no mercado de grãos alimentícios, expansão do crescimento demográfico e pela previsão de uma possível escassez de alimentos (ALMEIDA, 1997).

Esse processo de modernização da agricultura provocou a elevação na produtividade e no crescimento global da produção de alimentos, transformando o Brasil em um dos maiores produtores e exportadores de produtos agrícolas. Contudo, apesar desses benefícios, o processo não considerou questões ambientalmente sustentáveis e socialmente igualitários (MACHADO; CAUME, 2008).

Como resultado, o uso exacerbado de agroquímicos, a exploração dos recursos naturais, a emissão de resíduos sem nenhum controle e a redução da biodiversidade, acabaram por configurar sérios problemas ambientais (MACHADO; CAUME, 2008). Problemas esses que podem ser exemplificados pela contaminação de alimentos, poluição das águas, desertificação do solo, desmatamento, surgimento de pragas mais resistentes a defensivos químicos, erosão e esgotamento dos recursos naturais não-renováveis (LAZZARI; SOUZA, 2017, ALMEIDA, 1997).

Já os problemas de cunho social podem ser explicados pelas políticas desenvolvidas pelo governo, que possuíam um caráter excludente e conservador, em que os recursos públicos foram dirigidos para os produtores que eram considerados mais capacitados para introduzir a tecnologia e se adequarem ao processo de integração à indústria (MACHADO; CAUME, 2008). Como resultado, observaram-se o aumento das desigualdades de renda, concentração da propriedade rural, levando a acentuação da migração da população rural para as cidades e também piorando a qualidade de vida daqueles que continuaram trabalhando e morando no espaço rural (PALMEIRA, 1989).

Em síntese, a modernização agrícola representou um aumento na concentração de terras e na diversidade social e econômica no espaço rural brasileiro, aprofundando as desigualdades sociais e econômicas. De um lado, a formação de um grupo de produtores modernos, que possuíam acesso a tecnologias, altamente mecanizados e inseridos nas cadeias de produção de grãos, carnes, cana-de-açúcar, silvicultura, entre outros. Do outro lado, um grupo formado por uma diversidade de produtores e residentes no meio rural, que foram marginalizados desse processo, tendo que sobreviver em condições precárias e de pobreza (SCHNEIDER, 2010).

O processo de modernização fez com que muitos produtores rurais enfrentassem diversos desafios para fortalecer a produção familiar, isso porque mesmo que existisse o interesse em adquirir as novas tecnologias, essa possibilidade tornou-se inviável (AIRES; SALAMONI, 2013). Um exemplo que demonstra a falta de acesso dos pequenos produtores rurais pode ser demonstrado pelo crédito rural, sendo o principal mecanismo utilizado para promover a modernização da agricultura. Este foi fortemente rigoroso e distintivo, no qual a oferta se restringia aos produtores de médio e grande porte, fazendo com que os pequenos produtores que possuíam pouco ou nenhum patrimônio fossem excluídos da oportunidade de aquisição do crédito por não disporem das garantias exigidas pelo sistema financeiro. Nesse sentido, Hespanhol (2008) acredita que a Revolução Verde não propiciou a alteração da situação de pobreza, fome das zonas rurais e tampouco a melhora na qualidade de vida dos moradores.

A fim de responder aos efeitos dos processos de globalização, abertura comercial, crise econômica, o Brasil testemunhou a necessidade de uma nova categoria sociopolítica no espaço rural, e assim foi reconhecida a categoria da

agricultura familiar, que passou a reivindicar, por reconhecimento, direitos e políticas diferenciadas de desenvolvimento rural (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2015).

De acordo com Wanderley (2017), no final dos anos 1980, consolidaram-se as críticas ao modelo dominante da modernização produtivista da agricultura, em cuja base permanecia a concentração fundiária e a expulsão massiva de trabalhadores da terra em suas diversas manifestações sociais e regionais. Ao mesmo tempo, foi possível incorporar à legislação vigente, critérios que traduzem o reconhecimento de outras formas sociais de agricultura, que inspiraram novas políticas de apoio a elas destinadas.

Segundo Grisa e Schneider (2014), ao longo dos anos foram determinadas novas relações entre Estado e sociedade civil, como também, estabelecidos novos espaços de participação social. Além disso, foram criados regras e instrumentos de política pública que visavam tornar os agricultores familiares protagonistas de muitas transformações, permitindo que essa categoria social e política fosse reconhecida pelo Estado brasileiro na metade da década de 1990 (GRISA; SCHNEIDER, 2014). A agricultura familiar tornou-se a categoria reconhecida, capaz de abranger uma diversidade de agriculturas, fundamentadas na associação entre trabalho, família e produção, sendo notória sua importância na configuração e organização do espaço rural brasileiro (WANDERLEY, 2017).

De acordo com Schneider (2010), antes de 1990, a referência brasileira à agricultura familiar era quase inexistente, visto que os termos geralmente empregados para qualificar essa categoria social eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda (SCHNEIDER, 2010). Entretanto, no que se refere à compreensão e definição das características do grupo denominado por agricultura familiar, nos últimos anos, o Brasil alcançou avanços expressivos. O principal se refere ao reconhecimento da diversidade econômica e da heterogeneidade dessa categoria, que é composta por pequenos produtores que labutam por meio da utilização da força de trabalho dos indivíduos da família, que produzem tanto para o comércio quanto para o consumo próprio (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

A Constituição de 1988 impulsionou novos espaços de participação social e reconheceu direitos desse grupo social (GRISA; SCHNEIDER, 2014). O reconhecimento institucional da agricultura familiar no Brasil sucedeu no início de 1990, especialmente, a partir das pesquisas desenvolvidas pela FAO, em conjunto

com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tais pesquisas resultaram no relatório publicado em 1994, que versava sobre as “Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável” para o país. Desse momento em diante, a agricultura familiar ganhou notoriedade e maior participação no que tange às políticas públicas para o espaço rural (AZEVEDO; PESSÔA, 2011; NIDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2015).

No Brasil, até o começo de 1990, a categoria social não possuía nenhuma política pública de abrangência nacional, capaz de atender as necessidades dos pequenos produtores, assim, no que diz respeito às políticas públicas, a agricultura familiar conquistou reconhecimento pelo Estado mediante a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, fundado em 1995 (MATTEI, 2014; HERRERA, 2015). A elaboração dessa política provocou a emergência de mais políticas diversificadas de desenvolvimento rural (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Assim, de programas que de forma insuficiente reconheciam a relevância econômica da categoria social, os agricultores familiares passaram a dispor de uma política nacional designada unicamente a eles (GRISA, 2017).

O PRONAF foi destinado a auxiliar os agricultores familiares, criando condições para ampliação da capacidade produtiva, contribuindo na criação de novos empregos e melhoramento da renda (AIRES; SALAMONI, 2013). O programa foi elaborado como resposta às reivindicações dos produtores rurais e surgiu com o objetivo de fornecer crédito e apoio institucional àqueles que estavam sendo marginalizados das políticas públicas ao longo de 1980 e se deparavam com severas dificuldades para continuar na atividade agrícola (SCHNEIDER, 2006).

Nesse sentido, observa-se que o PRONAF teve sua contribuição para valorização da agricultura familiar, afirmando o reconhecimento da condição de agricultor e de sua colaboração fundamental para a sociedade, apesar de, historicamente, este grupo social ter recebido pouca valorização no que diz respeito às políticas públicas e à atuação do Estado nacional, em contraposto com outros setores, como a agricultura patronal (AZEVEDO; PESSÔA, 2011). Aliás, Mattei (2014) salienta que os movimentos sociais rurais em busca de seus direitos tiveram um papel decisivo para a implantação do PRONAF, sendo este considerado como uma bandeira histórica dos produtores rurais, pois, com o programa, eles conseguiram ter acesso a serviços que até então eram concentrados aos produtores modernizados.

Esta legitimidade política e institucional foi corroborada pela criação da Secretaria da Agricultura Familiar, em 1999, com a criação do Programa Garantia Safra, em 2002, e outras políticas públicas nos anos seguintes, como o Programa de Aquisição de Alimentos, Seguro da Agricultura Familiar, Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (GRISA, 2017), além do Programa Nacional de Educação Ambiental para Agricultura Familiar.

Apesar das mudanças tecnológicas provenientes do novo modelo produtivo, a agricultura familiar é uma categoria em que muitos agricultores optaram para fortalecimento da produção para o consumo familiar. Os agricultores desempenham papéis ativos na criação de estratégias de resistência, permitindo-lhes a retomada de sua autonomia e criação de espaços passíveis de manobras que possibilitassem o controle sobre os recursos necessários para sua reprodução face ao contexto que se encontravam situados (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010).

Em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/06), que reconheceu a categoria social, estabeleceu sua estrutura conceitual e começou a determinar as políticas públicas para este grupo social (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

A Lei n.11.326 de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, na qual, em seu Artigo 3º, considera "agricultor familiar" aquele que pratica atividades no meio rural segundo os requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Segundo Picolotto (2014), a lei teve por objetivo abarcar a variedade de contextos de trabalho familiar rural nos mesmos instrumentos legais. Tal decisão pode ser vista de dois ângulos. O primeiro, no qual entende que a unificação consolida as bases legais de reconhecimento da agricultura familiar e a torna definidora de direitos e políticas públicas para categorias sociais diversas, e o segundo, oculta as dessemelhanças presentes no espaço rural brasileiro ao associar esta diversidade de situações à categoria agricultura familiar.

A agricultura familiar pode ser entendida por algumas características no que se refere ao seu funcionamento. Dentre elas está o acúmulo de funções que o proprietário desenvolve, seja como administrador e trabalhador, sendo dono de seus próprios meios de produção. Outra característica, se refere à mão-de-obra utilizada, sendo esta eminentemente familiar e responsável por produzir tudo o que precisam para sobreviver e o excedente é vendido para conseguir uma renda extra (FUNK; BOGES; SALAMONI, 2006). Já Abramovay (1998) afirma que existem três características presentes na agricultura familiar, a gestão, a propriedade e o trabalho familiar, que são desenvolvidos por indivíduos que possuem algum tipo de parentesco.

A FAO (2014) desenvolveu um estudo em que detectaram na diversidade de conceitos de agricultura familiar, atributos comuns, sendo: a predominância de trabalho familiar, a administração da unidade econômica e produtiva submetida ao responsável pela propriedade e o trabalho da produção é um fator que determina sua classificação.

Além das características que definem a agricultura familiar, a ela estão relacionadas diretamente “as questões culturais, a segurança alimentar, a diversidade na produção, a valorização do ambiente em que está inserida e, conseqüentemente, ao desenvolvimento local” (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014, p.36).

De acordo com Heberlê et al. (2017), a importância da agricultura familiar pode ser entendida pelos seguintes aspectos: (a) está intimamente relacionada à segurança alimentar e nutricional; (b) busca preservar os alimentos tradicionais, o que contribui para uma alimentação equilibrada e faz uso de modo sustentável dos recursos naturais; (c) representa uma chance de estímulo para as economias locais, e d) comprova o potencial para geração de oportunidades de trabalho. Além de fortalecer o mercado interno, produzir alimentos diversificados e reproduzir o patrimônio cultural dos moradores rurais, todos esses aspectos podem beneficiar a sociedade de forma geral, pois desfrutarão de uma variedade de alimentos de qualidade, desenvolvidos em ambientes preservados (MATTEI, 2014).

É válido frisar que muitos agricultores familiares ainda sofrem com adversidades e limitações, como a pobreza, a privação de renda e a vulnerabilidade social. Nessa perspectiva, é possível compreender que a modificação de um nome

ou a introdução de um novo termo, somente, não transforma a identidade e a condição de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

De forma geral, a agricultura familiar é responsável por valores significativos de contribuição no que se refere à produção de alimentos no país, entretanto, o tamanho da colaboração e participação das mulheres nas unidades familiares ainda é pouco conhecido (SCOT; CORDEIRO, MENEZES, 2010).

Sendo a agricultura familiar um conceito que caracteriza as relações entre a terra, o trabalho e a família, na qual cada membro da família exerce uma série de funções importantes dentro da propriedade, a mulher assume vários papéis e é nesse contexto que a seguir será tratada a questão de gênero no espaço rural, ressaltando as atividades desempenhadas por mulheres e, por conseguinte, a importância delas na propriedade rural.

2.2 Trabalho e gênero

No Brasil, as mulheres representam quase a metade da população rural, aproximadamente 14 milhões (IBGE, 2010). Muitas delas se deparam com situações de falta de acesso aos direitos básicos como saúde e educação (BUTTO, 2011). Entretanto, desde 1980 as mulheres rurais vêm mostrando força e reivindicando seus direitos pelo reconhecimento como trabalhadoras, a aceitação para a participação de sindicatos, acesso à previdência e licença-maternidade, defendendo seus territórios, a biodiversidade, a manutenção socioeconômica e cultural das comunidades onde vivem. Para alcançarem seus objetivos, buscam a inserção de propostas de reconhecimento dos direitos das mulheres rurais na Constituição de 1988 e soluções para seus interesses, desejos e planos coletivos e individuais (SABBATTO et al., 2009; SCOT; CORDEIRO; MENEZES, 2010; NOBRE et al., 2017).

É relevante salientar que as Conferências Mundiais sobre as Mulheres foram eventos importantes e impactaram positivamente para que começassem a ser inseridas as primeiras políticas públicas com foco em gênero (SCOT; CORDEIRO; MENEZES, 2010). A luta e organização das mulheres consolidou mudanças em curso, ainda que sejam muito incipientes. Todavia, sabe-se que falta muito para que as mulheres alcancem um real reconhecimento econômico, social e político (LOPES, 2008; SABBATTO et al., 2009).

Apesar das lutas se iniciarem em meados de 1980, somente a partir dos anos 2000 as mulheres conseguiram alcançar alguma forma de visibilidade política enquanto agricultoras/trabalhadoras rurais. Conquistaram também certa forma de reconhecimento como agentes produtivos, aposentadoria especial como agricultoras, a titulação conjunta de terra nos assentamentos de reforma agrária, assim como outros programas voltados para o atendimento de suas demandas como trabalhadoras, cidadãs e moradoras do mundo rural. Essas conquistas contribuíram para que as trabalhadoras rurais alcançassem relativo reconhecimento, apesar de que a concretização de seus direitos ocorre de forma demorada e não signifique uma mudança efetiva nas relações familiares, nem tampouco na responsabilidade pelos afazeres domésticos (SABBATTO et al., 2009; STADUTO; SOUZA; NASCIMENTO, 2015).

No assentamento Nova Lagoa Rica, em Minas Gerais, a ação das mulheres trouxe resultados positivos. Segundo Silva e Valente (2013), a organização das agricultoras com o objetivo de gerar renda e melhorar a qualidade de vida, fez com que houvessem alterações significativas nas relações de poder, em que começaram a ser consultadas para decisões no assentamento, porém, dentro da família, em relação a ter poder na tomada de decisão não houve alterações.

Nessa lógica, nota-se que, ao longo dos anos, as mulheres rurais vêm acumulando conquistas, como pela superação de desigualdades de gênero e pela efetivação de políticas para seu reconhecimento como agentes de desenvolvimento rural. Diversas foram as políticas públicas e programas implementados por governos anteriores que contemplam as mulheres rurais e, apesar de serem insuficientes e terem limitações, já beneficiaram muitas mulheres no que se refere ao acesso à terra e ao crédito (SCOT; CORDEIRO; MENEZES, 2010). Entretanto, ainda são variadas as formas de preconceito e violências pelas quais as mulheres rurais passam cotidianamente (HORA; MACEDO; REZENDE, 2015). Do mesmo modo, se observa uma distância considerável entre as leis instituídas e a realidade do cotidiano dessas trabalhadoras que, por estarem mais presas às estruturas familiares tradicionais, e com menor acesso aos espaços de tomada de decisão, vêem neste processo de transformação, a lentidão burocrática das instâncias superiores (BRASIL, 2008).

Longe de ser uma realidade vivenciada somente no Brasil, a mulher de baixa renda e baixa escolaridade, que sobrevive do trabalho no espaço rural sofre com a discriminação, opressão, subordinação e dificuldades impostas em relação ao

acesso à terra, créditos, tecnologia, assistência técnica e insumos agrícolas (FAO, 1998; FIDA, 2012; RODRIGUES, 2012; AIRES; SALAMONI, 2013; CEPAL, 2016).

É importante destacar o conceito de sexo e gênero para a compreensão do papel da mulher no meio rural. Nesse sentido, entende-se que sexo é determinado pelas características biológicas, que são comuns a todas as sociedades e culturas, já o conceito de gênero é um elemento característico das relações sociais, estas, que são fundadas pelas dessemelhanças captadas entre os sexos masculino e feminino pela sociedade. O gênero define papéis, oportunidades, características, direitos, condutas, tarefas e responsabilidades que cada um deve desempenhar em função do seu sexo e que são consideradas apropriadas para homens e mulheres, dependendo de cada sociedade e sua cultura e podem se modificar ao longo do tempo (FAO, 1998; FAO, 2009; STADUTO; SOUZA; NASCIMENTO, 2015).

Gênero tornou-se um conceito que indica as construções culturais, ou seja, a maneira como a sociedade constrói uma identidade social para homens e mulheres, além de ser um modo de dar significado às relações de poder e definir os papéis adequados para cada sexo (SCOTT, 1995; PEDRO; GUEDES, 2010). Dessa forma, a sociedade delimita com certa precisão em que terrenos, homens e mulheres podem atuar (SAFIOTTI, 1988). Essa delimitação pode estar pautada em princípios, sejam eles religiosos, étnicos, econômicos e culturais e são vistos como elementos essenciais para definir a disposição de obrigações e recursos entre homens e mulheres (MOSER, 1989).

As mulheres são parte ativa e necessária na produção agrícola, desempenhando um papel fundamental, seja na produção de alimentos ou na segurança alimentar e detêm expressiva relevância na dinâmica da propriedade rural, atuando nos âmbitos produtivo e reprodutivo (FAO, 1998; MESQUITA; MENDES, 2012; HORA; MACEDO; REZENDE, 2015).

Mesmo sendo responsáveis pelo desenvolvimento de uma diversidade de atividades que aumentam significativamente sua jornada de trabalho, não recebem rendimento monetário e esse é somente um dos problemas que a mulher rural experimenta diariamente (RODRIGUES, 2012; AIRES; SALAMONI, 2013). Problemas esses que se iniciam nas relações de gênero e perpassam o cerne do processo produtivo, sendo reflexo do que é entendido como natural do dever do homem e da mulher e que está ligado à relação hierárquica existente das famílias

rurais, baseada na divisão sexual do trabalho (HERRERA, 2015; SILVA, MENDES, 2015).

A divisão sexual do trabalho é reflexo das construções feitas pela sociedade, que impõem e relacionam os papéis que cada um possui, de acordo com o gênero, assim como os adjetivos de pesado e leve que também são utilizados para definir o que cada indivíduo desenvolve. Nessa lógica, as atividades executadas por mulheres, são vistas como leves e as dos homens, como pesadas. (BRUMER, 2004; HERRERA, 2013). E, mesmo que o trabalho leve e pesado demande a mesma quantidade de horas, o que estabelece a quantia paga para a atividade desempenhada é o sexo de quem a faz (PAULILO, 1989).

Segundo Staduto, Souza e Nascimento (2015), a divisão pode ser caracterizada em três tipos: reprodutivo ou doméstico, produtivo ou mercantil e comunitário. No trabalho reprodutivo ou doméstico estão relacionadas as atividades de cuidado da casa, dos filhos, criação de animais e subsistência. O trabalho produtivo ou mercantil consiste nas atividades de caráter comercial. Por último, o trabalho comunitário é aquele voltado para a comunidade e à sociedade.

A divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o primeiro é o princípio da separação, em que delinea a existência de trabalhos designados aos homens e trabalhos designados às mulheres e o segundo é o princípio de hierarquização, no qual é atribuído maior valor ao trabalho desempenhado pelo homem do que ao trabalho da mulher (KERGOAT, 2009). Essa diferenciação que ocorre no espaço rural em relação à valorização do trabalho desenvolvido por homens e mulheres, explica a questão da hierarquização mencionada (PAULILO, 1982; NOBRE et al., 2008).

Nessa perspectiva, o homem e a mulher são vistos como duas variantes, superior e inferior e essa distinção perpassa pela área de trabalho e dentro das relações sociais (AMORIM; FIÚZA; PINTO, 2015). Contudo, Vasconcelos (2016) acrescenta que a divisão sexual de trabalho é uma visão equivocada, já que as mulheres desenvolvem diversas atividades que estão além das mencionadas, ocupando espaço significativo na produção agrícola. Ademais, Nobre et al., (2008) acrescentam, que o esforço físico também é visto como uma das razões para que os homens sejam considerados mais importantes do que as mulheres no trabalho agrícola, o que, se analisado na prática, não tem lógica, pois as mulheres executam também as atividades agrícolas (NOBRE et al., 2008).

Para além disso, a organização da divisão sexual de trabalho é marcada pelas relações patriarcais, entendendo a família como um todo homogêneo em que designa aos homens, representar os interesses do grupo, tendo a responsabilidade de provedores e chefes da família, encarregados de tomar as decisões sobre investimentos referentes à produção e no aprendizado para aprimorar os conhecimentos sobre novas tecnologias. Além disso, administra os recursos provenientes da atividade agrícola, produção de bens e serviços, preparação da terra, rega dos cultivos, colheita e transporte dos produtos ao mercado, mantém contato com técnicos rurais, agrônomos e bancos, além de fazer a maior parte das vendas e participarem de associações, como cooperativas e sindicatos. Mesmo que em alguns casos, as mulheres se envolvem em conjunto na tomada de algumas decisões, são maridos os responsáveis por conduzir o processo decisório (BRUMER, 2004; FAO, 2009; FARIA, 2011; AIRES; SALAMONI, 2013; STADUTO; SOUZA; NASCIMENTO, 2015; COSTA; LOPES; SOARES, 2015).

Além de desenvolver o trabalho produtivo, os homens delegam às mulheres a função dos cuidados e trabalhos domésticos (FARIA, 2011). As atividades de autoconsumo estão ligadas diretamente às mulheres e ao seu cotidiano, isso se deve ao fato de que essa produção para consumo próprio é considerada parte do papel de provedora das necessidades da família. Também respondem pelas atividades que circundam as proximidades do seu território 'tradicional', as casas, incluindo o cultivo nas hortas e os cuidados de pequenos animais. Assim, a família se organiza em uma hierarquia de gênero e geração centrando o poder nas mãos dos homens (BRASIL; 2006; VASCONCELOS, 2016).

Diversos estudos demonstram que a participação das mulheres como força de trabalho é vista como ajuda e que essas ainda possuem posição subordinada, ainda que desenvolvam as mesmas atividades com carga horária coincidente a dos homens. Esse fato deriva de uma tradição arraigada na agricultura patriarcal, na qual muitas mulheres não são reconhecidas como agricultoras e trabalhadoras rurais, mas sim como esposas de agricultores (BRUMER, 2004; VILLWOCK; GERMANI; RONCATO, 2016; SOF, 2006; FUNK; BORGES; SALAMONI, 2006; PERROT, 2007; LUNARDI; ALMEIDA, 2008; RÖHNELT; SALAMONI, 2010; HORA; MACEDO; REZENDE, 2015).

Marcadamente no meio rural, as atividades desenvolvidas por homens e mulheres são divididas em dois tipos de trabalho, sendo um no âmbito reprodutivo e

o outro produtivo, o primeiro é atribuído para as mulheres, desenvolvido no espaço privado, por não ser expresso em valores monetários é visto como improdutivo, sendo assim, o gasto em termos de tempo e energia das mulheres para sua realização se tornam invisíveis, esquecidos e desvalorizados pela sociedade. Já aos homens, cabe o trabalho produtivo, que possui valor de troca e pode ser mercantilizado (LOPES, 2008; NOBRE et al, 2008; FAO, 2009; FARIA, 2011; ÁVILA, FERREIRA, 2014; AGUIAR, 2016).

Carneiro (1981) aponta que o espaço rural é definido como um espaço socialmente masculino, no qual as atividades realizadas nele são consideradas como trabalho de homem, logo, decisões sobre o que e quando plantar e colher, quantidade, o que e quanto vender, ficam sob controle do chefe da família, conferindo a este o seu status social de agricultor. Enquanto que, a casa, é o locus que atribui status à mulher enquanto dona-de-casa, mãe e esposa, em decorrência da identidade feminina que é baseada no que ela foi instruída a compreender como específico a sua condição de ser mulher, ou seja: o casamento, o cuidado com a casa, filhos, marido e a responsabilidade , pela harmonia do lar (COSTA; LOPES; SOARES, 2015; VASCONCELOS, 2016).

Para Herrera (2017) a sobrecarga de trabalho a que as mulheres estão submetidas, pode contribuir no impedimento para prosseguir a formação escolar, como também para usufruir de tempo para si, seja na utilização dele para o lazer, como também para melhorar a qualificação profissional, ou seja, a falta de tempo para si, interfere em possibilidades de construção de projetos de vida que não sejam ligados às necessidades de outros membros da família (HERRERA, 2017). Contudo, dados do IBGE (2010) demonstram que as mulheres rurais têm maior porcentagem de ensino superior do que os homens, tendo a proporção de 2,46 e os homens 1,19% de nível de instrução, porém, isso não significa que elas tenham melhores possibilidades no campo.

Ter rendimento próprio é uma condição básica e necessária para exercer a autonomia econômica e não precisar depender de outro indivíduo para satisfazer suas necessidades e de sua família, como também para tomar decisões sobre os recursos (CEPAL, 2016). Entretanto, mesmo quando desenvolvem a atividade agrícola, as mulheres não dispõem de renda própria, a menos que os recursos adquiridos sejam pela comercialização de seu trabalho a terceiros ou pela venda direta de produtos beneficiados por elas na propriedade familiar (BRUMER, 2004).

A mulher agricultora desenvolve uma jornada extensa de trabalho ao longo do dia e não fica limitada a uma tarefa só, desenvolvendo diversos trabalhos importantes para a manutenção da família e da produção (HORA; MACEDO; REZENDE, 2015). Segundo Sabbatto et al. (2009), as atribuições dadas às mulheres, as fazem serem vistas como um recurso infinito para prover as necessidades, seja dos familiares ou da casa. Nota-se que a variedade de trabalhos que as mulheres desenvolvem em sua extensa jornada, apreende parte significativa do tempo em sua rotina diária, influenciando negativamente nas suas chances de se sociabilizar, de ter participação social, e consequentemente nas oportunidades de acesso ao capital social, capacitação e entretenimento (FIDA, 2012; CEPAL, 2016; TIRELLI; PEDROSO, 2017).

O tempo é um recurso limitado e cada pessoa o emprega de determinada forma, dependendo de uma diversidade de fatores socioculturais condicionantes que obedecem à estrutura social, relações de poder e ordem de gênero imperante (BALLARA; PARADA, 2009). A participação ativa das mulheres na agropecuária sendo elas remuneradas ou não, não veio acompanhada da inclusão dos homens no trabalho doméstico e de cuidados. Consequentemente, se observa a heterogeneidade no uso e distribuição de tempo entre eles, em que a dedicação quase que exclusiva em atividades não remuneradas é feita pelas mulheres, somado a isso, sua extensa carga horária de trabalho limita sua participação no mercado (OIT e PNUD, 2009; IRANI; PARADA; RODRIGUEZ, 2012; CEPAL, 2016).

Existem elementos comuns que caracterizam a vida das mulheres rurais na América Latina e Caribe, dentre eles, a sobrecarga de trabalho é um dos fatores que mais afeta a vida das mulheres, resultado da divisão sexual de trabalho que perdura até os dias atuais (NOBRE et al., 2017).

Nessa lógica, a inferiorização do papel das mulheres no espaço rural ainda é muito presente (SAFFIOTI, 1988). Mesmo que exerçam um conjunto de atividades que ultrapassam as práticas estritamente vinculadas ao trabalho reprodutivo, estas são invisíveis à sociedade e não são definidas como emprego economicamente ativo nas contas nacionais (FAO, 2011; HERRERA, 2012).

Essa situação pode ser vista em diversas partes do mundo, como na Etiópia, em que as agricultoras têm seu trabalho e capacidade geralmente subvalorizado, mesmo quando estão engajadas em todas as atividades produtivas e

têm uma carga mais pesada que os homens (PETROS et al., 2018). Outro exemplo interessante, é verificado por Alston e Whittenbury (2013) em suas pesquisas no Rio Murray na Austrália, em que a crise hídrica fez com que agricultores refletissem sobre sua posição no meio rural e foram capazes de perceber a importância do trabalho das mulheres para a manutenção da família. Contudo, mesmo com a geração de renda alcançada pelas mulheres, assim sim não possuíram poder na tomada de decisão.

Nesse sentido, entende-se que o trabalho desenvolvido pelas mulheres não modifica sua posição subordinada na hierarquia familiar, mesmo que em determinadas ocasiões tenha que assumir quase por inteiro a atividade produtiva, não há alteração de papéis (CARNEIRO, 2001). Isso é resultado da ideologia patriarcal que reconhece a superioridade dos homens e a caracterização das mulheres como ajudantes e vistas apenas como complementares para a família (SABBATTO et al, 2009).

De acordo Scot, Cordeiro e Menezes (2010), essas situações influenciam de forma negativa na visibilidade e reconhecimento da participação feminina no espaço rural, consequentemente, as mulheres se sentem insatisfeitas com a condição em que se encontram. Tal situação contribui para que elas tenham interesse em sair do campo e buscar novas opções na cidade, a fim de garantir salário e maior reconhecimento, já que na propriedade rural não enxergam uma perspectiva (SCOT; CORDEIRO; MENEZES, 2010)

A vida no campo pode ter perspectivas diferentes para homens e mulheres, podendo vir a ser mais atrativa para os homens, uma vez que são eles quem normalmente herdaram as terras e têm maior apoio para dar continuidade nas atividades produtivas (STROPASOLAS, 2004). Um exemplo da condição mais positiva para os homens no meio rural, pode ser demonstrado pelo estudo feito no município de Canguçu/RS, em que Bandeira e Costa (2018) comentam que a migração feminina está relacionada com a falta de valorização, visibilidade e independência que as mulheres sofrem.

Referente ao trabalho executado pelas mulheres no espaço rural, ele pode ser caracterizado por atividades relacionadas à limpeza da terra e colheita, plantio, seleção e embalagem de produtos, ao processamento de produtos agrícolas, ao cuidado de animais, que são destinados ao consumo familiar (BRUMER, 2004, HEREDIA; CINTRÃO, 2006; HERRERA, 2012). Além das

atividades mencionadas, elas também são responsáveis pelos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, elaboração e preparação dos alimentos, coleta de água, responsabilidade pela horta, onde podem realizar a produção de cultivos agrícolas e comercialização (FAO, 2009; TIRELLI; PEDROSO, 2017).

Narciso (2008) comenta sobre o termo “*women’s triple role*”, que define o triplo papel da mulher no campo.

Em primeiro lugar, o trabalho reprodutivo, que inclui a reprodução biológica (ter filhos e cuidar das crianças pequenas), a reprodução geracional (cuidar dos filhos mais velhos) e a reprodução diária (trabalho doméstico de suporte àqueles que desempenham as tarefas produtivas que inclui a manutenção da casa); em segundo lugar o trabalho produtivo, que abrange a produção para consumo doméstico e as atividades agrícolas ou não-agrícolas geradoras de rendimento e, por último, o trabalho comunitário, que seriam as atividades e eventos desempenhados coletivamente (NARCISO, 2008, p.3-4).

No espaço rural pode ocorrer a multiplicação e intensificação das atividades desenvolvidas pelas mulheres, tornando seu trabalho ainda mais árduo, dado que elas diversas vezes são responsáveis pela busca de lenha e água para preparação dos alimentos ou uso doméstico, fazem a lavagem das roupas no rio, capinam o feijão, dentre outras atividades que requerem constante disponibilidade das mulheres, o que contribui para a geração de sobrecarga em suas vidas (SOF, 2016). Além disso, são responsáveis pela geração de bem-estar, riqueza, desenvolvimento e também para a conservação e proteção do meio ambiente. Sua participação ativa, tanto no campo produtivo como no reprodutivo, permite que as pessoas melhorem sua qualidade de vida nos territórios e na sociedade como um todo (IRANI; PARADA; RODRIGUEZ, 2012).

Apesar de a mulher na maioria das vezes não receber seu devido reconhecimento, existem aspectos que devem ser ressaltados sobre sua participação no processo cultural, no que se refere à reprodução e consequente criação dos filhos, pois a mãe tem uma função socializadora, transformando crianças em membros maduros dentro de determinada cultura (CIOMMO, 1999).

Esquivel (2012) enfatiza que ainda que o trabalho doméstico e de cuidados resulte em provimento de bem-estar e manutenção para as famílias, não seja remunerado, para aqueles que desenvolvem essas atividades há um custo, seja em questão de tempo, energia ou rendimento. Um exemplo que explica essa situação pode ser exposto se pensarmos em duas famílias compostas por mãe, pai e crianças pequenas, em que uma delas tem acesso a uma creche, enquanto a

outra não tem essa mesma oportunidade, sendo assim, na maioria dos casos, a mãe tem que compensar essa carência e cuidar dos filhos. Essa compensação feita pelas mulheres, muitas vezes pode acarretar em menor possibilidade de inserção em trabalhos agrícolas.

Fontoura e Araújo (2016) trazem um apontamento relevante no que se refere ao valor econômico das atividades desempenhadas pelas mulheres. De acordo com os autores, em suas casas, nas atividades domésticas ou de cuidado, o tempo gasto poderia ser utilizado por elas para gerar renda e, desta forma, elevar os rendimentos familiares ou aumentar sua autonomia econômica. Muitas vezes é subestimado tanto o papel das mulheres na segurança alimentar, quanto sua real colaboração na produção agrícola (FAO, 2008).

A Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) de 2008, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2011), em seu Anuário das Mulheres Brasileiras e DIEESE (2017a) estão ilustrados no Quadro 1, evidenciando os avanços e retrocessos no que tange a distribuição de pessoal no setor agropecuário brasileiro na perspectiva de gênero.

Quadro 1 – Distribuição de pessoal no setor agropecuário

Setor Agropecuário (tipo de ocupação)	2008 (PNAD, 2008) (%)		2009 (DIEESE, 2011) (%)		2016 (DIEESE, 2017a) (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Ocupação como empregados	88,4	11,6	81,5	18,5	80,4	19,6
Ocupação não remunerada	41,2	58,8	26,8	73,2	-	-
Trabalhadores por conta própria	86,9	13,1	76,2	23,8	84,3	15,7
Autoconsumo	-	-	23,3	76,7	-	-
Ocupação como empregadores	-	-	75	25	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 1, é possível observar que somente a fonte do Dieese (2011) traz todos os tipos de ocupação do setor agropecuário. Já os dados do Pnad (2008) não mensuram as atividades como empregadores e autoconsumo e os dados encontrados do Dieese (2017) são ainda menos completos, pois a maioria dos dados não é desagregado por sexo, dificultando a visualização das disparidades entre homens e mulheres.

Ainda sim, nota-se que houve um aumento das mulheres em ocupações na agropecuária como empregadas e de 2008 para 2009 ocorreu o aumento das trabalhadoras por conta própria, contudo, em 2016 teve uma significativa redução, talvez relacionado pelo fato de que houve o aumento na ocupação como empregadas.

Outro aumento se deu nas ocupações não remuneradas, que se comparado ao dos homens, demonstra que as mulheres ainda são aquelas que desempenham várias atividades, como o cuidado com a casa, filhos, atividades produtivas e reprodutivas, mas que por conta do gênero, não recebem remuneração.

A diversidade de trabalhos desenvolvidos pelas mulheres se sobrepõe ao seu trabalho na atividade agricultura, mascarando a verdadeira natureza da sua ocupação e abatendo horas na sua jornada de trabalho quando se observam as estatísticas (BRASIL, 2006). Esses dados podem estar relacionados a uma visão quase universal que define as mulheres por seu papel materno e doméstico, por conta de seu corpo feminino e suas funções, como a reprodução, seus papéis sociais serão considerados como inferiores e subordinados aos homens, o que pode afetar na sua porcentagem nos dados estatísticos (CIOMMO, 1999).

Mesmo que seja possível observar uma mudança de proporções nas ocupações, o trabalho desenvolvido pelas mulheres sofre com o ocultamento e falta de visibilidade de sua participação, podendo ser observado nas estatísticas oficiais (BUTTO, 2009).

O DIEESE (2017b) em sua pesquisa que tratava sobre a remuneração no setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, apontou que as mulheres recebiam em média um rendimento monetário de R\$702,00 e os homens de R\$1.016,00.

De acordo com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2016), os resultados de uma pesquisa nos países Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala e Peru, demonstram que as mulheres rurais aparecem como inativas, quando se analisa a questão de trabalho, sendo então trabalhadoras invisíveis para as estatísticas oficiais, isso porque participam em grande parte do tempo de trabalhos não remunerados ou da produção para o autoconsumo (CEPAL, 2016). Como resultado dessa invisibilidade nas estatísticas, os homens aparecem como aqueles que trabalham muito mais do que as mulheres, visto que as atividades desempenhadas no quintal e na horta, não são classificadas como horas de trabalho

(BRASIL, 2005).

Quadro 2 – Jornada de trabalho semanal

Jornada de trabalho semanal	2014 (ONU Mulheres, ANO) (horas)		2016 (CEPAL, ANO) (horas)		2016 (DIEESE, 2017b) (horas)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Trabalho remunerado	-	23,0	40,0	23,7	39,6	35,2
Trabalho não remunerado	-	29,0	4,3	27,6	-	-
Total	-	52,0	44,3	51,3	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 2 traz dados sobre a jornada de trabalho semanal das mulheres a partir de diferentes fontes para os anos de 2014, 2016 e 2017. Como pode ser observado, somente a CEPAL aponta a comparação entre homens e mulheres em trabalho remunerado e não remunerado. Ainda sim, é possível observar que as mulheres têm participado cada vez mais do trabalho remunerado, dado este, que pode estar relacionado a luta frente por direitos iguais, oportunidade de emprego, dentre outros, contudo, sua carga horária no trabalho não remunerado ainda é alta.

Apesar dos dados trazerem resultados que demonstram que as mulheres trabalham mais do que os homens, isso não significa que sua participação seja mais reconhecida ou valorizada, pois ainda são consideradas trabalhadoras secundárias, ou seja, sua função é vista como complementar, que contribui para acrescentar renda para a família (CEPAL, 2016). Além disso, Ortner (1979) alega que muitas vezes, a mulher por viver em uma sociedade em que a cultura enxerga as mulheres como inferiores aos homens, consequentemente, ela acaba por aceitar sua posição inferior e subordinada.

No que se refere à jornada de trabalho agrícola, em média as mulheres tem menos tempo se comparadas aos homens. Este número relativamente baixo, demonstra a compreensão que as mulheres têm sobre o que seja trabalho. É preciso salientar que as mulheres desenvolvem diversos trabalhos além daqueles mencionados nas estatísticas oficiais, seja no serviço e cuidado com a casa ou prestados para as pessoas que dependem delas, como filhos, idosos. Trata-se de um trabalho importante, porém que não é capturado pelos registros (BALLARA; PARADA, 2009; STADUTO; SOUZA; NASCIMENTO, 2015).

Os fatos que as pesquisas demonstram em relação à participação da mulher nas atividades agropecuárias, podem estar diretamente relacionados à divisão sexual de trabalho vivenciada no campo, por invisibilizar o trabalho desenvolvido pelas mulheres e por considerá-lo como complemento ao trabalho masculino, as mulheres tendem a enxergar todas suas atividades agropecuárias ou não, como extensão da casa (HORA; MACEDO; REZENDE, 2015). Nesse sentido, elas declaram todas as atividades desempenhadas como trabalho doméstico (PAULILO, 2013). Consequentemente, essa compreensão pode vir a reduzir sua jornada de trabalho nas estatísticas rurais (KRETER, 2013). Assim, resulta na falta de conhecimento da efetiva parcela da contribuição das mulheres nas propriedades familiares (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

Melo, Considera e Sabbato (2007), mensuraram o valor que os afazeres domésticos significariam no PIB brasileiro. Os resultados apontam que R\$148,7 bilhões poderiam ser acrescentados ao PIB no ano de 2001; R\$170,2 bilhões no ano de 2002; R\$200,3 bilhões em 2003; R\$204,8 bilhões em 2004 e R\$ 235,4 bilhões em 2005, se as atividades domésticas fossem contabilizadas como atividade produtiva, ou seja, que tem valor monetário.

Nesse sentido, levando em consideração que o número de horas que as mulheres ocupam em afazeres domésticos é em média o dobro das ocupadas pelos homens, o valor gerado pelos afazeres domésticos por parte das mulheres ao longo desses dez anos, produziu um valor cinco vezes maior do que o gerado pelos homens nas mesmas tarefas, isso significa que, as mulheres são responsáveis por 83,5% desse PIB “da vassoura”, caso os afazeres domésticos fossem contabilizados. Pois se pensarmos que, para as atividades culinárias necessitariam de cozinheiras qualificadas, para a limpeza das propriedades, faxineiros, para cuidar dos filhos, cuidadores e/ou professores de educação inicial, para cuidar de outros membros da família por sintomas de mal-estar ou doença, uma enfermeira, se contabilizadas essas atividades, o retorno financeiro seria significativo.

Fontoura e Araújo (2016) também fizeram uma pesquisa para estimar o valor das atividades domésticas em um período de dez anos, de 2001 a 2011. Os afazeres domésticos, ao longo do período mencionado, foram valorados em média em 11,4% do PIB brasileiro. Considerando-se o PIB de 2012, R\$ 4,4 trilhões, isto representaria R\$ 501,9 milhões.

Assim, de acordo com a pesquisa de Fontoura e Araújo (2016), o PIB gerado pelas mulheres durante os anos de 2001 a 2011 seria cinco vezes maior do que o gerado pelos homens, resultado este, pelo fato de que as mulheres são as principais responsáveis pelas atividades domésticas.

O trabalho da mulher é um conjunto de atividades invisíveis à sociedade, mesmo que participem ativamente da esfera produtiva e, apesar de gerarem renda de forma indireta ou mesmo diretamente por meio de seus beneficiamentos de produtos, essa produção chega ao mercado majoritariamente por meio dos homens, encarregados de ocupar e atuar no espaço público (HERRERA, 2012; STADUTO; SOUZA; NASCIMENTO, 2015).

É importante elucidar que o conceito de trabalho pode ser descrito de duas formas segundo Bastos, Pinho e Costa (1995), sendo primeiramente a forma negativa, que relaciona o trabalho à noção de sacrifício, esforço, fardo, algo que esgota quem realiza; e a segunda que traz uma visualização positiva, que enxerga o trabalho como a execução de habilidades e capacidades humanas para proporcionar o controle da natureza, vinculando também à dedicação para alcançar determinado propósito, também pode ter como significado, executar a ação com cautela e/ou atenção.

Contudo, apesar da existência da definição defendida por Bastos, Pinho e Costa (2015), Paulilo (2005) comenta sobre a ideia fortemente enraizada na sociedade capitalista de que só as atividades que podem ser vendidas são entendidas como trabalho, ocasionando na falta de importância dada às mulheres no mercado de trabalho, enquanto os homens são mais valorizados. De forma alinhada, Duarte (2017) acrescenta que o trabalho produtivo é “caracterizado como aquele que produz mais-valia e gera lucro, sendo o trabalhador produtivo não apenas aquele que produz o necessário para a reprodução de sua existência mas também, aquele que produz o excedente” (DUARTE, 2017, p.1). Logo, o trabalho pode ser definido como aquele que se troca por dinheiro, ou seja, uma atividade geradora de valor (MARX, 1987).

Nesse sentido, todas as atividades descritas que as mulheres desempenham, não são consideradas como trabalho porque a elas não se atribui valor monetário, por isso são entendidas como uma extensão das atividades domésticas. Por esse ângulo, também não é levado em consideração toda a energia que é inserida em sua realização, nem mesmo quando as mulheres desenvolvem

produtos e serviços que incrementam e contribuem para formar a renda familiar (FAO, 2011; HERRERA, 2012).

Ainda que as mulheres estejam inseridas no mercado de trabalho, sua participação prevalece menosprezada em relação aos homens e colocada numa esfera secundária do processo produtivo (GALVANE; SALVARO; MORAES, 2015). Butto (2011) acrescenta que a maioria das mulheres rurais não recebem o devido reconhecimento da sua condição de agricultora familiar. Fato esse que decorre da naturalização da divisão de trabalho que a sociedade delimita os campos em que podem operar mulheres e homens (SAFFIOTI, 1988; BRASIL, 2008).

Apesar das inúmeras dificuldades vivenciadas diariamente pelas mulheres, elas exercem um papel fundamental como agentes nas estratégias de manutenção e reprodução da agricultura familiar e também na subsistência biológica e socioeconômica das famílias, para o bem-estar, para a segurança alimentar e preservação do meio ambiente (HERRERA, 2015). Pode-se afirmar que as sociedades agrícolas dificilmente conseguiriam desenvolver-se sem a participação efetiva das mulheres (PERROT, 2007).

Segundo Narciso (2008), a contribuição das mulheres para o desenvolvimento econômico e diminuição da pobreza pode ser vista em três níveis:

1) a um nível macro, pois são importantes como recurso para a força de trabalho, remunerado ou não, e através das suas tarefas na família contribuem significativamente para liberar a mão-de-obra dos homens para outras atividades, 2) ao nível do agregado familiar, são produtoras de produtos e serviços para o mercado e para uso doméstico, realçando-se o seu contributo quantitativo e qualitativo para o rendimento e 3) a um nível intergeracional, como cuidadoras e educadoras das novas gerações, são responsáveis pela alimentação, saúde e socialização/educação e um importante agente de mudança (NARCISO, 2008, p.4).

É possível visualizar casos de sucesso em que as agricultoras alcançam reconhecimento. Um exemplo da importância das mulheres, pode ser observado nos resultados obtidos em uma pesquisa feita em Gana por Lawson et. al (2019), em que as agricultoras rurais se adaptaram a uma das grandes ameaças à agricultura, as mudanças climáticas. Para isso, buscaram conhecimento sobre o uso de grãos armazenados, mudança de época de semeadura e colheita, conservação do solo e cultivo de novas culturas, compostagens e atividades não-agrícolas, assim, conseguiram se adequar a situação. Na Índia e Sul da Ásia também foi feita uma pesquisa sobre as mudanças climáticas e o impacto delas para as mulheres rurais e, apesar de serem vulneráveis a ameaça, se mostraram agentes eficazes para mitigar,

adaptar e reduzir os desastres decorrentes das mudanças climáticas (YADAY e LAL, 2018).

No Brasil, estudo desenvolvido por Mendes et al. (2014), demonstra que na região Sudoeste do Mato Grosso, as mulheres criaram uma associação em que desenvolvem atividades com o intuito de melhorar a qualidade de vida da comunidade, fortalecer a agricultura, preservar a biodiversidade com técnicas agroecológicas e como resultado, conseguiram conscientizar a comunidade sobre a importância de seus papéis e conquistaram o direito a participar de reuniões que antes eram somente para os homens.

As mulheres rurais não vivem apenas com dificuldades relacionadas ao trabalho, quando se casam, muitas vezes são excluídas da herança da terra, por não serem descendentes do marido, e também pelo fato de sua atuação na agricultura ser enxergada como mera ajuda, depois porque é tida como socialmente incapacitada socialmente para exercer o papel de chefia da propriedade familiar. Assim, a posse da terra é passada aos filhos e com a morte do marido, a mulher se torna dependente do filho (CARNEIRO, 2001).

Ainda que o Código Civil brasileiro estabeleça de forma igualitária o direito sobre a herança entre todos os filhos, de acordo os interesses da família, as regras culturais tendem a modificar a lei (CARNEIRO, 2001). Assim, independentemente da existência de leis que dão direito à titularidade da propriedade para as mulheres, esse direito pode vir a ser barrado pelas crenças e costumes culturais de uma sociedade patriarcal que enxerga no homem o responsável pela unidade produtiva, logo, esse título é destinado a ele (SUÁREZ; SUAREZ; TEIXEIRA; MUSSI, 1994).

Mesmo que as mulheres possuam terra em seu nome, não significa ter a garantia de um emprego rural, em vista de que para produzir é preciso ter insumos, sementes, crédito, assistência técnica, capacitação e, esses são produtos e serviços que no âmbito rural dificilmente as mulheres conseguem adquirir por conta da desigualdade de gênero (BALLARA; PARADA, 2009).

Ainda em relação à propriedade da terra, as condições das mulheres são muito diferentes dos homens, essa desigualdade se manifesta no acesso aos meios de produção e pode ser demonstrada pelos mecanismos do mercado que não executam legislações igualitárias no direito à herança. Medidas concretas para assegurar a igualdade no acesso à obtenção de terra e políticas estaduais de distribuição de terras, têm tido em geral um alcance limitado (NOBRE et al., 2017).

No que se refere aos serviços de extensão, as mulheres tendem a ser excluídas, pois os agentes de extensão acreditam que elas não contribuem de forma significativa na produção agrícola, detêm pouca autoridade na tomada de decisões sobre os cultivos e são menos capazes de entender os processos (FAO, 1998). Assim, as informações descritas sinalizam que muitas vezes a mulher rural é desprovida de autonomia para agir e, inclusive sobre o seu próprio corpo, ao contrário do homem, que é ritualizado como o responsável pela ação e decisão (COSTA; LOPES; SOARES, 2015).

Segundo a FAO (2011), a desigualdade de gênero interfere negativamente na atuação da mulher no espaço rural, pois limita o aumento de sua produtividade, na contribuição na produção agrícola e no crescimento econômico, deixando-as distantes da possibilidade de adquirir terras, insumo, trabalho, tecnologia, educação, serviços de extensão e financeiro. Entretanto, se as mulheres tivessem os mesmos direitos que os homens, elas poderiam gerar benefícios consideráveis para o setor agrícola e a sociedade, podendo aumentar o rendimento de suas propriedades em 20% a 30%. Desta forma, a produção agrícola total nos países em desenvolvimento poderia aumentar em 2,5% a 4%, o que, por sua vez, diminuiria a quantidade de pessoas famintas no mundo em 12% a 17%, isso porque o trabalho agrícola das mulheres poderia contribuir para a segurança alimentar e nutricional.

A agricultura tem um baixo rendimento em muitos países em desenvolvimento por diversas razões. Entre elas está o fato de que as mulheres carecem de recursos e oportunidades para obter lucro na utilização de seu tempo, afetando em sua produtividade e reduzindo as contribuições femininas ao setor agrícola e ao alcance dos objetivos gerais de desenvolvimento econômico e social. As mulheres são agricultoras, trabalhadoras e empresárias, mas em quase todas as partes do mundo têm dificuldades mais complexas do que os homens para acessar os recursos (FAO, 2011).

É válido acrescentar que, apesar de diversos registros que apontam para a falta de acesso a recursos, ainda assim, existem estudos que demonstram que quando as mulheres têm oportunidades, podem trazer resultados satisfatórios. Uma pesquisa desenvolvida na China por Brauw et al., (2013) demonstra que as mulheres ao longo dos anos vêm conquistando maior oferta de trabalho agrícola e assumem mais tarefas na administração das propriedades e, quando as gerenciam

são igualmente eficientes como as administradas por homens. Hay e Pearce (2014) apresentam em sua pesquisa que as mulheres usam a maioria dos componentes da tecnologia online três vezes mais do que os homens. As mulheres estão impulsionando a tecnologia da propriedade, destacando uma inversão de papéis, em que as mulheres começaram a ser as tomadoras de decisão, desempenhando um papel maior na diversificação agrícola e em parcerias produtivas, revertendo parcialmente sua invisibilidade, contribuindo para modificar as divisões de gênero.

Um estudo feito na Espanha sobre as diferenças de produtividade por gênero no trabalho agrícola em estufas, demonstra que as mulheres tiveram em média, uma eficiência 107,5% maior em comparação aos homens, e isso ficou evidente em todas as tarefas sujeitas a avaliação. Aliás, o desempenho de trabalhadoras em tarefas que envolvem a operação de máquinas, como uma plataforma elevada motorizada, mostrou-se superior à dos homens (MANZANO; GARCIA; FERNÁNDEZ-SÁNCHEZ, 2013).

Entretanto, a ONU MULHERES (2016), aponta que no Brasil ocorre uma assimetria no que tange ao acesso a assistência técnica. Os dados demonstram que 22% das propriedades administradas por homens no espaço rural receberam assistência técnica, enquanto que apenas 11% das administradas por mulheres. Isso ocorre porque muitas vezes as mulheres não são vistas como agricultoras (HORA; MACEDO; REZENDE, 2015). Assim, “para igualar essa distribuição de acesso a assistência, mais de 66.000 estabelecimentos dirigidos por mulheres deveriam ser contemplados” (ONU MULHERES, 2016, p.82).

A desigualdade de gênero no meio rural ainda precisa de muito avanço, mas essa situação não é diferente em outros países. Contzen e Forney (2017) em sua pesquisa na Suíça, demonstraram que apesar da existência de uma lei sobre a igualdade de gênero, ainda é muito presente a desigualdade no espaço rural, pois a distribuição do trabalho, a tomada de decisão e as próprias leis para acesso à terra, educação e formação na agricultura ainda favorecem os homens, se tornando um obstáculo para o alcance da igualdade.

Na Turquia, segundo Ozcatalbas e Akcaoz (2010), ainda que as mulheres tenham um papel relevante na agricultura, a informação agrícola não está efetivamente as alcançando e beneficiando. No Zimbabuê as mulheres agricultoras chefes de família também sofrem com a discriminação, pois são mais desfavorecidas do que seus maridos em questão de acesso e controle dos recursos

agrícolas (NYIKAHADZOI et al., 2012). De acordo Uduji, Okolo-Obasi e Asongu (2019), em um estudo desenvolvido na Nigéria, a falta de acesso a terras e insumos agrícolas, são os principais fatores que afetam as mulheres rurais, pois interfere na possibilidade de aumento da produtividade, podendo limitar o crescimento e redução da pobreza.

Mesmo com o passar dos anos, existem aspectos relacionados ao trabalho feminino que não se alteraram, como o grande número de mulheres em idade ativa e ausentes do mercado de trabalho, o significativo número de mulheres ocupadas, ou seja, que estão desenvolvendo algum tipo de trabalho, mas sem remuneração. Além disso, pode-se observar que as mulheres predominam o número de desempregados e correspondem a grande proporção dos que dedicam um alto volume de horas aos afazeres domésticos e por fim a considerável concentração em setores e ocupações que compõe características atribuídas socialmente às mulheres (ONU MULHERES, 2016).

Ainda quando as mulheres percebem sua condição de subordinação, isso não implica necessariamente em um movimento de mudança, pois elas têm medo do que pode acontecer caso reivindiquem pela modificação da divisão de trabalho ou por uma maior possibilidade de intervir na tomada de decisão (NOBRE et al., 2008).

Uma forma de conter a persistente falta de visibilidade no trabalho desenvolvido pelas mulheres é por meio da criação de dados agrícolas desagregados por sexo. A escassez desses dados é um grande obstáculo para a formulação e implementação de políticas e programas que levem em consideração as necessidades tanto das mulheres quanto dos homens nas estratégias ligadas à agricultura e ao desenvolvimento rural (FAO, 2008). Quando houver o efetivo empoderamento social e econômico das mulheres rurais, estas terão oportunidades reais para desenvolverem mudanças significativas no espaço rural (FIDA, 2012). Todavia, ainda que o Estado reconheça os direitos e os incorpore, isso não garante sua efetiva implementação, pois existem fatores que podem interferir, no sentido de que os direitos garantidos na lei podem contrapor aos costumes locais (LOPES, 2008).

É incontestável o alcance que as lutas das mulheres rurais obtiveram, porém, não se deve tomar como superadas as influências que as relações patriarcais ainda exercem sobre a sociedade e como elas afetam as mulheres, pois

ainda existe desvalorização no mercado de trabalho, na divisão sexual do trabalho, na remuneração inferior, em suas atribuições no âmbito reprodutivo, nas relações conjugais, dentre outras (HORA; MACEDO; REZENDE, 2015).

2.3 Pluriatividade

De forma a responder às mudanças resultantes do processo de intensificação da globalização e modernização agrícola, muitas famílias buscaram estratégias para prover o sustento familiar, produção e trabalho na agropecuária, ocasionando em um aumento na procura por opções não-agrícolas na exploração da propriedade rural. Essas transformações no espaço rural resultaram em novos rendimentos, impulsionando assim o crescimento de atividades alternativas (BLOS, 2005; BRASIL, 2010; SCHNEIDER, 2010; ELESBÃO; SOUZA, 2013).

Tais transformações, modificaram o “status” do espaço rural, antes visto como um local que remetia ao atraso, a problemas e que tinha como característica simplesmente a produção de alimentos e ser depositário de mão de obra, começou a ser determinado como possuidor de respostas e soluções, assim, o espaço rural vivenciou uma multiplicação de suas funções e ampliação de oportunidades (SOUZA; BRANDERBURG, 2010).

Segundo Elesbão (2007), é preciso olhar o espaço rural para além de um ou mais setores da agropecuária, mas sim como um ambiente capaz de desempenhar uma variedade de novas funções incorporadas e suscitar oportunidades diversificadas para a reprodução e evolução da população ali residente (ELESBÃO, 2007). Assim, o rural passou a ser considerado um espaço diferenciado, dotado de outras funções e que possui antigos e novos produtos agrícolas, paisagem, fauna e flora, enfim uma centena de recursos que podem ser utilizados e que podem contribuir economicamente (CRISTÓVÃO, 2002; ELESBÃO; SOUZA, 2013).

A alteração na percepção sobre o espaço rural acarreta em uma mudança, pois o rural anteriormente definido como um espaço privado, em que se realizada produção e reprodução de determinado conjunto de pessoas, começa a ser caracterizado como um espaço público, cumprindo uma multiplicidade de atividades, como de preservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural, além do desenvolvimento do turismo, hospedagem, artesanato, produção de bens

agrícolas e não-agrícolas (GRAZIANO, 1993; SOUZA; BRANDENBURG, 2010).

A ampliação das atividades não-agrícolas contribuiu para que o espaço rural deixasse de ser visto como exclusivo para atividades agropecuárias, dando abertura para novas funcionalidades que configuram uma nova ruralidade (SCHNEIDER, 2003; SCHNEIDER, 2010; WANDSCHEER; TEIXEIRA, 2010; ELESBÃO; SOUZA, 2013).

A diversificação das atividades desempenhadas pela família, deu espaço para ampliação da pluriatividade. A pluriatividade pode ser caracterizada pela necessidade em que famílias rurais se depararam pela falta de retorno financeiro das atividades agrícolas e por isso começam a desenvolver variadas atividades produtivas e econômicas, sendo elas agrícolas ou não, dentro ou fora das propriedades (SCHNEIDER, 2003).

A pluriatividade permite que os integrantes da família conciliem as atividades agrícolas e não-agrícolas, com o intuito de agregar valor aos produtos agrícolas e utilizem de forma mais intensa a mão de obra disponível na família (WANDERLEY, 2010; AIRES; SALAMONI, 2013).

É oportuno salientar que, concomitante à necessidade de desenvolver a pluriatividade no campo para a sobrevivência das famílias rurais, a sociedade vem descobrindo e reconhecendo a importância ambiental, a questão da preservação, o interesse por produtos identitários, como a gastronomia. Esse contexto propiciou a valorização dos modos de vida dos produtores rurais, permitindo que os atores sociais deixem de ser somente produtores de matéria-prima, para que possam descobrir novas possibilidades de desenvolvimento para garantir sua permanência no campo (BRASIL, 2010; BEBER; MENASCHE, 2011).

Observando essa tendência, houve o estímulo por parte de agricultores e gestores municipais para que desenvolvem as atividades não-agrícolas, como o turismo rural. Nessa perspectiva, o espaço rural brasileiro avançou na direção de processo de recuperação e revalorização e assumiu uma condição de espaço de consumo, por meio de atividades relacionadas a hospedagem, lazer, degustação e não apenas aqueles referentes à produção agrícola (BRICALLI, 2005; BEBER, MENASCHE, 2011). Tais atividades fazem parte do segmento de turismo rural que se passa a contextualizar a seguir.

2.3.1 Turismo rural

O desenvolvimento da atividade turística rural faz parte do processo de reestruturação do meio rural brasileiro, especialmente após a década de 1990, sendo visto como modo de reprodução econômica e social de muitas famílias agricultoras (LUNARDI; ALMEIDA, 2008; LUNARDI; SOUZA, 2009).

No Brasil, o início dessa atividade se deu no município de Lages, no estado de Santa Catarina, onde surgiram as primeiras propriedades rurais abertas à visitação. Desde então, a atividade começou a ser encarada como uma oportunidade para os produtores rurais que estavam em busca de caminhos para superarem as dificuldades que o setor agropecuário enfrentava (BRASIL, 2010).

Wandscheer e Teixeira (2010) afirmam que sendo caracterizado como uma atividade não-agrícola, o turismo rural é uma atividade socioeconômica capaz de complementar a renda dos agricultores e gerar diversos benefícios.

Oliveira (2005) complementa que o turismo vem como uma forma de suprir a falta de retorno financeiro que as atividades tradicionais já não estão trazendo. Assim, a atividade turística abre as portas do campo para o desenvolvimento não apenas econômico, mas ambiental, social e cultural (VEZZANI, 2008; BRASIL, 2010).

Bloss (2005) ressalta que o turismo pode ser visto como uma forma de estímulo ao funcionamento das propriedades rurais, pois a abundância de recursos naturais e o patrimônio cultural proporcionam ao espaço rural a capacidade de criar diversas formas de atividades. Fazer menção a questão de benefício ambiental.

Para essa pesquisa foi adotada a definição de turismo rural desenvolvida pelo Ministério do Turismo, em que o define como um “ o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2010, p.18).

O turismo rural pode propiciar diversos benefícios para os agricultores familiares, como:

a diversificação da economia, geração de novas oportunidades de trabalho e renda, incorporação da mulher ao trabalho remunerado, agregação de valor ao produto primário, diminuição do êxodo rural, melhoria da infraestrutura de transporte, comunicação e saneamento no meio rural, melhoria dos equipamentos, dos bens imóveis e das condições de vida das famílias rurais, conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural, promoção de intercâmbio cultural e enriquecimento cultural, integração das

propriedades rurais e comunidade local, tanto sociais quanto de trabalho, valorização das práticas rurais e resgate da auto-estima (BRASIL, 2010, p.16).

A atividade turística pode contribuir também na melhoria na qualidade de vida e da formação educacional, desenvolvimento do espírito de parceria e participação. Ademais, pode auxiliar na reorganização social e econômica, uma vez que oferece benefícios diretos à população local que participa direta ou indiretamente das atividades relacionadas com o turismo (BLANCO, 2004; ELESBÃO; SOUZA, 2013).

Outra contribuição do turismo rural é a valorização dos produtos da propriedade familiar por meio do beneficiamento dos produtos *in natura*, como conservas, embutidos, lácteos, refeições. Com a vinda dos turistas às propriedades rurais, os produtores têm a oportunidade de vender seus produtos, pois esses consumidores normalmente valorizam os produtos novos e tradicionais e de qualidade.

Além de todos os fatores mencionados, vale abordar o bem-estar proporcionado às famílias que desenvolvem a atividade turística. A atividade faz com que os indivíduos sintam orgulho de sua origem e começam a compartilhar tradições gastronômicas e culturais que poderiam ser esquecidas, mas com o desenvolvimento turístico podem vir a ser resgatadas e valorizadas. Nesse sentido, as famílias podem vir a se conscientizarem da importância de se preservar o patrimônio que possuem e que é enaltecido pelo turista, que busca no espaço rural satisfazer suas necessidades de lazer, interagir com os moradores locais e desenvolver atividades que são rotineiras aos residentes (BLANCO, 2004; SILVA, 2005).

O turismo rural pode ser visto como uma atividade de pequeno impacto ambiental e possui alta capacidade de desenvolvimento sustentável, além de contribuir para a redução das migrações da população rural em busca de oportunidades de emprego (IICA BRASIL, 2013). Blanco (2004) comenta sobre a nova característica que o produtor rural adquire de empreendedor e prestador de serviços de serviços turísticos, labutando de forma direta na conservação do patrimônio ambiental e cultural do local em que ele vive (BLANCO, 2004).

Segundo Brasil (2010), o turismo rural engloba atividades que são compostas pela oferta de produtos turísticos, serviços e equipamentos, e pode-se destacar por:

hospedagem, alimentação, operação e agenciamento, transporte de visitantes, recepção à visitação em propriedades rurais, recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural, eventos, e outras atividades praticadas no meio rural e que existam em função do turismo ou se constituam no motivo da visitação (BRASIL, 2010, p.18).

Esse segmento do turismo retrata uma preocupação com a preservação da genuinidade do local e busca equilibrar os valores do passado e a comodidade moderna, sem deixar de lado a ruralidade do campo, que é o principal atrativo capaz de demandar fluxos de turistas (BLOS, 2005).

No turismo rural as práticas cotidianas vivenciadas pelos produtores rurais, como a plantação, colheita, criação de animais de grande e pequeno porte, a alimentação, as tradições culturais e a paisagem, são características significantes que compõe o produto turístico rural (BRASIL, 2010). Para Elesbão e Souza (2013), a simplicidade e hospitalidade do homem rural, suas tradições e modos artesanais da agricultura familiar e a forma em que vive, são características que atraem o turista. A busca por um lugar calmo e que o afaste da correria e da poluição da cidade grande, fazem com que as pessoas tenham vontade de ir para o espaço rural.

Segundo Ramiro e Dias (2011), se o turismo for gerido de forma responsável, poderá trazer os benefícios citados. Em sua pesquisa realizada em assentamentos, os autores identificaram que além de diversificar a renda, o turismo pode agregar valor às atividades agropecuárias já existentes, o que é de extrema importância, pois isso faz com que não perca a essência do local, não as modifica e tampouco as exclui.

É importante frisar que o desenvolvimento da atividade de turismo rural deve ser pautado no objetivo de potencializar o que cada local, região e/ou propriedade possui, valorizando suas peculiaridades, saberes, modo de vida tradicionais e artesanais dos indivíduos, seus costumes, pois esses são atributos que despertam o interesse dos visitantes de sair dos grandes centros urbanos para o espaço rural (BLANCO, 2004; ELESBÃO; SOUZA, 2013).

A ampliação de oportunidade de emprego e renda, é um dos resultados mais relevantes que a atividade turística pode trazer, especialmente no que se refere as parcelas da população excluídas ou marginalizadas, como as mulheres. Além de oferecer rendimentos econômicos para as mulheres, o turismo rural as insere em uma forma regular de remuneração, que pode contribuir para sua valorização social,

pois, sendo o turismo um trabalho remunerado, possibilita o reconhecimento (SEADE, 2001; LUNARDI; ALMEIDA, 2008; LUNARDI; SOUZA, 2009).

Por esse ângulo, para as mulheres, a atividade não traz apenas benefícios econômicos, mas também de valor social, pois com o contato com os visitantes, permite que elas tenham a chance de expandir seus conhecimentos e participar de atividades que antes não tinham possibilidade, como nas associações e reuniões de turismo, além de independência financeira, a valorização de sua participação, resultado do empoderamento proporcionado pela renda (LUNARDI; ALMEIDA, 2006, CARVALHO, 2008; STADUTO; SOUZA; NASCIMENTO, 2015). Assim, o turismo rural pode ser qualificado como uma alternativa de inclusão das mulheres no mercado de trabalho (CARVALHO, 2008).

Porém, não se sabe se essas mudanças possibilitam transformações na divisão sexual do trabalho, assim, mesmo com os rendimentos lucrados pelas mulheres na prática do turismo rural, isso não significa que haverá uma negociação dos papéis de gênero e das responsabilidades domésticas (STADUTO; SOUZA; NASCIMENTO, 2015).

Dada a relevância da contribuição da mulher para a reprodução social de suas famílias e da própria agricultura familiar, é imperativo compreender detalhadamente as atividades exercidas por ela, para evidenciar seu papel como trabalhadora, permitindo, desta forma, que o trabalho exercido pelas mulheres rurais se torne visível à sociedade em sua integridade (HERRERA, 2015).

3 METODOLOGIA

A pesquisa possui natureza aplicada, uma vez que buscou gerar conhecimentos que contribuam para possíveis aplicações práticas, auxiliando as mulheres rurais sobre o seu reconhecimento como protagonistas do espaço rural e alertar para a importância de ações que cooperem para a visibilidade do seu trabalho. A pesquisa é qualitativa e de caráter exploratório, cuja preocupação esteve centrada em compreender a realidade dessas mulheres e seus respectivos papéis na pluriatividade da agricultura familiar e no turismo rural, com foco em suas motivações, visões, questões históricas e culturais. Tal enfoque visou a obtenção de um conhecimento aprofundado sobre esse grupo.

Para alcance dos objetivos propostos, o método de investigação elegido foi o estudo de caso, caracterizado pelo aprofundamento do estudo, com o propósito de adquirir seu conhecimento amplo e detalhado. Esse método investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real (YIN, 2005).

3.1 Procedimentos para coleta de dados

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um roteiro sistemático de entrevistas, aplicado por meio de conversas presenciais, dando autonomia para que as entrevistadas falassem livremente, deixando a pergunta como um ponto de partida, na qual todos os seus dizeres, visões e opiniões foram levados em conta para a análise.

Os sujeitos da pesquisa foram mulheres agricultoras familiares e que, concomitantemente, desenvolvem a atividade turística rural no distrito de Varpa, distrito de Tupã, Estado de São Paulo. Para obter informações sobre as mulheres, primeiramente foi feito o contato com a Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS de Tupã, para ter conhecimento sobre o número de produtores rurais no distrito de Varpa, contudo, os dados existentes são gerais e incluem o município de Tupã e seus três distritos. Assim, se obteve o número total de produtores, não discriminando o número de agricultoras no distrito.

Nessa lógica, a obtenção e seleção das agricultoras foi feita a partir de uma visita de campo ao distrito de Varpa, em agosto de 2019, quando ocorreu o evento mensal, denominado FeirArt. Na ocasião foi possível realizar o

conhecimento breve do local e iniciar a seleção das agricultoras. Em conversa com algumas mulheres que estavam expondo seus produtos, foram passados contatos de possíveis agricultoras para participar das entrevistas. Desses contatos, seis mulheres foram indicadas para a pesquisa. Em seguida, contatou-se o presidente da Associação de Moradores do Distrito de Varpa, que também contribuiu com a indicação de mais quatro mulheres, totalizando dez mulheres.

As entrevistas foram feitas nos meses de outubro e novembro de 2019, com agendamento prévio com as agricultoras. No total das dez mulheres, foi possível contatar oito delas, contudo cinco foram entrevistadas, pois somente estas se enquadraram na pesquisa pelo desenvolvimento da pluriatividade no distrito pesquisado. As entrevistas foram feitas nas propriedades que as agricultoras residem e sem a presença de seus maridos ou filhos. Após a realização das entrevistas gravadas, foram feitas as transcrições e, na sequência, segundo a disponibilidade das agricultoras, ocorreu o retorno até elas, para que pudessem confirmar suas falas e alterar ou acrescentar alguma informação que acreditssem ser pertinente.

3.2 Categorias de análise

Para elaboração do roteiro da entrevista semiestruturada, buscou-se por meio do arcabouço teórico e aliado com o *Women's Empowerment in Agriculture Index* – WEAI e o índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero - IEDG, desenvolver questões que refletissem os objetivos específicos desenvolvidos para esse estudo (Apêndice A). É importante frisar que o índice WEAI, lançado no ano de 2012 pelo *International Food Policy Research Institute* – IFPRI é uma ferramenta de medição, que tem por objetivo identificar e avaliar o poder das mulheres em relação aos homens em suas casas, na comunidade e na economia no setor agrícola, visando entender em que áreas elas têm menos autonomia e poder de decisão. O índice já foi aplicado nas regiões sul e sudeste de Bangladesh, no oeste da Guatemala e nas regiões central, norte e leste da Uganda, pelo próprio instituto. Os resultados provenientes dessa medição podem contribuir para encontrar as áreas em que mulheres têm menores oportunidades e almejar novas políticas (IFPRI, 2012).

Já o IEDG, proposto por Oliveira et al. (2018), também tem como objetivo verificar o empoderamento e desenvolvimento das mulheres em várias dimensões, a fim de reconhecer o papel das mulheres no setor agrícola. Tal índice consiste em avaliar os indicadores que mostram maior ou menor grau de empoderamento das mulheres para posterior melhoria da qualidade de vida, por meio da redução dos níveis de desigualdade. Foi utilizado pelos seus desenvolvedores, no estado do Paraná, numa pesquisa que teve como objetivo analisar o empoderamento das mulheres participantes de uma cooperativa agrária, em que foi possível observar que o nível de empoderamento das mulheres foi considerado positivo, em várias categorias de análise.

Os dois índices buscam detectar os obstáculos e restrições que limitam a inclusão e visibilidade das mulheres no espaço rural e, para isso, cada índice é composto por um conjunto de categorias que permitem visualizar a situação das mulheres.

O WEAI é composto por cinco categorias e o IEDG por dez categorias, como apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Índices e suas respectivas categorias de análise

WEAI	IEDG
Decisões sobre a produção agrícola	Acesso ao trabalho
Acesso e poder de tomada de decisão sobre os recursos produtivos	Acesso ao conhecimento
Controle sobre o uso da renda	Posse de ativos
Liderança na comunidade	Condições habitacionais
Alocação de tempo	Disponibilidade de recursos
	Percepções de empoderamento
	Fecundidade
	Acesso à saúde
	Vulnerabilidade Social
	Uso de Tempo

Fonte: Elaborado pela autora com base em IFPRI, (2012); OLIVEIRA, et al. (2018).

A partir das categorias desenvolvidas pelos dois índices e a fim de responder ao objetivo proposto nessa pesquisa, foram selecionadas quatro das categorias do WEAI, quais sejam: decisões sobre a produção agrícola, acesso e

poder de tomada de decisão sobre os recursos produtivos, controle sobre o uso da renda e alocação do tempo. Foram eleitas seis categorias do IEDG: acesso ao trabalho, acesso ao conhecimento, posse de ativos, percepções de empoderamento, vulnerabilidade social e uso de tempo.

Tendo como base a seleção das categorias dos índices, foi proposta uma adequação e reorganização, agrupando-as em três novas categorias, levando em consideração as atividades agrícolas e não-agrícolas, com o intuito de responder aos objetivos específicos propostos para esta pesquisa, como demonstra o Quadro 4. Entendendo o propósito dos índices WEAI e IEDG, as novas categorias propostas permitiram desenvolver o caminho metodológico para a compreensão do papel da agricultora familiar na pluriatividade.

Quadro 4 – Disposição das categorias definidas para o estudo

Categoria de análise	Constructos
Composição do trabalho agrícola e não-agrícola	- Atividades desenvolvidas dentro da propriedade; - Divisão de trabalho na atividade agrícola e não-agrícola; - Jornada de trabalho na atividade agrícola e não-agrícola; - Alocação do tempo entre o trabalho agrícola e não-agrícola.
Poder no processo decisório	- Atuação nas decisões para produção, comercialização, administração e uso dos recursos financeiros advindos da produção; - Valorização da opinião feminina por parte do marido e filhos; - Autonomia na produção agrícola e não-agrícola, qualificação e participação em cursos técnicos, cooperativas e sindicatos.
Reconhecimento e visibilidade do trabalho	- Visões sobre a importância da atuação na propriedade rural; - Situações que sofreram algum tipo de vulnerabilidade social, discriminação ou exclusão por serem mulheres; - Visões sobre a falta de valorização e reconhecimento no trabalho, divisão de trabalho, dificuldades vivenciadas por mulheres e igualdade na propriedade rural.

Fonte: Elaborado pela autora.

Cada uma dessas categorias demonstradas no Quadro 4, a composição do trabalho agrícola e não-agrícola, poder no processo decisório e reconhecimento e

a visibilidade do trabalho são compostos por constructos baseados na literatura discutida.

A categoria de análise: Composição do trabalho agrícola e não-agrícola, visou verificar todas as atividades desempenhadas pelas mulheres, produtivas agrícolas e não-agrícolas ou reprodutivas, entender a divisão de trabalho existente na propriedade entre a agricultora e seu marido/filho/pai, a fim de verificar se existe uma divisão sexual de trabalho, aliado a jornada de trabalho para as mesmas atividades e como são alocadas ao longo do dia.

A categoria de análise: Poder no processo decisório, teve como intuito verificar de que forma as mulheres atuam nas decisões na produção, comercialização, administração e uso dos recursos financeiros, além disso, verificar se suas opiniões são valorizadas ou não e se existe autonomia na produção agrícola e não-agrícola, qualificação e participação em cursos técnicos, cooperativas e sindicatos.

A categoria de análise: Reconhecimento e visibilidade no trabalho, buscou verificar como as mulheres enxergam seus papéis na propriedade rural, se sofreram situações de vulnerabilidade social e discriminação, além disso, observar quais são as visões delas no que se refere ao reconhecimento e valorização dos trabalhos que desenvolvem, a satisfação com a divisão de trabalho, as dificuldades vivenciadas por mulheres no espaço rural e a crença na igualdade de gênero.

A fim de responder à questão da pesquisa, fez-se uma verificação das categorias apresentadas no Quadro 4, com o intuito de interpretar disparidades em relação ao gênero e também entender o papel da mulher na agricultura familiar e no turismo rural. Compreendendo o conceito de gênero como caracterizador das distinções entre homens e mulheres, mediante atribuições desenhadas pela sociedade, trabalhar com esse conceito é imprescindível para que seja possível entender as relações de poder existentes no espaço rural (SILVA; MENDES, 2015).

Com base nos constructos estabelecidos para esta pesquisa, foi estruturado o roteiro de entrevistas para a coleta de dados.

Vale salientar que foram disponibilizadas cartas de apresentação (Apêndice B), para que as entrevistadas estivessem cientes dos objetivos da pesquisa e soubessem que todas as informações coletadas seriam de uso único e exclusivo para o desenvolvimento do trabalho e não teriam a identificação de seus nomes, como forma de manter o anonimato.

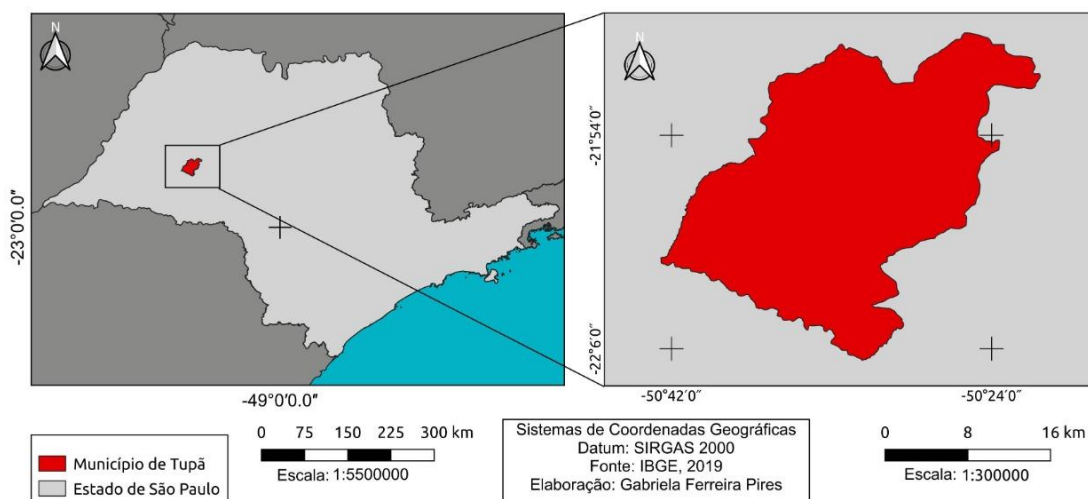
A análise qualitativa dos dados possibilitou um entendimento mais completo sobre cada entrevistada, com o propósito de verificar de que forma cada uma delas entendeu as categorias que foram elaboradas e se elas tenderam a ter visões semelhantes ou não.

Aliada à entrevista semiestruturada, foi feita a observação assistemática, para enriquecer os resultados e auxiliar na compreensão da problemática que, além disso, pode contribuir para uma descrição mais precisa do fenômeno estudado (GIL, 1999). A observação contribuiu para comprovar ou não as evidências obtidas durante as entrevistas presenciais, pois existia a possibilidade de as mulheres terem a compreensão de que as atividades que executam no espaço rural não são entendidas como trabalho. A observação auxiliou na obtenção de provas sobre esses fatores, ademais, foi pautada na verificação dos comportamentos e atividades das entrevistadas e dos demais no local da pesquisa.

3.3 Lócus da pesquisa

Em relação ao ambiente de estudo, as entrevistas e observações foram feitas nas propriedades em que as mulheres residem, sendo estas localizadas no distrito de Varpa, município de Tupã/SP, como demonstra a Figura 2. Nessa etapa pretendeu-se, por meio de contato prévio, agendar os dias em que as entrevistadas estivessem disponíveis para a coleta de dados.

Figura 2 – Município de Tupã no Estado de São Paulo



Fonte: Elaborado a partir dos dados do IBGE (2019).

A escolha para o recorte geográfico do município de Tupã decorre do fato de ele ser caracterizado como Estância Turística, de acordo a Lei Complementar nº 1.261² de 2015, que define condições e requisitos para classificação.

A caracterização do lócus da pesquisa está apresentada na seção 4.

3.4 Forma de análise de dados

Para analisar os dados alcançados por meio das entrevistas e observação assistemática, optou-se pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Esse método é constituído pela descrição e interpretação da comunicação. Para organização dessa análise, Bardin (2011) expõe três fases que devem ser seguidas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação).

Nessas etapas foram feitas a transcrição na íntegra das entrevistas, levando em consideração todas as reações observadas, seguida de uma leitura completa e profunda para escolha dos documentos a serem submetidos à análise para responder ao problema levantado para esta pesquisa. A categorização já havia sido feita anteriormente, sendo esta dividida em três: composição do trabalho agrícola e não-agrícola, autonomia no processo decisório e reconhecimento e visibilidade no trabalho. Na sequência, foi feito o tratamento dos resultados para torná-los significativos e válidos. Ademais, levou-se em consideração a importância do confronto entre as entrevistas, a observação assistemática e o referencial teórico no intuito de descrever, interpretar e averiguar se as teorias existentes mencionadas neste trabalho estão de acordo com as visões e vivências das mulheres rurais de Varpa.

A utilização de transcrições na íntegra nos resultados a fim de expor de maneira completa a forma como as entrevistadas responderam, seguem as normas determinadas segundo Preti (1999), como demonstra o Quadro 5.

² Lei complementar 1.261, artigo 2º - São condições indispensáveis e cumulativas para a classificação de Município como Estância Turística: I - ser destino turístico consolidado, determinante de um turismo efetivo gerador de deslocamentos e estadas de fluxo permanente de visitantes; II - possuir expressivos atrativos turísticos de uso público e caráter permanente, naturais, culturais ou artificiais, que identifiquem a sua vocação voltada para algum ou alguns dos segmentos do turismo, como: turismo social, cultural, religioso, ecoturismo, turismo rural, dentre outros.

Quadro 5 – Normas para transcrição

Ocorrência	Sinais	Exemplificação
Entonação enfática	Maiúscula	Ó...eu TENHO autonomia.
Interrogação	?	Eu queria ter mais tempo livre? Queria.
Qualquer pausa	...	Deixa eu pensar como explicar...
Comentários descritos pelo entrevistador/autor	((minúscula))	((risos))
Prolongamento de vogal e/ou consoante	:::	É:::

Fonte: Adaptado de Preti (1999).

Ademais, para verificar a frequência de palavras mais utilizadas pelas agricultoras em cada categoria, optou-se por fazer uso do aplicativo online *Word Clouds*, que permite uma representação gráfica das palavras.

3.5 Estrutura metodológica

Em suma, para alcançar o objetivo geral deste trabalho, foi necessário alcançar três objetivos específicos e para cada um fez-se uso de uma das três categorias de análise como descrito na sequência (Quadro 6).

Quadro 6 – Esquema metodológico

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Método de Investigação	Instrumentos para a coleta de dados	Categorias de análise
Analisar o papel da agricultora familiar na pluriatividade	Identificar as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelas mulheres	Estudo de caso	Entrevista semiestruturada e observação assistemática	Composição do trabalho agrícola e não-agrícola.
	Verificar a autonomia das mulheres no processo decisório nas atividades desenvolvidas.			Poder no processo decisório.
	Verificar a visão das mulheres em relação à sua participação nas atividades agrícolas e no turismo rural.			Reconhecimento e visibilidade no trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora.

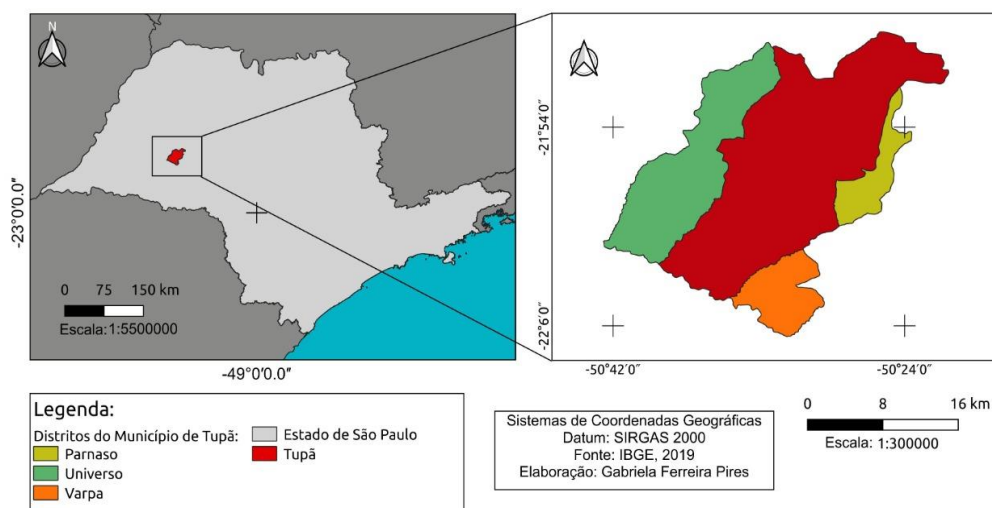
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização do lócus da pesquisa

Segundo o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo - LUPA, o município de Tupã e seus respectivos distritos, Universo, Parnaso e Varpa, em conjunto, somam o número de 1.114 unidades de produção agropecuária (SÃO PAULO, 2008). Contudo, dados mais recentes do IBGE (2017) apontam para o número de 723 estabelecimentos agropecuários. Desse total, 640 agricultores são homens, 67 são agricultoras e 16 não discriminaram o sexo do produtor rural no censo. Como pode ser observado, não existem dados segmentados que demonstrem de forma específica o número de agricultores no distrito de Varpa e tampouco desagregado por sexo.

De acordo com o IBGE (2010), o município de Tupã e seus respectivos distritos totalizam o número de 63.476 habitantes, sendo 51,6% do sexo feminino e 48,4% do sexo masculino. Destes, 60.930 são moradores da zona urbana e 2.546 da zona rural.

Figura 3 – Distritos no município de Tupã no Estado de São Paulo



Fonte: Elaborado a partir dos dados do IBGE (2019).

O distrito foco desta pesquisa, Varpa, demonstrado pela cor laranja na Figura 3, está situado às margens do Rio do Peixe, com distância de 20 km do

munícipio Tupã e 525 quilômetros de São Paulo. Conhecido como destino turístico, Varpa dispõe do segundo Museu Leto do Mundo, sendo que o primeiro está localizado na Letônia (EVANGELISTA; LOURENZANI, 2014).

Segundo Moraes, Silva e Muller (2017), a comunidade leta, localizada no distrito de Varpa, foi criada oficialmente em 1922, com a vinda de imigrantes letos e russos para o interior do Brasil, devido à perseguição religiosa no final do século XIX e começo do século XX. Com as divisões e restituições dos territórios municipais, o Distrito de Varpa atualmente pertence ao município da Estância Turística de Tupã (MORAES; SILVA; MULLER, 2017).

Tupes (2007) aponta que os letos, principalmente os moradores de Varpa, emigraram à procura da liberdade religiosa, ou seja, para cultuar a Deus e exercer plenamente a fé cristã que professavam. Os primeiros imigrantes ao chegarem na nova terra, vivenciaram situações difíceis, pois não tinham onde se abrigar, sendo assim, tiveram um árduo trabalho para construir suas próprias casas e as primeiras roças, hortas e jardins. Além disso, foi preciso abrir estradas, construir pontes, derrubar matas, serrar grandes árvores, dentre diversas outras atividades. Contudo, ainda que esses trabalhos fossem pesados, homens e mulheres trabalharam juntos, superando os obstáculos.

Após a legalização da compra das terras, estas foram divididas em pequenas propriedades. A propriedade adquirida geralmente situava-se numa região ainda coberta pelas matas, por essa razão, a família toda contribuía para construir suas casas. Cada família procurava tornar sua terra autossuficiente. Em suas roças os letos plantavam o essencial para sua subsistência: feijão, arroz, milho, mandioca e batata-doce, possuíam gado, aves, horta e não se esqueciam de embelezar suas casas com jardins (TUPES, 1988).

Moraes, Silva e Muller (2017) apontam que, inicialmente, a vida comunitária era mantida parcialmente devido à Cooperativa de Laticínios Látvia de Varpa Ltda, que a princípio era uma fábrica de manteiga, mas depois começou a trabalhar com a venda de implementos, assistência técnica aos produtores rurais, comercialização dos produtos e controle dos preços praticados na colônia. Sua criação aconteceu em 1930, dois anos após a divisão das terras.

Com fins comerciais desenvolveu-se entre os letos a sericicultura (cultivo do bicho-da-seda) e a pecuária. Em suas propriedades raramente havia empregados, já que os pais junto com seus filhos, conseguem responder por todos

os trabalhos e os lucros alcançados com as vendas eram revertidos para a própria propriedade a fim de renovar as casas. Parte do dinheiro era destinado à igreja, local visto como o centro da comunidade, para o sustento das missões, ficando o restante para a família e educação dos filhos (TUPES, 2007).

Ainda segundo Tupes (1988), Varpa se trata de uma sociedade religiosa, em que os encontros eram conduzidos pelas igrejas, as festas eram religiosas e as excursões feitas pela igreja para outras cidades também eram por motivação religiosa. Dessa forma, pode-se dizer que as principais atividades da vida social eram descritas por: “igreja, missões religiosas, passeios organizados, assistência social e finalmente a vida diária” (TUPES, 1988, p. 59).

Segundo Tupes (2007), com o decorrer dos anos, muitos filhos dos letos, insatisfeitos com a vida que levavam, optaram por sair da colônia com o objetivo de estudar e mudavam-se para cidades grandes, em que procuravam empregos, assim, se formavam, conseguiam vidas melhores e acabavam levando seus pais.

Com a extinção da cooperativa, o distrito convive com o declínio demográfico observado desde a década de 1970, restando poucas famílias por lá. Atualmente, apesar de pequena, a população do distrito guarda sua tradição leta, especialmente no que diz respeito às atividades produtivas e festividades tradicionais (MORAES; SILVA; MULLER, 2017). Mensalmente, o distrito realiza um evento chamado FeirArt, que conta com diversas atrações, exposição e venda de artesanato, alimentos, que contribui para fomentar a cultura dos moradores. Assim, possui forte apelo cultural e turístico, proveniente das tradições, hábitos e costumes dos colonizadores letos.

Além de ser um local privilegiado por seus recursos naturais, é um atrativo composto por bons artesãos, histórias e lugares admiráveis para explorar, dispondo de opções, como o Museu dos Pioneiros “Janes Erdbergs” (PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TUPÃ, 2013).

De acordo com Moraes, Silva e Muller (2017), o museu é composto por uma abundância em detalhes e conta a história dos pioneiros que desbravaram a mata para a fundação da colônia. Aliás, é um local em que se pode encontrar instrumentos utilizados pelos letos para a fundação de Varpa, fotos das atividades exercidas no início na fundação e a caça aos animais.

Há também o Rancho dos Defumados, contendo diversos tipos de produtos embutidos, defumados segundo a tradição da Letônia e as receitas são

as mesmas que a família utilizava no país e que foram passadas para seus sucessores ao longo dos anos. A receita original pertence à família há mais de cinco gerações. O que diferencia os defumados produzidos pelos letos e os industrializados é a madeira utilizada, um eucalipto sem tratamento químico, produzido na propriedade ou comprado de produtores vizinhos, e a combinação de especiarias (FERNANDES, FLOZI, MACHADO, 2014).

Há o Artesanato Floresta, com uma diversidade de artesanatos confeccionados a partir de produtos naturais encontrados no campo, como sementes, cabaça, dentre outros. O apiário Puro Mel, local em que se demonstra como é feita a retirada do mel da colmeia, é possível degustar diferentes tipos de mel, geleia real, própolis e adquirir outros produtos como velas.

O mel é produzido de forma diferente se comparado aos demais produzidos no Brasil, uma vez que os produtores de Varpa utilizam o sistema europeu de tábuas, com as linhas ordenadas verticalmente, assim, o modo de extrair mel mantém a tradição dos letos (FERNANDES; FIOZI; MACHADO, 2014).

Destaca-se ainda a Fazenda Palma, atualmente sob nova direção, oferece hospedagem capaz de receber até 400 pessoas. Possui um museu, refeitório com venda de alimentos e bebidas, e uma paisagem composta de matas e cachoeiras, piscinas e trilhas.

Além dos atrativos citados, o distrito dispõe de casas históricas, igrejas, placas na língua nativa dos letos (EVANGELISTA; LOURENZANI, 2014). Assim, a escolha por esse lócus de análise decorre do fato de que além de ser um local repleto de cultura e por ter agricultoras que realizam atividades agrícolas e não-agrícolas.

4.2 Apresentação dos resultados

Nesse item estão apresentados os resultados alcançados durante a coleta de dados por meio da entrevista aliada à observação. Na primeira parte são apresentados os perfis das entrevistadas. Em seguida as categorias de análise são apresentadas para cada agricultora. Por fim, é feita uma análise agregada dos resultados.

O Quadro 7 demonstra o perfil das entrevistadas quanto à idade, estado civil, filhos e grau de escolaridade.

Quadro 7 – Perfil das entrevistadas

	Agricultora 1	Agricultora 2	Agricultora 3	Agricultora 4	Agricultora 5
Idade	36 anos	32 anos	24 anos	60 anos	42 anos
Estado civil	Casada	Casada	Casada	Viúva	Solteira
Filhos	3 filhos	3 filhos	-	3 filhos	-
Grau de escolaridade	Ensino médio incompleto	Ensino fundamental incompleto	Ensino superior completo	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio completo

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante salientar que quatro das entrevistadas têm alguma forma de parentesco. A agricultora 1 é madrastra da agricultora 3, mas moram em propriedades rurais distintas. Já a agricultora 4 é mãe da agricultora 5 e atualmente moram juntas na mesma propriedade, contudo, com visões e vivências distintas.

A observação assistemática permitiu notar o comportamento/reações de cada entrevistada durante as entrevistas.

A agricultora 1 é uma mulher mais tímida, porém ao longo da entrevista se sentiu mais confortável para conversar, já a agricultora 2 se mostrou significativamente fechada durante toda a entrevista e as agricultoras 3, 4 e 5 mais abertas ao diálogo desde o começo.

Acredita-se que algumas das perguntas possam ter causado algum tipo de constrangimento e/ou medo em respondê-las e lembrando que elas tinham a liberdade de escolha para responder ou não, algumas não foram respondidas.

Antes de trazer os resultados, se faz relevante expor uma descrição sobre as entrevistadas. A agricultora 1 tem 36 anos, é casada e não tem origem leta. Ela é nascida e criada em Varpa, sempre trabalhou como agricultora. Casou-se duas vezes, tendo três filhos do seu primeiro casamento. Atualmente, trabalha com seu marido com a apicultura, ama o que faz e pretende viver a vida toda no distrito. Dois de seus filhos já são adultos e moram no município de Tupã, já o mais novo ainda mora com a entrevistada e está cursando o ensino médio e não desempenha a atividade agrícola.

A agricultora 2 tem 32 anos, não é de origem leta, mas também nasceu e foi criada no distrito de Varpa, no espaço rural, sempre trabalhou como agricultora. É

casada há 14 anos, com quem teve três filhos, ainda crianças, que estão no ensino fundamental. Atualmente, trabalha com o turismo rural para aumentar a renda para construir sua nova casa e também uma loja para recepção de turistas e venda de seus produtos. É apaixonada pelo distrito e pretende ficar a vida toda nele.

A agricultora 3, a mais jovem dentre as entrevistadas, é de origem leta, tem 24 anos, sempre morou em Varpa, contudo, em determinado momento de sua vida, permaneceu em Curitiba durante 3 meses, para cuidar de sua tia avó que estava com a saúde debilitada. Após esse período, retornou para Varpa, casou-se com seu companheiro há quatro anos. Atualmente, trabalham juntos na principal atividade econômica da propriedade que é a apicultura, tem ensino superior em Ciências Biológicas.

A agricultora 4 tem 60 anos, é de origem leta, nunca saiu de Varpa, desde pequena trabalhava com seus pais na propriedade rural. Quando adulta, casou-se, com quem viveu 14 anos até o falecimento dele, há seis anos. Com muito esforço e sem a ajuda de seu marido, sempre trabalhou com a terra para cuidar de seus três filhos. Atualmente, por ter dores na coluna e outros problemas de saúde, já não consegue desenvolver atividades pesadas, mas com a ajuda de sua filha, mantém a propriedade rural que construíram do zero, nos últimos três anos. Já seus outros dois filhos estão casados e um mora no distrito, mas no centro e o outro mora em Tupã.

Por último, a agricultora 5 também moradora do distrito, tem origem leta e sempre trabalhou com a terra, auxiliando sua mãe. Não tem a pretensão de se casar, pretende ficar com sua mãe na propriedade rural, pelo fato de ela estar debilitada e não conseguir manter o local sozinha. Atualmente, trabalha, além de agricultora, como doméstica e fotógrafa para complementar a renda. Adora viver na parte rural do distrito, mas pretende se mudar com sua mãe para mais próximo ao centro, para facilitar a locomoção.

Os resultados estão dispostos a partir de cada caso, de acordo com as categorias de análise propostas para esta pesquisa: composição do trabalho agrícola e não-agrícola, poder no processo decisório e reconhecimento e visibilidade do trabalho.

4.2.1 Categoria de análise 1 - Composição do trabalho agrícola e não-agrícola

A categoria de análise 1 é constituída por quatro constructos, sendo estes: atividades desenvolvidas dentro propriedade, divisão de trabalho na atividade agrícola e não-agrícola, jornada de trabalho na atividade agrícola e não-agrícola e alocação de tempo entre o trabalho agrícola e não-agrícola.

Agricultora 1

No que se refere às atividades produtivas agrícolas desenvolvidas pela agricultora 1, pode-se citar: a saída para a colheita do mel, em que retorna com as caixas significativamente pesadas para retirada do produto, a construção de caixas e quadros para as abelhas, descristalização e centrifugação, beneficiamento e embalagem do mel, preparo da cera alveolada, passagem de arame nos quadros, plantação e colheita de milho, abóbora, mandioca, tratamento dos porcos, galinhas e gado. Além dessas, nas atividades produtivas não-agrícolas, ela executa o agendamento de horários para as visitas no apiário, recebe o pessoal para degustação e faz a comercialização dos produtos. Já as atividades reprodutivas são: a organização da casa, o preparo dos alimentos, ou seja, café da manhã, almoço e jantar, limpeza da casa, cuidado com o filho, lavagem das roupas e louça.

Ainda sobre as atividades desenvolvidas pela agricultora, ela acrescenta significativa satisfação com o trabalho que desempenha:

eu fico muito satisfeita com o que eu faço,... eu amo o que eu faço,... eu trabalho porque eu amo,... eu não me disponho do meu tempo livre,... porque o que eu faço é maravilhoso. Não troco por outra vida,... é maravilhoso,... eu até sonho,... você acredita? Essa noite eu sonhei com abelhas de várias espécies,... aí as vezes eu sonho que to capturando enxame,... ah, mas eu amo o que eu faço, amo demais ((felicidade)).

A divisão de trabalho na propriedade rural ocorre de forma coletiva entre os envolvidos, segundo a agricultora 1.

Na verdade... a gente faz tudo junto... todo mundo... não tem uma atividade para tal outra para tal. A gente faz praticamente tudo junto... porque todo mundo precisa trabalhar para funcionar redondinho aqui... você entende? Então é o conjunto todo,... todo mundo trabalha para a roda continuar girando.

Contudo, somente na atividade produtiva agrícola foi mencionada a participação masculina, já na atividade produtiva não-agrícola, ainda que o marido tenha sido o responsável por ter a iniciativa de implantar o turismo rural, ele não

desenvolve as atividades de recepção e agendamento dos turistas. Ademais, se tratando das atividades reprodutivas, a agricultora desenvolve sozinha se não solicitar o auxílio do marido e seu filho.

Meu filho arruma a cama dele,... lava uma loucinha,... meu marido enxágua a louça e guarda a louça... SÓ se eu pedir também né? ((risos)). Assim, eles ajuda mas eu tenho que pedir... lavar a roupa só eu,... lavar louça meu menino ajuda,...limpar a casa ninguém ajuda ((risos)). Fazer a comida meu menino ajuda.

A jornada de trabalho diária se inicia às 06h e se encerra às 21h mas esses horários podem ser alterados dependendo da época do ano e da quantidade de atividades que precisam ser executadas, ademais não existe uma separação de horários para desenvolver a atividade agrícola e não-agrícola, sendo feitas concomitantemente.

Cada dia é um dia diferente um do outro,... só que desde que a gente acorda, até por volta das nove que a gente vai dormir,... a gente tá trabalhando dentro da nossa atividade ((felicidade)).

A alocação do tempo entre as atividades agrícolas e não-agrícolas depende do fluxo de visitantes, ou seja, caso não haja agendamentos para visita ao apiário, o tempo é empregado somente para as atividades agrícolas. A entrevistada comentou que gostaria de ter tempo livre, pois com a quantidade de tarefas não sobra tempo para desenvolver outras atividades.

Eu gostaria de ler... porque eu me atarefo TANTO que eu não consigo ter tempo de ler. Aí eu compro aqueles montes de livros,... aí eu quero ler. Mas eu fico muito satisfeita com o que eu faço... eu amo o que eu faço... eu trabalho porque eu amo, eu não me disponho do meu tempo livre... porque o que eu faço é maravilhoso ((felicidade)).

Por fim, acrescentou estar satisfeita com o tempo que tem disponível para as atividades agrícolas e não-agrícolas.

Agricultora 2

As atividades produtivas agrícolas desempenhadas pela agricultora 2 são: plantio e colheita das frutas, como jabuticaba, amora e framboesa, já as atividades produtivas não-agrícolas são o preparo de biscoitos e geleias, a recepção de turistas em sua propriedade e a degustação e comercialização de seus produtos além da comercialização de orquídeas. Na atividade reprodutiva a agricultora exerce a

organização e limpeza da casa, o preparo dos alimentos e o cuidado com as crianças.

Na divisão de trabalho na propriedade, a agricultora 2 junto com seu marido, desenvolvem as atividades produtivas agrícolas juntos, já as não-agrícolas ela exerce sozinha, sem o auxílio do marido. Nas atividades reprodutivas, somente recebe a cooperação de seu companheiro para cuidar dos filhos, no restante, ela executa sozinha.

Olha... lavar louça eu,... lavar roupa eu,... limpar a casa eu,... fazer a comida eu e cuidar dos filhos nós dois ((indiferente)).

A jornada de trabalho se inicia às 06h e encerra às 18h e não mencionou ter uma divisão de horários para executar as atividades agrícolas e não-agrícolas.

Alocação de tempo entre as atividades agrícolas e não-agrícolas depende da necessidade de cada dia, ou seja, se está em época de plantio ou colheita, ela emprega mais tempo para a agricultura e o tempo restante ela prepara as geleias e bolachas para receber os turistas. Acrescentou que se tivesse tempo livre, gostaria de descansar e viajar. Por fim, apontou estar satisfeita com o tempo disponível para desenvolver suas atividades.

Agricultora 3

As atividades produtivas agrícolas que são desempenhas durante o dia são variadas: colheita do mel, construção de caixas e quadros, preparo da cera alveolada, embalagem do mel e do própolis, descristalização e centrifugação do mel, tratamento dos animais, como o gado, a galinha e os porcos, plantio e colheita de mandioca, abóbora e milho. Já as atividades produtivas não-agrícolas, são o agendamento de datas e horários para receber os turistas no apiário, degustação e comercialização de produtos agrícolas, dá aulas sobre as abelhas e sobre a produção de mel para os visitantes e gerencia as redes sociais. As atividades reprodutivas são: organização e limpeza da casa, preparo de café da manhã, almoço e jantar.

A divisão de trabalho ocorre de forma coletiva na esfera produtiva agrícola e a agricultora 3 justifica

Todo mundo faz as mesmas coisas,... é::: enquanto um tá fazendo uma coisa... o outro faz outra... quando um não pode... mas todo mundo faz todas as coisas.

Já na atividade não-agrícola, as atividades são feitas somente por ela e sua madrasta. No que se refere às atividades reprodutivas, o marido contribui.

Sim... Ah::: todas::: desde lavar uma louça... é::: tudo... meu marido era zelador::: ((risos)) então ele sabe fazer tudo bem feito.

Sua jornada de trabalho tem início às 06h e se encerra às 17h, contudo, esses horários não são fixos e depende do período do ano e da produção do mel, “tipo eu tenho hora pra entrar, mas não pra sair”.

Alocação do tempo entre as atividades agrícolas e não-agrícolas não tem uma separação preestabelecida, dependendo da demanda maior para cada atividade, ou seja, se tem que fazer a colheita do mel, ela dedica maior parte do tempo para isso, contudo, se algum turista agenda uma visita ou aparece sem aviso prévio, ela se ocupa de atendê-lo. Alegou que gostaria de ter mais tempo livre para descansar, porém está satisfeita com o tempo disponível.

Gostaria de ter mais? Sim,... mas se eu tivesse mais tempo livre talvez eu não alcance lá no futuro o que eu pretendo então... Tipo é uma coisa que eu acho que todo mundo gostaria,... mas tem coisa que você precisa abrir mão em certos momentos... para você conseguir outras depois.

Agricultora 4

As atividades produtivas agrícolas desempenhadas pela agricultora são: o cuidado com a horta, plantio e colheita dos produtos, tais como morango, alface, cebolinha, salsinha, vagem, couve e amora. As não-agrícolas são: o preparo de geleias, bolachas e outros doces, recepção de turistas para conhecerem a propriedade, a degustação e a comercialização dos produtos. As atividades reprodutivas são: organização e limpeza da casa, preparo do café da manhã, almoço e jantar, lavagem a louça e roupas.

A divisão de trabalho na propriedade, atualmente, é feita somente entre ela e sua filha (Agricultora 5), pois são as únicas moradoras. A agricultora desenvolve algumas atividades agrícolas e não-agrícolas em conjunto com a filha, mas a atividade reprodutiva desenvolve na maior parte do tempo sozinha, pois sua filha se dedica a outras atividades fora da propriedade.

Eu trabalho em casa e nas coisas que eu tenho no quintal né? E ela ((apontando para a filha, agricultora 5)) coitada... Fica com a maior parte

pesada... é roçar pasto... é fazer cerca... tudo é com ela,... porque eu não aguento mais peso né? Então essa parte pesada é pra ela.

É interessante salientar, ainda em relação a divisão de trabalho, que, quando ainda vivo, seu marido não tinha participação nas atividades reprodutivas, pois tinha um pensamento machista no que se refere a essa atividade.

Quando o marido era vivo... ajudar dentro de casa? NÃO::: ele era daqueles MACHÃO... que eu não lavo um prato... aquilo é serviço de mulher... só que a mulher tinha que ir pra roça... Então quando eu trabalhava sozinha quando eles eram pequenos,... eu fazia meu serviço de casa tudo a noite então de noite eu ficava trabalhando até dez,... onze horas,... meia noite... eu tinha que lavar roupa... no outro dia eu tinha que passar roupa... fora fazer todo dia a comida... as coisas né?.

A jornada de trabalho inicia às 05h30/06h e finaliza as atividades agrícolas às 18h/19h.

A alocação de tempo entre as atividades agrícolas e não-agrícolas não segue um padrão, respeitando assim a necessidade de cada atividade em determinado momento, ou seja, se tem demanda para visitar a propriedade, ela se ocupa com a atividade não-agrícola, do contrário, aplica seu tempo na atividade agrícola. Alegou vontade de ter mais tempo livre para pescar com a filha e descansar, pois como na propriedade são somente as duas, o trabalho é muito grande e não sobra tempo para mais nada. Por último, ainda sim, disse estar satisfeita com o tempo disponível para desenvolver suas atividades agrícolas e não-agrícolas.

Agricultora 5

As atividades produtivas agrícolas desempenhadas pela agricultora são: plantio, colheita, rega do morango, vagem, hortelã, alho, maracujá, framboesa e couve, o cuidado com o pasto, roçagem, limpeza e criação de cerca. Já as atividades produtivas não-agrícolas são: a recepção de turistas e comercialização dos produtos na propriedade, fora da propriedade trabalha como doméstica e fotógrafa. Nas atividades reprodutivas auxilia na organização e limpeza da casa.

A divisão de trabalho ocorre somente entre ela e sua mãe (agricultora 4), sendo a entrevistada, responsável pelas atividades mais pesadas e a mãe, as mais leves, a agricultora se atarefa mais com as atividades agrícolas e a sua mãe com as atividades não-agrícolas e reprodutivas.

A jornada de trabalho se inicia às 05:30/06h e finaliza suas atividades por volta das 18h.

A alocação de tempo entre as atividades agrícolas e não-agrícolas depende da demanda, ou seja, se ela tem que plantar e colher seus produtos, se ocupa disso, mas se tem turistas na propriedade, limpeza de casas ou ensaios fotográficos marcados, ela se atarefa dessas atividades. Ademais, apontou que gostaria de ter mais tempo livre para descansar. Por fim, apontou estar satisfeita com o tempo disponível para atividades agrícolas e não-agrícolas.

Em seguida, serão expostos os resultados para cada entrevistada referente à categoria de análise 2.

4.2.2 Categoria de análise 2 - Poder no processo decisório

A categoria de análise 2 é composta por: atuação nas decisões para produção, compra de insumo, comercialização, administração e uso dos recursos financeiros advindos da produção, valorização da opinião feminina por parte do marido e filhos, autonomia na produção agrícola e não-agrícola para qualificação e participação em cursos técnicos, cooperativas e sindicatos.

Agricultora 1

As decisões para produção, compra de insumo e comercialização, são feitas em conjunto, contudo, depois de um tempo de reflexão, a agricultora argumentou que na maior parte das vezes o marido quem decide:

Sim... o conjunto... ele coloca a situação e pede a opinião e a gente decide... ((reflexão)). Mais ou menos assim... as vezes é ele que decide, mas assim, a gente não fica totalmente de fora do que é decidido... Mas::: muitas vezes ele é que toma a iniciativa,... mesmo porque ele é uma pessoa mais experiente... tem mais experiência de vida e muitas vezes a gente não tem experiência e não sabe o que é o melhor né?

O responsável por administrar os recursos financeiros é o marido, ainda que o sustento da família seja feito pelo conjunto, como mencionado pela entrevistada. Os recursos financeiros provenientes das atividades são revertidos na propriedade, seja investir em equipamentos para a apicultura, ou como mencionado pela agricultora, um automóvel para levá-los até o local de coleta do mel, ou também

para leva-los até as feiras em Tupã para comercialização dos produtos. Além disso, a renda também é utilizada para manter a família.

A opinião da agricultora é valorizada, sendo ouvida por seu marido antes da tomada de decisão ainda que na maior parte das vezes sua palavra seja a final.

No que se refere à sua visão sobre as mulheres terem autonomia ou necessidade de autorização dos homens para produção agrícola e não-agrícola, a agricultora trouxe um ponto de vista aparentemente religioso e patriarcal.

Eu acho que::: precisa da autorização do marido... Eu sou aquele tipo de pessoa que eu penso que todo corpo tem uma cabeça e::: Deus definiu o homem como a cabeça do lar... então, eu e meu marido a gente conversa sobre vários assuntos,... mas a decisão final é dele... só que ele tem respeito... ele me ouve, ele entende, ele compreende a minha opinião e sobre o que a gente conversa... o conjunto todo ele toma uma decisão e a palavra dele é a final.

A agricultora tem oportunidade e autonomia na produção agrícola e não-agrícola, para qualificação e participação em cursos técnicos, cooperativas e sindicatos. Atualmente, participa da Associação de Bananicultores de Tupã, pois fornecem mel para a merenda escolar. Não realizou nenhum curso técnico tanto para a agricultura como para o turismo, mas disse ter interesse dependendo da temática e da localização e não apontou ser impedida de fazer por causa do marido.

Agricultora 2

As decisões para produção, compra de insumo e comercialização são feitas pelo marido. Tendo o poder de tomar as decisões somente no que se refere à produção de geleias e bolachas.

A administração dos recursos financeiros é feita pelo marido e os recursos advindos das atividades desenvolvidas na propriedade são revertidos na manutenção da família, pagamento de contas, compra de alimentos, cuidado com os filhos e investimentos na produção.

Acredita ter sua opinião valorizada na propriedade, mas não soube justificar sua resposta.

Sobre as mulheres terem autonomia ou precisarem da autorização do marido para realização de atividades agrícolas e não-agrícolas, respondeu que não precisam de autorização e que as mulheres têm autonomia.

Tem oportunidade e autonomia na produção agrícola e não-agrícolas, para qualificação e realização de cursos, mas no momento não participa de nenhum sindicato, associação, cooperativa ou conselho, mas já realizou curso do SEBRAE, sobre produção de geleias e argumentou não ter interesse em realizar nenhum curso no momento e não comentou sobre ser impedida de realizá-los.

Agricultora 3

As decisões para produção, compra de insumo e comercialização são feitas pelo pai da agricultora 3.

Tipo... meu pai lança a ideia e todo mundo opina... tipo isso... é que assim... na REALIDADE... independente da opinião de cada um,... é o meu pai que toma a decisão... mas todo mundo opina... mesmo que ele já esteja com a opinião formada ((risos)).

A administração da renda familiar é responsabilidade da entrevistada, diferente das duas agricultoras anteriores e os recursos financeiros advindos das atividades agrícolas e não-agrícolas são revertidos nas próprias atividades e na manutenção familiar, contas, alimentação e vestuário.

No que tange à valorização de sua opinião na propriedade, de forma convicta respondeu ser valorizada e ser ouvida pela família.

Tem oportunidade e autonomia na produção agrícola e não-agrícola, para qualificação e participação em sindicatos e ressalta que essa autonomia ocorre de forma específica em sua propriedade, pois sabe que em cada família ocorre de uma forma distinta. A entrevistada participa da Associação de Bananicultores de Tupã, da mesma forma que a Agricultora 1, por conta do fornecimento de mel para a merenda escolar pelo programa PNAE. Ademais, já realizou o curso de farmácia durante o ensino médio e quando estava na faculdade fez cursos de melhoramento genético e meliponicultura e acrescentou ter interesse em realizar novos cursos mas a falta de tempo atualmente a impede.

Agricultora 4

As decisões para produção, compra de insumo e comercialização, são feitas em conjunto com a filha (Agricultora 5), mas quando seu marido era vivo, ele quem tomava as decisões.

A administração da renda familiar é feita pela filha (Agricultora 5) e os recursos advindos das atividades agrícolas e não-agrícolas são revertidos para manter os cultivos e para sobrevivência da propriedade.

No que tange a valorização da opinião da entrevistada na propriedade, ela afirmou ter e acrescentou que graças a essa valorização ela conseguiu a aposentadoria como agricultora. Vale lembrar que, atualmente, a agricultora mora somente com a filha.

Sobre as mulheres terem autonomia ou precisarem da autorização dos maridos para realização das atividades agrícolas e não-agrícolas, a agricultora afirmou que as mulheres têm autonomia e reforçou:

Ah não::: mulher é MUITO independente NOSSA::: tem mulher aí que toca uma fazenda muito melhor que um homem... vixi (frase exclamativa).

A agricultora tem oportunidade e autonomia na produção agrícola e não-agrícola, para qualificação e participação em associação, sindicato, cooperativa ou conselho, contudo não participa de nenhum e sobre a realização de cursos, não realiza por conta da idade e sua atual condição de saúde.

Agricultora 5

As decisões para produção, compra de insumo e comercialização, são feitas em conjunto com sua mãe (Agricultora 4).

A administração da renda familiar é responsabilidade da agricultora e os recursos financeiros advindos das atividades são revertidos na propriedade.

Em relação a valorização da sua opinião na propriedade, a agricultora disse que em sua propriedade sim, tem reconhecimento, mas não acredita ser assim fora, pois vivencia situações que a fazem crer o contrário e exemplifica:

Ó porque se for conversar com os outros aí... eles falam *magina* que ela faz isso aí... NÃO::: eles não vão acreditar... Só um exemplo... no dia do vendaval,... teve que tirar as árvore tudo da estrada aí,... porque ninguém entrava e ninguém saía... aí cheguei comecei a jogar um pau pro lado, um pau pro outro... meia hora limpei a estrada,... abri... O rapaz que veio cortar as árvores olhou pra mim e falou assim ó se eu não tivesse vendo eu não ia acreditar que você fez isso... ele falou porque ninguém faz... eu falei faz

sim::: é que vocês não dão crédito para as mulher... ele ficou de boca aberta ((rindo)).

No que se refere à autonomia ou necessidade de autorização dos maridos para realização das atividades, de forma sucinta respondeu que elas têm autonomia e não precisam de autorização.

A agricultora tem oportunidade e autonomia na produção agrícola e não-agrícola, para qualificação e realização de cursos, mas atualmente não participa de sindicatos, associações, cooperativas ou conselhos, como também não realizou/realiza cursos agrícolas ou relacionados ao turismo, mas salientou ter interesse em fazer o curso de jornalismo, mas a falta de tempo a impossibilita.

Na sequência, serão expostos os resultados de cada entrevistada referente à categoria de análise 3.

4.2.3 Categoria de Análise 3 - Reconhecimento e visibilidade no trabalho

A categoria de análise 3 é composta por: visões sobre a importância da atuação na propriedade, situações de vulnerabilidade social, discriminação ou exclusão, visões sobre a falta de valorização e reconhecimento no trabalho, divisão de trabalho, dificuldades no campo e igualdade de gênero

Agricultora 1

Quando questionada sobre sua importância para a propriedade rural, não demonstrou de forma clara entender que seu trabalho é importante, mas sim de forma geral a contribuição de uma pessoa para as atividades na propriedade.

Ah::: quanto mais mão de obra melhor né? Pra coisa engrenar e andar... eu acho assim, não porque é minha, mas a de qualquer um que resolve colocar a mão na massa e trabalhar... Não me vejo diferente de um homem me vejo igual porque aqui a gente se trata igual.

No que se refere à percepção sobre a participação das mulheres na propriedade rural, respondeu de forma sucinta ser importante.

Na primeira visita comentou não ter vivenciado situações de discriminação ou exclusão por ser mulher e acrescentou:

Ah... eu encaro isso assim,... como eu posso dizer,... ah::: eu entendo assim que a sociedade vem evoluindo e de maneira natural a mulher vem

tomando seu espaço e as pessoas vão se::: como é que eu posso dizer... elas vão se acomodando a isso,... então eu não encaro assim... como receber preconceito ou se sentir excluída, eu venho me acomodando também com isso... Só que eu mantenho a minha posição de que::: eu entendo meu lugar... e as vezes fala isso eu consigo isso eu não consigo e assim vai... as pessoas pensam assim,... sei lá,... as coisas vão mudando... tem certos homens que são machistas... ah::: mas fazer o que né?

No retorno à propriedade, em outra visita, a agricultora 1 comentou ter ocorrido um fato:

Esses dias... mas foi depois da entrevista,... um vendedor de facas de pedrinha de amolar facas, estava vendendo amolador e ele falou assim quer comprar? Isso aqui é bom pra mulher trabalhar na cozinha... não sei o que... normalmente as pessoas não sabem usar a pedrinha, essa aqui já é mais fácil... eu falei mas eu sei usar a pedrinha... ele falou assim... ah eu que sou homem não sei usar a pedrinha você vai saber? Problema dele se não sabe usar ((risos)) ele foi folgado... eu sei usar.

Em relação as suas visões sobre valorização na propriedade, mencionou não se sentir desvalorizada e a atividade que recebe maior reconhecimento na propriedade rural, não foi citada, pois a agricultora disse não saber responder, mas acrescentou.

Eu considero que eu trabalho,... meu marido também considera que eu trabalho... Só que existe certas coisas que eu sei que eu não posso fazer tipo,... tem certas coisas que é muito pesado que a minha condição física não me permite... não que eu não faça eu vou e faço... Só que eu sei que a minha força em comparação com a força de um homem é diferente,... porque a minha estrutura física é diferente. Tenho plena consciência disso, que realmente é a musculatura de um homem é realmente diferente da musculatura de uma mulher... não que eu não faça, eu faço, mas que eu não tenho força física igual um homem mas eu faço e meu trabalho é considerado como trabalho e não como ajuda.

Em relação à satisfação com a divisão de trabalho, respondeu de forma positiva, dizendo estar satisfeita com a atual divisão existente.

O questionamento sobre as principais dificuldades que as mulheres encontram para viver no campo, a agricultora 1 respondeu de forma específica sobre sua vida, alegando nunca ter tido dificuldades, pois sua criação não a permitiu criar empecilhos:

Eu não tenho o que falar não... sabe por que? Vou ser sincera... não cabe a todas as mulheres... cabe a mim,... essa é opinião minha... eu nunca pude achar dificuldade em nada você entende? Eu fui criada dessa maneira,... nunca achei dificuldade em nada... tipo assim... se vira que você não é caju se vira e pronto... Então eu nunca pude enxergar dificuldade... eu não enxergo dificuldade em nada... Talvez eu passe por uma situação que eu vá achar dificuldade mas não tive essa escolha... Sabe quando você não tem a

escolha de falar ah isso eu não posso fazer... isso eu não consigo fazer... não pude ter essa escolha ah isso eu não quero... ah isso eu não gosto... ah não gostei disso... não... se entende como é que é? ((risos)) ((timidez)). Assim... então,... não que as mulheres em geral não encontrem.

Ainda sobre a mesma pergunta a agricultora reforçou:

No meu caso eu nunca pude ver dificuldade em nada, ou você se vira ou você se vira e pronto... por conta da criação... porque eu não tive alguém que fizesse por mim... ou era eu ou era eu... Se eu quisesse alguma coisa... ou eu me virava com o que eu tinha pra chegar lá ou eu simplesmente ficava quieta parada olhando não dá pra mim,... mas eu sempre tive gana de querer... quero isso vou fazer isso nem que eu tenha que fazer dessa maneira dar o meu jeitinho entende? Sempre assim... nunca pus obstáculo pra mim mesma... porque a gente que põe obstáculo pra si mesmo,... essa coisa de aí eu não consigo fazer isso aí a coisa não me favorece não se não me favorece eu vou arrumar um jeito vou contornar vou arrumar... mas eu vou chegar lá... tipo assim.

Por fim, foi indagada sobre a crença na igualdade de gênero no espaço rural e respondeu de forma positiva que em sua propriedade sim, havia igualdade, mas sabia que em outras propriedades era distinto:

Sim... aqui na propriedade... mas fora daqui do meu âmbito familiar não acredito que seja bem assim,... já ouvi muita mulher falar que trabalha dentro da área rural e não recebe nada do marido,... tem que dar satisfação porque quer o dinheiro para comprar uma calcinha ((inconformada)).

Agricultora 2

Quanto à importância de sua participação na propriedade, a agricultora não soube responder. Em relação a sua percepção sobre a participação das mulheres no geral na propriedade rural, de forma indiferente, respondeu ser “normal”.

Quando questionada sobre ter passado por situações de discriminação ou exclusão, ficou visivelmente reflexiva e constrangida, mas respondeu de forma ríspida que não passou por esse tipo de situação.

Já sobre a valorização do trabalho, respondeu não ser desvalorizada. A atividade que recebe maior reconhecimento dentro da propriedade é na preparação das geleias e biscoitos. Ademais, argumentou que as mulheres têm suas atividades bem valorizadas no campo.

A agricultora está satisfeita com a atual divisão de trabalho. Na sequência, foi perguntado sobre as principais dificuldades que as mulheres encontram para viver no campo, a agricultora não soube citar nenhuma.

Por fim, quando questionada sobre a crença na igualdade de gênero no espaço rural, respondeu de forma positiva, alegando acreditar que já exista a igualdade de gênero, mas não justificou.

Agricultora 3

Sobre a sua importância para a propriedade rural, respondeu de forma favorável que é importante e acrescentou:

Ah::: é eu sou muito importante ((risos)) ah::: porque no que a gente faz tem muito trabalho,... então precisa de muitas mãos pra fazer e eu ajudo bastante no que eu faço... Eu sou muito importante por isso aí ((risos)).

Sua percepção sobre a participação das mulheres na propriedade rural também foi positiva, alegando que a atuação feminina sempre teve relevância, seja na colheita, preparo para comercialização ou autoconsumo:

Ah::: eu acho que... ah... desde sempre tiveram uma boa participação... Tipo primeiramente na parte de colher,... preparar, ou pra ser vendido ou pra consumo... acho que elas sempre tiveram uma boa participação.

Sobre ter passado por alguma situação de discriminação ou exclusão por ser mulher, no primeiro dia ela comentou não se lembrar de nenhuma, contudo, na segunda visita, ela mencionou ter vivenciado uma situação quando queria realizar um curso técnico que era visto como masculino:

Depois eu fiquei pensando::: se eu sofri preconceito a respeito disso... aí eu estava pensando assim...eu respondi que não só que aí depois eu estava pensando::: essas cartinhas que o SENAC manda tipo assim... você ganhou um curso ta-na-nan... só que na realidade você não ganhou ((risos)), você tem que pagar aquele curso e tudo mais... Bom, aí eu fui lá e tudo mais, falei que eu gostaria de fazer o curso de açúcar e álcool... aí o rapaz falou pra mim não::: mas esse não::: você não vai querer fazer esse curso,... esse curso é um curso pra homem,... tipo aí eu falei assim... NÃO::: mas eu queria fazer esse curso... não mas você não vai querer fazer... no final eu não fiz nem esse... nem nenhum outro curso lá porque eu não gostei do atendimento dele ((inconformada)).

No quesito valorização no trabalho, a agricultora respondeu que não se sente desvalorizada, pelo contrário, pois trabalha em uma área (apicultura) que é vista como perigosa por conta das abelhas e do trabalho pesado.

Uma mulher trabalhar na apicultura em específico,... é bem não sei se apreciado é a palavra certa, mas tipo assim... nossa... você é uma mulher trabalhando com a apicultura... por ser um trabalho pesado... difícil... não::: não é que é difícil,... quando se fala em abelhas tem sempre aquele

preconceito das ferroadas e trabalhar com ela é uma coisa fisicamente pesada... então não é pra qualquer pessoa realmente... Se fosse ver assim... questões físicas,... É um trabalho muito mais indicado para os homens em questão de força e tudo mais... que nem é saudável se for ver assim... você ficar se matando com peso e tudo mais... mas tipo uma mulher apicultora NOSSA ((risos)).

Quanto à atividade que recebe maior reconhecimento, a entrevistada alegou ser nas recepções de turistas, quando conta sobre a produção das abelhas, sendo assim, na atividade turística, quando ela dá suas aulas sobre a criação das abelhas e a produção de mel para alunos de escolas que vão visitar o apiário e para os demais turistas.

Ainda em relação ao reconhecimento do trabalho, afirma

Eu acho que tudo vai depender do meio que você está inserido... tipo,... aqui o trabalho é visto igual,... porque todo mundo aqui faz a mesma coisa... então é visto igual... Mas eu já soube de histórias::: tanto que a gente vê na TV... que o trabalho não é visto como igual... é visto com maus olhos... é tem lugares que não é bem visto... tipo é desvalorizado mas tipo aqui... no meio que eu estou inserida é um trabalho igual sim e bem visto ((risos)).

A agricultora 3 está satisfeita com sua atual divisão de trabalho. Na sequência, quando questionada sobre as principais dificuldades que as mulheres encontram para viver no campo, ela comentou que em seu âmbito familiar não enxerga situações de dificuldades para as mulheres:

Olha::: eu acho que isso já aconteceu mais... hoje nem tanto pelo menos no meu convívio,... eu não vejo tanto em relação a ser mulher... porque eu acho que agora tá muito equiparado.

Por último, foi indagada sobre sua crença na igualdade de gênero no espaço rural e sem justificar, somente respondeu que acredita na efetividade da igualdade, pois hoje tudo já está mais ou menos equiparado.

Agricultora 4

De forma específica foi questionada sobre sua importância na propriedade rural e respondeu convicta de que era importante em todas as áreas dentro da propriedade:

Em tudo... principalmente em dar palpite ((risos)), eles quando não sabiam fazer as coisas... mãe como é que faz? Tá... vai a mãe lá... falar mostrar, porque a gente tem mais experiência né? Mais velho... mais tempo na roça

né? Então com isso eles foram aprendendo também mas eu acho que é isso é dar palpite mesmo ((risos)) até hoje.

No que se refere à percepção da entrevistada sobre a participação das mulheres na propriedade rural:

Ela é muito importante (frase exclamativa). Porque eu falei... em todo lugar a mulher tá ali... que nem se vê no caso do meu marido,... na situação que ele ficou,... senão ia ter que abandonar... ia abandonar todos bicho... ia abandonar com tudo... ia parar né? E nós ia viver do que? Por ser mulher,... mas eu enfrentei:: eu falei eu tenho os filhos pequeno,... vou em frente e seja o que Deus quiser e deu certo... Deu pra mim criar eles... graças a Deus... naquele tempo nós não tinha renda e nem ajuda né? Agora você tem... tem uma pensão uma coisa ou outra mas no meu tempo isso aí não tinha nada ou você trabalhava e comia ou você passava fome.

Depois, foi perguntado sobre ter passado por situações de discriminação ou exclusão e de forma significativamente rápida respondeu que sim e citou:

SIM...Ah:: muitas vezes né? A mulher trabalha que só ela... quem leva a vantagem? O marido... Quando o pessoal vinha procurar bicho da seda também... que vinha o técnico e tal pra inspecionar tudo né? Ele não vinha falar comigo e era eu que estava criando... mas ele ia falar com o meu marido... mesmo bêbado... mas ele procurava meu marido... não é uma desvantagem? ((inconformada)). A mulher trabalha que nem uma condenada e os outros que leva a fama? Esses dias eu tava falando pra minha filha que nós precisava colocar alguém para plantar alguma coisa,... pra renovar o pasto... o pasto tá ficando fraco né? Falei se a gente não consegue vender aqui... que já estamos a três quatro anos tentando vender e não vende né? Então renovar pelo menos os pastos né? Mas e aí vem um pessoal de fora que a gente não conhece,... só nós duas aqui... como é que vai fazer? Esses caras vai invadir aqui... porque tem gente boa... mas tem gente ruim então também não dá... é difícil ((descontente)).

No quesito valorização do trabalho ela afirmou que ainda existe a falta de valorização, pois muitas pessoas não reconhecem o trabalho prestado pelas mulheres. Para ela, a atividade desenvolvida pelas mulheres que recebe maior reconhecimento é difícil de citar, pelo fato de que mesmo quando as mulheres atuam no espaço rural, como na horta, quem recebe o reconhecimento são os homens e eles não valorizam a participação feminina e acrescenta “homem trabalha...mulher ajuda”, frase esta que muitos autores citados nesta pesquisa reforçam sobre como a participação das mulheres é vista no espaço rural.

Ainda sobre reconhecimento, ela citou uma situação que vivenciou quando seu marido era vivo, em que menciona seu esforço para trazer o alimento para a casa sem a ajuda dele.

Quando casada... sempre,... sempre eu,... porque eles eram tudo pequeninho eu morava junto no quintal da minha sogra, porque nós não tinha casa nossa né? Meu marido se tornou alcoólatra... daí chegou ultimamente ele não trabalhava mais daí ficou o que... como eu vou fazer com essas crianças? Eu não tinha ajuda de nada,... nem de sogra nem de mãe... porque minha mãe também era pobre,... minha família era pobre... meu sogro que era um pouco melhor de vida... mas também não ajudava não... Eu falei... eu tenho que continuar o que o meu marido fazia antigamente... mas vou fazer sozinha... era o bicho da seda... então eu diminuí a quantidade mas eu tocava sozinha com as crianças pequena... Então eu plantava amora... carpia amora... podava amora... carregava amora para o barracão dos bichos de vez em quando, meu irmão chegava lá de domingo e me dava uma mão ele falava... vou ajudar você a carregar pelo menos uns fecho de amora, para dentro do barracão... e assim foi minha vida... reconhecimento? Nenhum... o que eu ganhava dos bicho da seda... eu colocava comida dentro de casa... porque senão passava fome... então tinha que ser isso mesmo.

A agricultora 4 está satisfeita com a atual divisão de trabalho, em que divide as tarefas apenas com sua filha. Em relação às principais dificuldades que as mulheres encontram para viver no campo, a agricultora prontamente citou a desigualdade:

A DESIGUALDADE... mulher nunca é igual homem... o homem pode ter mil e um defeitos mas se for no pagamento... não::: ele dá mais valor para o homem do que para a mulher... para a mulher não dá não filha, mulher só tem que trabalhar mesmo ((risos)) ((inconformada)).

Por fim, foi indagada sobre a crença na igualdade de gênero no espaço rural:

Ah não::: igualdade entre homem e a mulher não... porque a mulher trabalha igual uma condenada, mas o homem não reconhece... Meu marido quando era vivo desde quando eu casei eu já comecei a ajudar ele a trabalhar né? E sempre quando vinha alguém assim::: um homem de fora da agricultura... porque ele sempre mexia com esse negócio da agricultura e tal,... ele sempre falava a mulher tá aí ajudando, sabe? E vai falar alguma coisa... ele disse que quem fazia tudo era ele... mas quem trabalhava igual uma condenada?.

A fala da agricultora demonstra um olhar crítico e descrente na igualdade de gênero ademais, reforça sua opinião citando suas próprias vivências com seu marido.

Agricultora 5

Quando perguntado sobre a importância de seu papel na propriedade, declarou se sentir importante:

Bom::: eu acho que eu sou porque assim né? Além de eu ajudar na parte da minha mãe... tudo,... eu cuido dela,... é o que eu falei pra ela... é eu cuidando dela ela cuidando de mim e o que a gente fizer aqui é pras duas,... então é fundamental.

No que se refere a sua percepção sobre a participação das mulheres na propriedade rural também afirmou de forma positiva a atuação das mulheres:

Eu acho que é fundamental né? A mulher além de trabalhar dentro de casa, ela faz serviço fora... que nem não é só nós aqui... nós duas,... mas eu vejo aí muitos casais aí se chega na propriedade quem tá trabalhando é a mulher lá e ele não fala né?

Sobre ter vivenciado situações de discriminação ou exclusão, a priori revelou não se lembrar, mas citou algumas situações que sentiu a desigualdade:

Agora eu não lembro... Ó quando a gente plantava,... a gente que comandava... todo os peão que vinh... tinha muita coisa e a gente ia falar com eles e eles nem ligava pra você porque você é MULHER... você não tem a voz mais alta do que a deles... Então tinha um monte de coisas que eles nem ligava para o que você falava, é complicado... VIXI quantas vezes... Ó só pra você ter uma ideia,... vamos supor::: eu preciso de um peão pra vir trabalhar aqui pra mim as vezes é um serviço que eu não consigo fazer... então eu vou pegar um cara de fora pra vir... é MULHER? Ele cobra mais caro... O cara do telhado né mãe? Elas precisam,... elas vão ter que pagar... não é só nessa parte... eu to dando um exemplo do que pode acontecer... em serviço também,... dependendo do serviço que você pedir para o cara fazer... ele vem... mas ele cobra mais ah::: é mulher mesmo... ela não sabe se tá certo.

No quesito falta de valorização do trabalho, respondeu muito convicta de que com certeza ainda há desvalorização. Depois, foi questionada sobre qual atividade as mulheres recebem maior reconhecimento e disse que é na atividade reprodutiva:

Na verdade só dentro de casa mesmo né? Pelos homens sim né? Que elas Ó fez a comida tal né? Isso se a comida estiver boa,... mas falar assim Ó carpiu o quintal...não.

Ainda sobre o reconhecimento das atividades desenvolvidas pelas mulheres, ela argumenta que os trabalhos nem sequer são enxergados, quem dirá serem reconhecidos.

Está satisfeita com a divisão de trabalho existente e acrescenta:

Bom::: pelo menos na minha... a divisão é feita só entre eu e minha mãe... os mais pesados eu faço e deixo os mais leves para ela,... o que eu acho justo pela idade dela.

A principal dificuldade que as mulheres encontram para viver no campo, foi citado o trabalho:

Acho que seria no trabalho que dependendo do serviço ele é pesado... mais árduo no qual teria que ser um homem para fazer e no caso de ter que contratar mão de obra... Fica mais difícil, pois normalmente fazem como querem por ser mulher que está contratando não tem muita consideração.

Por fim, foi indagada sobre sua crença na igualdade de gênero no espaço rural, ela afirmou não existir igualdade:

Não tem igualdade e não é só na agricultura... Eu acho que em todo mundo... a desigualdade é muito grande... Valores em pagamento é menor,... o serviço é o mesmo,... não tem como você falar assim... ah é igual... não é... e eu acho que isso nem vai mudar tão cedo por mais que eles falam ah::: vai mudar... não muda... a mulher é desvalorizada Você pode tá fazendo o mesmo serviço... mas não vai ganhar igual ele (frase exclamativa).

A opinião exposta pela agricultora evidencia uma descrença na igualdade não somente no espaço rural, mas de uma forma geral, afirmando que a desvalorização presente da vida das mulheres.

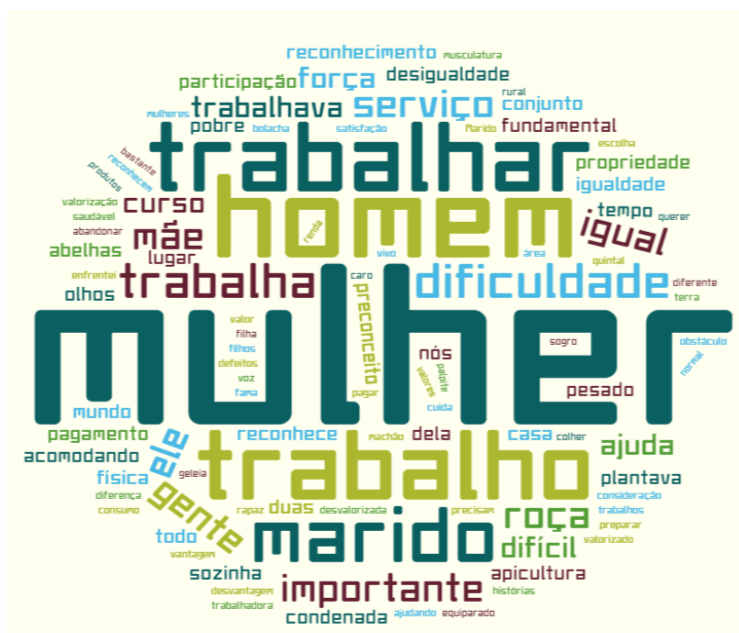
4.3 Análise e discussão dos resultados

A seguir apresenta-se três nuvens de palavras respectivas às categorias propostas para essa pesquisa, sendo: composição do trabalho agrícola e não-agrícola, poder no processo decisório e reconhecimento e visibilidade do trabalho. Aliado as nuvens, foram analisadas as falas das cinco entrevistadas de acordo com as categorias e seus devidos constructos.

As palavras mais frequentes utilizadas pelas agricultoras na Categoria 1, encontram-se reunidas na Figura 4.

crítico, demonstrando ainda existir a falta de valorização e reconhecimento e que a igualdade não está próxima de acontecer.

Figura 6 – Nuvem de palavras relativo a Reconhecimento e visibilidade do trabalho



Fonte: Elaborado pela autora.

As atividades desempenhadas pelas entrevistadas são variadas, sendo tanto produtivas agrícolas e não-agrícolas quanto reprodutivas, seja na agricultura, pecuária, apicultura, turismo rural, atividades domésticas e de cuidado, atividades estas que em seu conjunto, contribuem para a manutenção e estabilidade da família e de suas produções. Nesse sentido, os resultados vão de encontro com afirmações de diversos autores, como Fao (1998), Hora, Macedo e Rezende (2015), que alegam a importância das mulheres na propriedade pois atuam em diversos âmbitos, o que contribui diretamente para sobrevivência das atividades produtivas e da própria família.

De forma geral, todas entendem o termo trabalho como o ato de trabalhar e gerar renda, somente a agricultora 3 acrescenta os termos de felicidade e prazer, contudo, todas exceto a agricultora 2, ao longo das visitas demonstraram muita satisfação em trabalharem no campo em suas atividades.

Em relação à posse legal da terra, três das entrevistadas (Agricultora 1, 2 e 3) mencionaram que os maridos e/ou pais detêm a posse da terra, já no caso das agricultoras 4 e 5, a agricultora 4 que detém a posse.

É válido ressaltar, ainda que as entrevistadas tenham citado seus cultivos/criações, a observação possibilitou analisar que existiam algumas que não foram citados, possivelmente por terem se esquecido, como, a cenoura, a amora, a hortelã, a rúcula, dentre outras. Em questão de assistência técnica, nenhuma recebe, contudo, a agricultura 3 e 5 mencionaram já terem recebido em outro momento, no caso da agricultora 3, já recebeu por conta da criação de abelhas e a agricultora 5 quando criava bichos da seda. Todas alegaram fazer o beneficiamento de produtos, seja do mel, do milho ou das frutas.

Em relação ao crédito rural, somente duas das entrevistadas já tinham ouvido falar, no caso sobre o Pronaf (agricultora 1 e 2), mas nenhuma delas conhecia o Pronaf Mulher. É interessante ressaltar que pelo menos duas delas (agricultora 3 e 4) tiveram a curiosidade em saber sobre o crédito comentado.

Quando questionadas sobre as atividades desenvolvidas por elas no turismo rural, a priori nenhuma afirmou exercer a atividade. Nesse ponto, foi possível observar a falta de conhecimento das agricultoras sobre o conceito deste segmento do turismo. Contudo, mediante a explicação da atividade, elas citaram as atividades que desempenham e nesse ponto, foi notado que as atividades turísticas são aparentemente desenvolvidas exclusivamente pelas mulheres, pois em nenhum momento citaram a participação do sexo oposto na atuação turística.

A divisão de trabalho produtivo agrícola ocorre de forma similar nas propriedades das agricultoras 1, 2 e 3, pois dividem com seus maridos as atividades. As atividades produtivas não-agrícolas são desempenhadas exclusivamente pelas mulheres. Já no caso das agricultoras 4 e 5, também existe a divisão, porém somente entre elas. Já a divisão de trabalho reprodutivo, somente a agricultora 3 tem a participação ativa do marido nas atividades. Já as quatro restantes, a responsabilidade dos afazeres domésticos fica a cargo delas, sustentando a fala de Staduto, Souza e Nascimento (2015) e Irani, Parada e Rodriguez (2012) que afirmam que apesar das mulheres terem participação cada vez mais ativa nas atividades produtivas, esse avanço não veio acompanhado da inclusão dos homens nas atividades reprodutivas, pois na sociedade essas atividades ainda são tachadas como responsabilidade femininas.

Os resultados relacionados a divisão de trabalho, demonstram que no caso das entrevistadas 1 e 2, é possível verificar a divisão sexual, em que de acordo com o gênero de cada um, são definidas as atividades, já que somente as mulheres,

neste caso, executam as atividades reprodutivas, o reflexo das construções patriarcais da sociedade, entende a mulher como responsável pelas atividades domésticas e de cuidado e o homem responsável pela produção e administração, impondo uma relação hierárquica, centrando o poder nas mãos dos homens e tornando as mulheres subordinadas (HERRERA, 2015).

Ademais, tanto a agricultora 1, quanto a agricultora 3, em determinado momento durante as entrevistadas, utilizaram o termo “pesado” para definir somente o trabalho masculino, como apontado por Brumer (2004) que são pensamentos construídos pela sociedade para definir de formas assimétricas, adjetivos para atividades de homens e mulheres.

Ainda que as mulheres executem a maior parte das atividades reprodutivas, elas estão satisfeitas com a divisão de trabalho existente em suas propriedades, isso pode estar relacionado com o fato de que as próprias mulheres muitas vezes, acabam por aceitar essas situações por terem sido criadas em uma família patriarcal ou por terem medo de reivindicar uma nova divisão de trabalho, como apontado por Nobre et al., (2008).

No que tange às jornadas de trabalho, as agricultoras estipularam um horário entre o início às 05h30/06h e término às 18h/21h, tanto para as atividades agrícolas como não-agrícolas, contudo, após esse horário, dão continuidade aos afazeres em casa, preparo do jantar, cuidado com filhos, marido, alimentação de animais, limpeza da cozinha, lavagem da roupa, dentre outras atividades que são delegadas às mulheres, fato este, decorrente da imagem que a sociedade tem, que as mulheres são provedoras das necessidades da família (BRASIL, 2006).

A extensa carga horária de trabalho diária das mulheres apreende a maior parte de seu tempo, o que interfere na chance de aplicação em outras atividades, como mencionado por todas as entrevistadas que demonstraram ter interesse em descansar, ler, viajar e também fazer cursos técnicos, como comentado pelas agricultoras 1, 3 e 5, o que reforça a opinião de Fida (2012) e Cepal (2016), de que a variedade de atividades influencia negativamente nas chances de participação social, entretenimento e capacitação.

Ainda que muitos estudos afirmem que a participação das mulheres seja vista como uma ajuda (VILLWOCK, GERMANI, RONCATO, 2016; SOF, 2006), no caso das cinco entrevistadas, somente a agricultora 2 se referiu a sua atuação como

ajuda e/ou colaboração para seu marido, já as demais em nenhum momento comentaram enxergarem seu trabalho como ajuda.

É interessante ressaltar que, mesmo as agricultoras não entendendo sua participação como mera ajuda, como bem mencionado pela agricultora 4, as pessoas de forma geral, tendem a desvalorizar a atuação das mulheres no espaço rural. Os próprios maridos, vizinhos, familiares, muitas vezes acabam por menosprezar o papel feminino no processo produtivo, não as reconhecendo como agricultoras, mas sim, como ajudantes e/ou esposas de agricultoras (LUNARDI, ALMEIDA, 2008). Esses acontecimentos podem influenciar no pensamento das agricultoras, que podem resultar em sentimentos de inferiorização.

As agricultoras 1, 3, 4 e 5 mencionaram contribuir para o sustento da família. Somente a agricultora 2 citou ser responsabilidade do homem, o que demonstra que talvez ela não enxergue sua atuação nas atividades agrícolas e não-agrícolas como suficiente para o provimento das necessidades de sua família.

A atuação das mulheres nas decisões dentro das propriedades não varia muito, exceto para as agricultoras 4 e 5, que moram juntas e sem a presença masculina. Já no caso das agricultoras 1, 2 e 3, a maior parte das decisões são responsabilidade de seus pais ou maridos, impedindo sua autonomia na produção. Ou seja, mesmo que assumam papel relevante na produção agrícola e não-agrícola e consequente geração de renda, não há alteração nos papéis sociais, sua posição continua sendo inferior na hierarquia familiar (CARNEIRO, 2001).

Todas mencionaram terem autonomia na produção agrícola e não-agrícola, contudo, essa resposta se torna controversa, pois como podem ter autonomia se são os homens quem tomam as decisões relacionadas à produção?

Nesse sentido, surge outro questionamento: como as opiniões são entendidas como valorizadas se a palavra final acaba sendo do homem? É possível que o fato de elas serem ouvidas, já entendam que estão sendo valorizadas ou o constrangimento em dizer que não tem valorização também possa ter pesado para responderem de forma positiva.

Outro fator relevante se refere à administração da renda familiar, que, segundo as agricultoras 1 e 2, é feita pelos maridos e as agricultoras 3, 4 e 5 são responsáveis pela administração. Contudo, surge uma dúvida: será que se as agricultoras 4 e 5 fossem casadas essa resposta poderia ser diferente?

Um ponto a ser salientado, se refere a agricultora 3, sendo ela a única mulher entrevistada, casada, a administrar a renda familiar, acredita-se que por ter realizado um ensino superior, ele possa ter lhe garantido mais autonomia dentro da propriedade, proporcionado assim, estar à frente de algumas decisões.

No que se refere às opiniões sobre a importância de suas participações na propriedade rural, todas acreditam serem importantes e/ou fundamentais, exceto a agricultora 2 que comentou ser uma participação “normal”, não demonstrando reconhecer o valor de sua atuação.

A vivência em situações de vulnerabilidade social e/ou discriminação por serem mulheres pode ter sido um dos questionamentos que causou maior reflexão e constrangimento para as entrevistadas, pois todas tardaram alguns minutos para responderem. Mesmo que a agricultora 2 tenha respondido que nunca passou por esse tipo de situação, acredita-se que a timidez possa ter a levado a não querer mencioná-la. Já as agricultoras 1 e 3, que inicialmente responderam que não, na segunda visita, comentaram dois acontecimentos, talvez porque se lembraram ou porque se sentiram à vontade para comentar. Por fim, as agricultoras 4 e 5 de forma rápida, citaram várias situações.

No quesito valorização, as agricultoras 1, 2 e 3 acreditam serem valorizadas, já as agricultoras 4 e 5 responderam que não, é possível que o convívio familiar e as relações sociais que cada uma tem, as façam ter respostas distintas, o medo de responder esse tipo de questionamento, as leve a responder que se sentem valorizadas. Além disso, pressupõe que algumas respostas, podem estar atreladas a um contexto patriarcal que está enraizado na cabeça das mulheres, ou seja, desde pequenas são levadas a entender que as famílias são geridas pelos homens e que seus papéis femininos são inferiores aos deles, assim, na hierarquia familiar, ele quem dita as regras. Nessa lógica, entendendo esses fatores como única verdade, as mulheres não acreditam sofrerem com desvalorização ou falta de reconhecimento, o que pode justificar alguns apontamentos mencionados pelas entrevistadas.

Entende-se que se faz necessário uma modificação da compreensão do termo trabalho pela sociedade, em vista de que, o fato de existir uma noção quase universal de que trabalho é sinônimo de valor monetário, as mulheres que, diariamente, desempenham uma série de atividades domésticas e de cuidado, vistas como “sem valor”, são diretamente afetadas. Por isso, com urgência, é preciso

valorizar e reconhecer toda e qualquer atividade que contribua direta ou indiretamente para a manutenção e bem-estar das propriedades e seus devidos moradores.

De forma geral, é possível observar certa regularidade nas respostas da última categoria, no caso das agricultoras 1, 2 e 3 são mais otimistas, acreditam serem valorizadas e creem que atualmente está equiparada a situação entre homens e mulheres no espaço rural. Já as agricultoras 4 e 5, demonstram uma visão mais crítica, apontando não terem efetivo reconhecimento até os dias de hoje e que a igualdade entre os gêneros não acontecerá tão cedo.

Mesmo com o alcance de diversos benefícios que contribuíram para o relativo reconhecimento das mulheres rurais em suas propriedades, nota-se que existe uma distância entre as leis e políticas desenvolvidas e a realidade das mulheres, nesse sentido, muitas vezes, as mudanças efetivas nas relações familiares não vão de encontro com o que as leis e políticas pregam (SABATTO et. al, 2009; BRASIL, 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o papel da agricultora familiar na pluriatividade. De forma específica, buscou-se identificar as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelas mulheres, verificar a autonomia no processo decisório nas atividades desenvolvidas e verificar a visão das mulheres em relação à sua participação nas atividades.

Conclui-se que as agricultoras têm um papel ativo e fundamental na pluriatividade, atuando em uma série de atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas e reprodutivas. Quanto a atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas, desenvolvem o plantio, a colheita, seja das frutas, legumes, verduras e o mel, tratam dos animais, agendamento e recepção de turistas, preparo de geleias e biscoitos e comercialização, seja na agricultura, pecuária, apicultura e no turismo rural. Já nas atividades reprodutivas são responsáveis pela organização e limpeza da casa, preparo dos alimentos, cuidado com os filhos e marido, lavagem das roupas e louça, atividades estas que ainda são quase exclusivamente femininas. A multiplicidade de tarefas faz com que essas mulheres tenham uma carga horária diária elevada, o que influencia negativamente na falta de tempo para outras atividades como entretenimento e capacitação.

Em se tratando da divisão de trabalho existente nas propriedades, as atividades produtivas agrícolas são feitas em conjunto, com marido e/ou pai, exceto no caso das agricultoras 4 e 5 que fazem juntas. Já as atividades turísticas são feitas exclusivamente pelas mulheres, ainda que em alguns casos a iniciativa tenha vindo dos homens. As atividades reprodutivas são feitas basicamente pelas mulheres no caso das agricultoras 1 e 2 e recebem ajuda somente quando solicitado. No caso da agricultora 3, o marido participa ativamente das atividades e na propriedade em que vivem as agricultoras 4 e 5, existe uma cooperação.

Em relação à produção, compra de insumos, comercialização a tomada de decisões são feitas pelos pais ou maridos. Ainda que as agricultoras tenham dito que suas opiniões são valorizadas, a palavra final permanece sendo a do homem. Com exceção das agricultoras 4 e 5, que moram juntas e tomam as decisões em conjunto, o que poderia ser diferente se houvesse a presença do sexo masculino.

No que se refere aos resultados sobre reconhecimento e visibilidade no trabalho, pelo menos quatro das entrevistadas entendem serem importantes para a

propriedade e já vivenciaram situações de vulnerabilidade social e/ou discriminação, contudo, acredita-se que algumas respostas possam ter sido afetadas pelo constrangimento e/ou medo de responder, o que pode ter influenciado sua autenticidade. Todavia, os comentários feitos pelas agricultoras tornam possível reforçar a ainda fortemente existente desigualdade de gênero que assola a vida de muitas mulheres rurais.

A pesquisa trouxe resultados concretos que permitem compreender as diferentes percepções das entrevistadas sobre as três categorias de análise. Foi possível visualizar, ainda que por infelicidade, que as mulheres não possuem autonomia para a tomada de decisão e sofrem com situações de desigualdade por serem mulheres. Contudo, o estudo corroborou para demonstrar o protagonismo feminino no espaço rural e fortalecer quão importante se faz valorizar e reconhecer o papel delas em suas propriedades.

As limitações para essa pesquisa podem ser descritas pela própria escolha do método de estudo de caso, em que a busca por informações detalhadas e minuciosas sobre uma temática delicada, que é a de gênero, causa desconforto e constrangimento, conseqüentemente, influenciando nos resultados ou na escassez deles. Ademais, a falta de conhecimento sobre o número exato de agricultoras pluriativas do distrito de Varpa, também afetou o número de contatos alcançados para a pesquisa.

Como sugestão de pesquisas futuras, estão pesquisas com agricultoras e agricultores pluriativas ou não-pluriativas, para que possam ser mensurados seus graus de valorização e reconhecimento em suas propriedades para que possam ser verificadas as disparidades entre os sexos e, para além disso, trazer a visão dos maridos pais e/ou filhos sobre a participação das mulheres no campo.

REFERÊNCIAS

ABAG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRONEGÓCIO. **Todas as mulheres do agronegócio**. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/media/files/sumario-pesquisa-mulheres-do-agro-2017-compressed.pdf>>. Acesso em: 20 set de 2018.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, jan./abr. 1998.

AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da marcha das margaridas. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 15, Edição Especial, 2016.

AIRES, C. H. L., SALAMONI, G. Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire – Cerrito – RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n.1, jan./abril, 2013.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. **Educação Agrícola Superior**, Brasília, v. 15, n. especial, 1997.

ALSTON, M., WHITTENBURY, K. Does climatic crisis in Australia's food bowl create a basis for change in agricultural gender relations?. **Agriculture and Human Values**. v. 30, 2013, p. 115-128. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-012-9382-x> . Acesso em: 20 out 2019.

AMORIM, E.; FIÚZA, A. L.; PINTO, N. M. Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 1, jan./jun. 2015, p. 195-213. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/27046>. Acesso em: 18 jan 2019.

ÁVILA, M. B., FERREIRA, V. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014.

AZEVEDO, F. F., PESSÔA, V. L. S. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 23, n.3, 2011, p. 483-496. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/12573/pdf>. Acesso em: 28 abril 2019.

BALLARA, M., PARADA, S. El empleo de las mujeres rurales: Lo que dicen las cifras. **FAO, CEPLAS**, 2009. Isso é um livro ou artigo

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012:** Igualdade de gênero e desenvolvimento, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho/relatorio-sobre-desenvolvimento-mundial-2012-2013-2014/igualdade-de-genero-e-desenvolvimento/view>. Acesso em: 03 maio 2019.

BANDEIRA, S. M.; COSTA, M. R. C. Migração feminina do meio rural: um estudo de caso no município de Canguçu/RS. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.12, n.28, jan./abr. 2018, p. 90-111. Disponível em: <https://revista.ufrj.br/actageo/article/view/3922>. Acesso em: 24 abril 2019.

BASTOS, A. V. B., PINHO, A. P. M., COSTA, C. A. Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.6, 1995.

BEACH, S. S. "Tractorettes" or Partners? Farmers' Views on Women in Kansas Farming Households. **Rural Sociology** v.78, n.2, 2013, p. 210-228.

BEBER, A. M. C., MENASCHE, R. Turismo rural e alimentação, identidade e patrimônio: um olhar sobre os Campos de Cima da Serra em tempos de nostalgia. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, jan./jun. 2011, p. 87-99. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=12279>. Acesso em: 08 jun 2019.

BLANCO, E. S. O turismo rural em áreas de agricultura familiar a "novas ruralidades" e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, v.4, n.3. 2004, p. 44-49. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/63>. Acesso em: 08 jun 2019.

BLOS, W. **Turismo rural e desenvolvimento local LAGES (SC)**. Santa Maria: Ed. Facos, 2005 (Série Dissertações em Turismo Rural).

BRASIL. **Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015**. Estabelece normas para estâncias turísticas e municípios de interesse turístico. Brasília, 2015. Disponível

em:<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>>. Acesso em: 07 nov de 2018.

BRASIL. **Lei nº11.326 de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em 01 de Junho de 2019.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Igualdade de gênero: estratégia de desenvolvimento do cooperativismo e associativismo**. Brasília: MAPA/SDC, 2008.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação **Turismo rural**: orientações básicas. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRAUW, A.; HUANG, J.; ZHANG, L.; ROZELLE, S. The Feminisation of Agriculture with Chinese Characteristics. **Journal of Development Studies**. 2013. É um artigo, falta informações

BRICALLI, L. C. L. **Estudos das tipologias do turismo rural**. Santa Maria: Ed. Facos, 2005 (Série Dissertações em Turismo Rural).

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, jan/abril, 2004, p. 205-227. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100011/8695>. Acesso em: 06 jun 2018.

BUAINAIN, A. M., ALVES, F., SILVEIRA, J. M., NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, abr/maio/jun, 2013, p. 105-121. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/964720/sete-teses-sobre-o-mundo-rural-brasileiro>. Acesso em: 02 fev 2019.

BUTTO, A. **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CARNEIRO, Maria J. Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 5, 1981, Friburgo. **Anais...** Friburgo: ANPOCS, 2012.

CARNEIRO, Maria J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, ano 9, v, 1, 2001.

CARVALHO, Maysa Sena de. **Turismo e a questão de gênero**: o papel da mulher no desenvolvimento do turismo rural no Brasil. Monografia (especialização) Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2008.

CEPAL, Comisión Económica par América Latina y Caribe. **Informe anual 2012**. Los bonos en la mira aporte y carga para las mujeres. Santiago de Chile, 2012. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/documents/observatorio-da-igualdade-genero-da-america-latina-e-caribe-relatorio-anual-2012-o-bonus>. Acesso em: 26 fev 2019.

CEPAL. Autonomía de las mujeres e igualdad em la agenda de desarrollo sostenible. In: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE LA MUJER DE MÉRICA LATINA Y CARINE, 12, 2016, Montevideo, p. 1-184. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40633-autonomia-mujeres-igualdad-la-agenda-desarrollo-sostenible>. Acesso em: 04 jul 2019.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2016, p. 1-42. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/41738-panorama-social-america-latina-2016-documento-informativo>. Acesso em: 28 set 2019.

CIOMMO, R. C. D. **Ecofeminismo**. São Paulo: Editora UNIUBE, 1999.

CONTZEN, S., FORNEY, J. Family farming and gendered division of labour on the move: a typology of farming-family configurations. **Agriculture and Human Values**, 2017, v. 34, n. 1, p. 27-40. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-016-9687-2>. Acesso em: 29 mar 2019.

COSTA, M. C., LOPES, M. J. M., SOARES, J. S. F. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v.19, n. 1, jan./mar., 2015, p.162-168. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-81452015000100162&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 out 2018.

CRISTÓVÃO, A. Mundo rural: entre representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M. ALMEIDA, J. A. VIANA, A. L. B. **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário das mulheres brasileiras**. São Paulo: DIEESE, 2011.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016**: Mercado de Trabalho. São Paulo: DIEESE, 2017a.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016**: Remuneração. São Paulo: DIEESE, 2017b.

DUARTE, J. L. N. Trabalho produtivo e improdutivo na atualidade: particularidade do trabalho docente nas federais. **Revista Katálisis**, v. 20, n. 2, Florianópolis, 2017.

ELESBÃO, I. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra**, v. 42, n. 84, 2007.

ELESBÃO, I, SOUZA, M. O turismo no cenário rural contemporâneo. In: THOMAZ, R. C. C; MARIANI, M. A. P; MORETTI, E. C; ARRUDA, D. O. **Turismo, Políticas e Dinâmicas no Espaço Rural**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.

ESQUIVEL, V. A economia do cuidado: um percurso conceitual. IN: JÁCOME, M. L., VILELA, S. **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos**. Brasília: ONU Mulheres, 2012.

EVANGELISTA, F. A., LOURENZANI, A. E. B. S. Turismo rural e agricultura familiar: uma abordagem do distrito de Varpa. **Forúm Ambiental da Alta Paulista**, v. 10, n. 9, 2014.

FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. **Censos Agropecuarios y Género** - Conceptos y Metodología. Roma: FAO, 1998, p. 1-116. Disponível em: <http://www.fao.org/3/X2919S/x2919s00.htm#Contents>. Acesso em: 13 fev 2019.

FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación.. **Igualdade de gênero**. Roma: FAO, 2008, p. 1-2. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjAsvi59-XoAhXQGbkGHSJADh4QFjAAegQIAhAB&url=http%3A%2F%2Fwww.fao.org%2Fdocs%2F012%2Fi0765pt%2Fi0765pt10.pdf&usq=AOvVaw2NxWvctxqGmvQbnmnFKqAH>. Acesso em: 29 nov 2018.

FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. **Equidad entre gêneros em la agricultura y desarrollo rural**: Una guía rápida sobre la incorporación de las cuestiones de género en el nuevo marco estratégico de la FAO. Roma: FAO, 2009, p.1-16. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwidhOfx9-XoAhVqH7kGHVG5DjAQFjAAegQIAhAB&url=http%3A%2F%2Fwww.fao.org%2F3%2Fa-i1240s.pdf&usq=AOvVaw1Yz6ZQFvi04sMpaqgCnVMp>. Acesso em: 02 jan 2019.

FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. **Cerrar la brecha**: El programa de la Fao para la igualdad de género em la agricultura y el desarrollo rural. Roma: FAO, 2009, p.1-36. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjOo82U-OXoAhXcK7kGHedCAIkQFjAAegQIBBAB&url=http%3A%2F%2Fwww.fao.org%2Ffamily-farming%2Fdetail%2Fes%2Fc%2F273473%2F&usq=AOvVaw1c_ ilfqWqDP--eMiFAnk4F. Acesso em: 03 mar 2019.

FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación: Las mujeres en la agricultura**. Cerrar la brecha de género en aras del desarrollo. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. Roma: FAO, 2011, p. 1-171. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/sofa/2010-11/es/>. Acesso em: 26 jul 2019.

FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. **Recetario Salud, saberes y sabores**. Roma: FAO, 2018, p. 1-58. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUK>

[EwiN15D9-OXoAhWhlbkGHZQbAyMQFjAAegQIARAB&url=http%3A%2F%2Fwww.fao.org%2F3%2Fi8269es%2Fi8269ES.pdf&usq=AOvVaw1-9COh9r5T5Ebi-n4XplAJ](http://www.fao.org/2F3%2Fi8269es%2Fi8269ES.pdf&usq=AOvVaw1-9COh9r5T5Ebi-n4XplAJ). Acesso em 24 fev 2019.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

FERNANDES, A. F., FLOZI, C. N. B., MACHADO, J. G. C. F. O potencial de certificação de denominação de origem nos produtos do distrito de Varpa. **Forúm Ambiental da Alta Paulista**, v. 10, n. 9, 2014, p.61-76. Disponível em: https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/793. Acesso em: 28 set 2019.

FIDA. **La mujer y el resarrollo rural**. Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, 2012.

FONTOURA, N., ARAÚJO, C. **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

FUNK, F., BORGES, M. A. M., SALAMONI, G. Pluriatividade: uma estratégia de sustentabilidade na agricultura familiar nas localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º Distrito – Rio Grande – RS. **Revista Geografia**, v. 15, n. 2, jul./dez., 2006, p.51-61. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6588/5976>. Acesso em: 06 out 2018.

GALVANE, F. A. S., SALVARO, G. I. J., MORAES, A. Z. Mulheres em cargos profissionais de chefia: o paradoxo da igualdade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 301-309, set./dez., 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRISA, C. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. IN: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

GRISA, C., GAZOLLA, M., SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento

rural. **Revista Agroalimentaria**, v. 12, n. 31, jul, 2010, p. 65-79. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199215829005>. Acesso em: 28 set 2019.

GRISA, C., SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007. Acesso em: 07 set 2019.

GRAZIANO, J. S. Por um novo programa agrário. **Revista Reforma Agrária**, ABRA, n.2, vol. 23, maio/ago., 1993

HAY, R.; PEARCE, P. Technology adoption by rural women in Queensland, Australia: Women driving technology from the homestead for the paddock. **Journal of Rural Studies**, v. 36, n. 1, 2014, p. 318-327. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016714001107>. Acesso em: 19 nov 2019.

HEBERLÊ, A. L. O., SICOLI, A. H., SILVA, J. S., BORBA, M. F. S., BALSADI, O. V., PEREIRA, V. F. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro100. IN: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

HEREDIA, B. M. A., CINTRÃO, Rosângela P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, v. 9, n. 8, 2006.

HERRERA, K. M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013.

HERRERA, K. M. O papel das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39, 2015, Caxambu. **Anais...** Minas Gerais, 2015, p.1-30.

HERRERA, K. M. Repensando o valor social do trabalho das mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 11, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2017.

HESPANHOL, A. N. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, 4, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2008, p. 370-392.

HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela. **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves 4ª Edição. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados Preliminares. Disponível em: <
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/tupa/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 19 de set de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,0R&cat=-1,1,2,-2,-3,128&ind=4707>>. Acesso em: 19 de fev de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População rural e urbana e feminina e masculina**. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/tupa/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=25191>>. Acesso em: 20 de nov de 2019.

IFPRI, International Food Policy Reserch. **Women's empowerment in agriculture index**. Disponível em: <
<http://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/126937/filename/127148.pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

IICA BRASIL. **Estudo preliminar da cadeia produtiva**: turismo rural Brasil IICA Brasil - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília, 2013. O que é esse documento

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico, Brasília, 1996. Faltam dados

IRANI, M. N, PARADA, S., RODRÍGUEZ, K. Las mujeres em la agricultura familiar. In: AGRICULTURA familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de política. **FAO**, 2014.

JANNUZZI, P.M.; CARLO, S. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento de políticas públicas no século XXI, **Bahia, Análise & Dados**, Salvador, v. 28, n.2, p. 6-

27, jan. 2019. Disponível em:

<http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/article/view/143>.

Acesso em: 28 out 2019.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KRETER, A. C. A previdência rural e a condição da mulher. **Revista Gênero**, v. 2, n. 5, 2013.

LAWSON, E.T.; ALARE, R.S.; SALIFU, A.R.Z.; THOMPSON-HALL, M. Dealing with climate change in semi-arid Ghana: understanding intersectional perceptions and adaptation strategies of women farmers. **GeoJournal**, v. 5, n. 1, 2019, p. 1-15.

Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Dealing-with-climate-change-in-semi-arid-Ghana%3A-and-Lawson-Alare/a01d66f61a99d48393c22903de6031c40e4fed39>. Acesso em: 13 dez 2018.

LAZZARI, F. M., SOUZA, A. D. Revolução verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 4, 2017, Santa Maria. **Anais...** Rio Grande do Sul, 2017.

LOPES, Adriana L., BUTTO, Andrea Z. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

LUNARDI, R.; ALMEIDA, J. A. J. Turismo rural: a contribuição da mulher. **RACE**, Unoesc, v. 5, n. 2, p. 157-168, 2006.

LUNARDI, R., ALMEIDA, J. A. J. As representações do trabalho no turismo rural para as mulheres da região dos Campos de Cima da Serra – RS. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, ano 15, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5498/3255>. Acesso em: 02 fev 2019.

LUNARDI, R., ALMEIDA, J. A. J., SOUZA, M. Turismo rural e diversificação do espaço rural: reflexos do trabalho da mulher na atividade turística na região dos Campos de Cima da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In: CIER – CULTURA, INOVAÇÃO E TERRITÓRIO, 7, 2008, Coimbra. **Anais...** Portugal, 2008.

LUNARDI, R., SOUZA, M. Atrizes do turismo rural: o trabalho da mulher na atividade turística na região dos Campos de Cima da Serra (RS). In: AS PTA. A diversidade do

trabalho na agricultura familiar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 6, n. 3, 2009, p.15-17. Disponível em: <http://aspta.org.br/article/atrizes-do-turismo-rural-o-trabalho-da-mulher-na-atividade-turistica-na-regiao-dos-campos-de-cima-da-serra-rs/>. Acesso em: 24 abril 2018.

MACHADO, A. G., CAUME, D. J. Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar. CONGRSSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DA ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco. **Anais...** Acre, 2008.

MANZANO F.A.; GARCIA A. C.; FERNÁNDEZ-SÁNCHEZ J. S. Women's labour and mechanization in mediterranean greenhouse farming. **Outlook on Agriculture**. 2013

MARX, Karl. Teorias da Mais Valia. São Paulo: **Bertrand Brasil**, 1987.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.45. Suplemento especial, p.83-91, out/dez, 2014. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/500/396>. Acesso em: 19 out 2018.

MELO, H. P., SABBATO, A. D. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, Andrea. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o retrato das mulheres. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: MDA/Nead, 2009.

MELO, H. P., CONSIDERA, C. M., SABBATO, A. D. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3, dez, p.435-454, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182007000300006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 fev 2019.

MENDES, M. F., NEVES, S. M. A. S., NEVES, R. J., SILVA, T. P. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p.71-89, janeiro-abril, 2014.

MESQUITA, L. A. P. Mulher na agricultura familiar: a comunidade rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais...** Minas Gerais: UFU/LAGEA, 2012.

MESQUITA, L. A. P., MENDES, Estevane, P. P. Mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). In: ENCONTRO NACIONAL

DE GEOGRAGIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais...** Minas Gerais: UFU/LAGEA, 2012.

MOLETTA, V. B. F. **Turismo rural**. 4 ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2004.

MORAES, N. R., SILVIA, N. M. B. R., MULLER, N. M. Estudo sobre a busca de modelos organizacionais apropriados para a promoção do desenvolvimento de comunidades tradicionais brasileiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2, 2014, Franca. **Anais...** Franca, 2014.

MOSER, C. O. N. Gender Planning in the Third World: Meeting Practical and Strategic Gender Needs. **World Development**, v. 17, n. 11, p. 1799-1825, 1989.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Objetivo 5**. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

NARCISO, V. M. J. S., HENRIQUES, P. D. Desenvolvimento rural, mulheres e terra – um olhar sobre Timor-Leste. In: SOBER – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, qual a edição 2008, Rio Branco. **Anais...** Acre, 2008.

NIEDERLE, P. A., FIALHO, M. A., CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. **RESR**. Piracicaba, v.52, supl.1, p. 09-24, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600001. Acesso em: 17 abr 2019.

NOBRE, M., HORA, K., BRITO, C., PARADA, S. **Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe**: Al tempo de la vida y los hechos. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura Santiago de Chile, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1047134/>. Acesso em: 06 nov 2018.

NOBRE, M., SILIPRANDI, E., QUINTELA, S., MENASCHE, R. Gênero e agricultura familiar. SOF Sempreviva Organização Feminista. São Paulo: **SOF**, 1998.

NYIKAHADZOI, K.; SAMATI, R.; MOTSI, P.D.; SIZIBA, S.; ADEKUNLE, A. Strategies for improving the economic status of female-headed households in eastern zimbabwe: The case for adopting the IAR4D framework's innovation platforms.

Journal of Social Development in Africa, v. 27, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/jsda/cart/view/90229/79656>. Acesso em: 08 mar 2019.

OIT – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO; PNUD – Programa de las Naciones Unidas para el desarrollo. **Trabajo y Familia**: hacia nuevas formas de conciliación con corresponsabilidad social. Chile: OIT; PNUD, 2009.

OLIVEIRA, N. S. M. N., CARVALHO, E. S., NASCIMENTO, T. P., SCHMIDT, C. M. Cooperação e empoderamento feminino: análise do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) em uma cooperativa agrária no Paraná. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 630-655, 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_cooperacao_e_empoderamento. Acesso em: 15 maio 2019.

OLIVEIRA, R; S. **Comunicação, marketing e turismo no meio rural**. Santa Cruz do Sul (RS). Santa Maria: Ed. Facos, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural).

ONU Mulheres. **Mais igualdade para mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social**. Brasília: ONU Mulheres, 2016.

ORTNER, Sherry B. **Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OZCATALBAS, O.; AKCAOZ, H. Rural women and agricultural extension in Turkey. **Journal of Food, Agriculture and Environment**, v. 8, n. 1, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267381987_Rural_women_and_agricultural_extension_in_Turkey. Acesso em: 16 jan 2019.

PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.3, n.7, 1989. Página, disponível em acesso em

PAULA, Márcia M., KAMIMURA, Quésia P, SILVA, José L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista Política Agrícola**, ano xxiii, n.1, 2014. Página, disponível em acesso em

PAULILO, M. I. S. A mulher e a terra no brejo Paraibano. In: **TRABALHADORAS do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/ F. C. Chagas, 1982.

PAULILO, M. I. S. O Peso do Trabalho Leve. **Ciências Hoje**. v.5, n.28, p.27-48,

1989.

PAULILO, M. I. Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. **Serviço Social em Revista**, v.8, n.1, 2005.

PAULILO, M. I. S. FAO, fome e mulheres rurais. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, 2013.

PEDRO, C. B., GUEDES, O. S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1, 2010, Londrina. **Anais...** Londrina, 2010.

PERROT, M. **Minha história de Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PETROS, S.; ABAY, F.; DESTA, G.; O'BRIEN, C. Women Farmers (Dis) Empowerment Compared to Men Farmers in Ethiopia. **World Medical & Health Policy**. v. 10, n. 3, p. 220-245, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/wmh3.280>. Acesso em: out 2019.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 63-84, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004. Acesso em: 02 fev 2019.

PIMENTEL, Silvia. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher 'Cedaw 1979'**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃ. **Projeto Caminhos da Letônia está sendo reativado**. Disponível em: <<https://www.tupa.sp.gov.br/noticia/447/projeto-caminhos-da-letonia-esta-sendo-reativado.htm>>. Acesso em 07 nov de 2018.

PRETI D. (org) **O discurso oral culto**. 2ª. ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999. (Projetos Paralelos. V.2)

RAMIRO, P. A.; DIAS, I. M. **Identidade e turismo nos espaços rurais dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/02.pdf2011>>. Acesso em: 22 de agosto de 2018.

RODRIGUES, P. Os desafios e a superação da mulher na agricultura. In: A mulher no campo: os desafios enfrentados e a superação de mulheres que vivem da agricultura. **EMBRAPA HORTALIÇAS**, v 1, n. 1, jan/fev 2012, p. 1-16. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1091226/hortalicas-em-revista-a-mulher-no-campo-os-desafios-enfrentados-e-a-superacao-de-mulheres-que-vivem-da-agricultura>. Acesso em 22 dez 2018.

RÖHNELT, P. B. C., SALAMONI, G. O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução social. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2010.

SABBATTO, A. D.; MELO, H. P.; LOMBARDI, Maria R.; FARIA, Nalu. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

SAFFIOTI, H. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1988.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>>. Acesso em: 19 de set 2019.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **O trabalho das mulheres residentes rurais no estado de São Paulo**. Muher e Trabalho, São Paulo, dezembro de 2001.

SENADO FEDERAL. **Agenda 21** - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 3.ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições, 2001.

SCOTT, P., CORDEIRO, R., MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 18, nº. 51, 2003.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J.M.; VIVIEN DIESEL. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006, p.1-25. Disponível em:
<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUK EwjB3aDW eXoAhXeIbkGHR7uB8YQFjAAegQIARAB&url=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fdesenvolvimentorural%2Ftextos%2Fsumario.pdf&usq=AOvVaw2CFNKbG72VCSqQ-UQkT3b1>. Acesso em: 23 set 2019.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, v.4, n. 1, 2010.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v.30, n. 3, 2010.

SCHNEIDER, S., CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, C. B. C., SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P., CORDEIRO, R., MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, G. B., MENDES, E. P. P. As relações de gênero na agricultura familiar: a comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO). In: SEMINÁRIO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DA REGIÃO CATALÃO, 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Blucher, 2015.

SILVA, J. P. As Possíveis Contribuições do Turismo rural no Combate ao Êxodo Rural. **Revista Turismo**, 2005.

SILVA, C. M. V., VALENTE, A. L. E. F. Agricultura Familiar, Gênero e Dinâmicas Sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica.

RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba-SP, v. 51, n. 2, p. 387-400, abr./jun. 2013.

SOF – Sempre viva Organização Feminista. Mulheres do campo construindo autonomia. Experiências de comercialização **SOF Sempreviva Organização Feminista** -São Paulo: SOF Sempre viva Organização Feminista, 2016.

SOUZA, O. T., BRANDENBURG, A. A quem pertence o espaço rural? As mudanças na relação sociedade/natureza e o surgimento da dimensão pública no espaço rural. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, 2010.

STADUTO, J. A. R., SOUZA, M., NASCIMENTO, C. A. **Desenvolvimento Rural e Gênero**: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 1, 2004.

SUÁREZ, M.; SUAREZ, M.; TEIXEIRA, Z. A.; MUSSI, H.. Perspectiva de Gênero Na Produção Rural. **Estudos de Política Agrícola**, Brasília, v. 22, p. 1-85, 1994.

TIRELLI, Claudia, PEDROSO, Adriana M. C. Gênero, redes e capital social no meio rural: a experiência dos grupos de mulheres no município de São Sepé-RS.Santa Cruz do Sul: **Ágora**, v.19, n. 01, p. 20-33, jan./jun. 2017.

TUPES, Milia. Da Aurora ao Crepúsculo – Estudo Sócio-Religioso da Colonização Leta de Varpa e Comunidade de Palma, SP. Rio de Janeiro, **Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira**, 1988.

TUPES, Milia. Depois do Crepúsculo...um novo Alvorecer – Estudo Sócio-Religioso da Colonização Leta de Varpa e Comunidade de Palma, SP. Rio de Janeiro, **Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira**, 3ed, 2007.

UDUJI, J.I.; OKOLO-OBASI, E.N.; ASONGU, S. A. Corporate social responsibility and the role of rural women in sustainable agricultural development in sub-Saharan Africa: Evidence from the Niger Delta in Nigeria. **Sustainable Development**, v. 27, n. 4, p. 692-703, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/sd.1933>. Acesso em: 01 abril 2019.

VASCONCELOS, Bruna M. Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo D; SANTOS, Laís. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

VEZZANI, M. A. Turismo rural e responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro. **Caderno Virtual de Turismo**, v.8, n.1, 2008.

VILLWOCK, Ana Paula S., GERMANI, Alessandra R. M., RONCATO, Patrícia E. S. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. **Revista Alamedas**, v. 4, n. 1, 2016.

WANDERLEY, Maria N B. O mundo rural no Brasil: acesso a bens e serviços e processos de integração. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasil rural em debate: coletânea de artigos. Brasília: **CONDRAF/MDA**, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. “Fanja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme C., BERGAMASCO, Sonia M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WANDSCHEER, E. A. R; TEIXEIRA, A. R. Novas ruralidades: demandas e potencialidades da sociedade contemporânea. In: SANTOS, E. O; SOUZA, M. **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YADAV, S.S.; LAL, R. Vulnerability of women to climate change in arid and semi-arid regions: The case of India and South Asia. **Journal of Arid Environments**, v. 148, n.1, 2018, p. 4-17. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0140196317301532>. Acesso em: 19 out 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS APLICADO A MULHERES RURAIS	
Identificação geral da entrevistada	
Nome:	Idade:
Estado Civil: () Solteira () Casada () Divorciada () Viúva	
Filhos:	Se sim, quantos:
Renda mensal (se possui renda própria):	
Grau de escolaridade:	
Categoria 1: Composição do trabalho agrícola e não-agrícola	
(1) Você tem oportunidade de trabalhar em qualquer área na propriedade rural? () Sim () Não, por quê? (2) O que você sabe sobre crédito rural? (3) O que você sabe sobre o Pronaf Mulher? (4) O que é trabalho para você? (5) De quem é a posse legal da terra? (6) Origem da herança: () mulher () homem (7) Situação da moradia: () Própria () Cedida () Alugada () Não possui (8) Quais os tipos de cultivo/criação? (9) Recebe algum tipo de assistência técnica? Se sim, de quem? (10) Como são distribuídas as atividades na família? (11) Faz algum tipo de beneficiamento de produtos? Se sim, qual? (12) Está satisfeita com a divisão de trabalho dentro da propriedade rural? Por quê? (13) Jornada de trabalho (horas trabalhadas por dia no turismo e na agricultura). (14) Que atividades você desempenha ao longo do dia? (15) O que você faz e/ou gostaria de fazer no tempo livre? (16) Está satisfeita com o tempo que tem disponível para desenvolver outras atividades fora as relacionadas ao trabalho agrícola e não-agrícola?	
Categoria 2: Poder no processo decisório	
(1) As mulheres têm autonomia para realizar atividades agrícolas e turística ou precisam da autorização dos homens (esposo, filhos)? (2) Quem administra a renda familiar? Por que? (3) Quem decide sobre a compra de insumos? (4) Sua opinião é valorizada pela família? (5) Quem toma as decisões para a realização das atividades? (6) Quem decide pelo uso e distribuição dos recursos? (7) Quem exerce a tomada de decisões a respeito da produção, da comercialização? Por quê? (8) Quem teve a iniciativa de iniciar a atividade de turismo rural? (9) Qual destino dos recursos provenientes das atividades agrícolas e não-agrícolas? (10) Você participa de sindicatos, associações, cooperativas ou conselho? () Sim () Não, por quê? (11) Já realizou ou teve interesse em realizar cursos técnicos agrícolas? () Sim, Como foi? () Não, por quê? (12) Você tem interesse em fazer curso superior ou técnico relacionado à	

atividades voltadas para atividades no espaço rural? () Sim () Não, por quê?

Categoria 3: Reconhecimento e visibilidade do trabalho

- (1) Quem é responsável pelo sustento da família?
- (2) Já passou por algum tipo de situação que sentiu a desigualdade, preconceito ou exclusão por ser mulher? Se sim, qual?
- (3) Como você enxerga a participação das mulheres na propriedade rural?
- (4) Você sente que por ser mulher seu trabalho é desvalorizado? Por quê?
- (5) Quais têm sido as principais dificuldades encontradas pelas mulheres para viver no campo?
- (6) O que é ser mulher rural para você?
- (7) Como é visto o trabalho feminino nas atividades agrícolas e não-agrícolas, pelas mulheres? E pelos homens?
- (8) Os maridos e os filhos contribuem nas tarefas domésticas? () Sim () Não Quais?
- (9) Você sofre algum preconceito na atividade de turismo rural por ser mulher?
- (10) Qual atividade desenvolvida pela mulher tem maior reconhecimento? Por quê?
- (11) Qual a importância da sua participação na propriedade rural?
- (12) Acredita na igualdade de entre homens e mulheres no espaço rural?

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

A Sra.

Assunto: Apresentação da pesquisa

Eu, Gabriela Ferreira Pires, aluna do Programa de Pós-Graduação em agronegócio e Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Câmpus de Tupã, apresento a pesquisa intitulada “Protagonistas rurais: um estudo sobre o papel da mulher na pluriatividade da agricultura familiar”, que tem como objetivo entender o papel da mulher da agricultura familiar e no turismo rural. De forma específica pretende-se i) identificar as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelas mulheres, ii) verificar a autonomia das mulheres no processo decisório nas atividades desenvolvidas e iii) verificar a visão das mulheres em relação à sua participação nas atividades agrícolas e no turismo rural. Sua colaboração me concedendo esta entrevista será muito importante para o alcance dos objetivos propostos para essa pesquisa. Espera-se que os resultados obtidos sirvam de subsídio para valorização e reconhecimento da atuação das mulheres no campo. As informações a serem oferecidas para o pesquisador não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato de tais informações. Me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.